ISSN 1809-8827



n. 3
Jul-Set
2026

BOLETIM OPSA

OPSA
OBSERVATÓRIO POLÍTICO SUL-AMERICANO

BOLETIM OPSA
ISSN 1809-8827

O Boletim OPSA reúne análises sobre acontecimentos de destaque na conjuntura política da América do Sul e tem periodicidade trimestral. A publicação é composta por editorial e textos dirigidos a leitores que querem ter acesso rápido a informações de qualidade sobre temas contemporâneos. As fontes utilizadas para sua confecção são resumos elaborados pelos pesquisadores do OPSA com base nos jornais de maior circulação em cada um dos países e documentos de autoria de pesquisadores ou agências independentes que complementam as informações divulgadas pela imprensa.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ).

É permitida a reprodução deste boletim e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

Corpo Editorial

Editor Executivo
Guilherme Domingues Fritz

Conselho Editorial
Maria Regina Soares de Lima
Marianna Albuquerque
Diogo Ives de Quadros

Editoria de Redação
Beatriz Bandeira de Mello
Débora Bedim Loures
Diogo Ives de Quadros
Ghaio Nicodemos Barbosa
Guilherme Domingues Fritz
Jefferson Nascimento
Júlia Furtado Reis
Maria Clara Dutra Pontes
Marianna Albuquerque
Matheus Petrelli
Lucas Berti
Stephanie Braun
Thaís Jesinski Batista

Observatório Político Sul-Americano
opsa.com.br

IESP.UERJ

Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Univesidade do Estado do Rio de Janeiro
Rua da Matriz, 82 - Botafogo
Rio de Janeiro – RJ
(21) 2266-8300

CAPES CNPq FAPERJ

Sumário

EDITORIAL

A AMAZÔNIA E O DILEMA DE PROTEGER

Maria Regina Soares de Lima, Marianna Albuquerque e Diogo Ives.....PÁGINA 04

ARTIGOS

MINERAIS CRÍTICOS NA AMÉRICA DO SUL: ESTRATÉGIAS NACIONAIS, PARCEIROS EXTRARREGIONAIS E TENTATIVAS DE COORDENAÇÃO REGIONAL

Ghaio Nicodemos, Gabriel Costa e Sabriny Pedrosa.....PÁGINA 09

A RESILIÊNCIA DA INTEGRAÇÃO SUL-AMERICANA A PARTIR DO NORDESTE BRASILEIRO: A PARADIPLOMACIA NA AGENDA DE INFRAESTRUTURA

Luan Olliveira Pessoa.....PÁGINA 28

DA SEMELHANÇA À RUPTURA: A RECONFIURAÇÃO POLÍTICA APÓS 2022 E A ELEIÇÃO COLOMBIANA DE 2026

Matheus Fernandes Petrelli Santos.....PÁGINA 41

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

DECLARAÇÃO DE BELÉM: ANÁLISE DA IMPLEMENTAÇÃO E RECOMENDAÇÕES PARA A COOPERAÇÃO PAN-AMAZÔNICA

Marília Closs.....PÁGINA 48

MONITOR DA GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA: JULHO DE 2026

Pesquisadores do OPSA.....PÁGINA 63

Editorial

A Amazônia e o dilema da Responsabilidade de Proteger

Esta edição do Boletim OPSA marca o encerramento do projeto de pesquisa "Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia", executado por toda a equipe do Observatório Político Sul-Americano entre julho de 2023 e junho de 2023. Nesses três anos, trabalhamos em parceria do Laboratório de Estudos Geopolíticos da Amazônia Legal (LEGAL) e do Observatório Interdisciplinar das Mudanças Climáticas (OIMC), com financiamento da FAPERJ e de outras sete fundações estaduais de amparo à pesquisa, no âmbito da Iniciativa Amazônia+10. Produzimos 36 monitores mensais, publicados ao longo de sucessivas edições do Boletim OPSA, com análises conjunturais sobre a atuação de atores-chave para nosso objeto de estudo, com destaque para presidentes e ministros de relações exteriores de todos os países sul-americanos, assim como da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O objetivo de nossa pesquisa foi compreender os espaços políticos de cooperação e conflito que existiram entre os governos da região, durante o período analisado, para a construção de uma governança multinível voltada para o combate às mudanças climáticas na Pan-Amazônia e centrada no Brasil. Em síntese, nosso monitoramento apontou para uma dificuldade contínua de o governo Lula 3 reunir apoio regional sólido para aprofundar ações coletivas em favor da redução do desmatamento florestal devido a ideologias políticas contrastantes, visões distintas sobre transição energética com abandono da produção *offshore* de combustíveis fósseis e alinhamentos diferentes de países vizinhos em relação aos EUA durante o governo Trump 2, marcado por uma forte postura de antiambientalismo e obstrução climática.

Os estudos do OIMC sobre o plano global mostraram que estas dinâmicas regionais se conectaram a disputas, no plano global, entre grandes potências, sobretudo EUA, China e União Europeia, as quais tiveram a Amazônia em vista ao pensar suas políticas de segurança alimentar e energética em uma época de perda de poder do multilateralismo da ONU. Por sua vez, as pesquisas do LEGAL sobre os estados brasileiros amazônicos apontaram para a existência de rejeição significativa da população local à pauta de proteção ambiental por vê-la como um *trade off* em relação à geração de empregos. Essa percepção foi alimentada pelo crescimento político e eleitoral de uma extrema-direita antiambientalista na região Norte brasileira. O resultado das eleições brasileiras para governador no último dia 4 de outubro ratificou a força de uma direita pouco afeita à agenda ambiental na Amazônia[1].

No próximo dia 25 de outubro, ocorrerá o 2º turno da eleição presidencial, no qual Lula e Flávio Bolsonaro concorrerão com promessas contrastantes para os temas de meio ambiente e clima, entre vários outros. O candidato da extrema-direita, defensor de uma desregulação econômica na Amazônia, chegará como favorito após vencer o 1º turno e ver seu Partido Liberal eleger as maiores bancadas no Senado e na Câmara dos Deputados. No caso de vitória de Lula, o cenário de governabilidade tende a ser extremamente difícil, de modo que o êxito na redução das taxas de desmatamento, conduzida pela Ministra do Meio Ambiente Marina Silva no âmbito do PPCDAm, pode encontrar maior dificuldade em se manter. A tendência atual, portanto, é de uma perda de espaço da agenda de desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira nos próximos quatro anos, ainda que com intensidades diferentes a depender do candidato vitorioso.

Apesar do cenário difícil que se avizinha, o imperativo da emergência climática é um fator estrutural da vida humana na Terra hoje, o que obriga o campo democrático brasileiro a seguir comprometido com reflexões ambiciosas sobre como proteger a Amazônia de extrativismos irresponsáveis. Detemos cerca de 60% do território amazônico sul-americano e, por isso, sobre nós é imposto um papel inarredável no esforço global de contenção das mudanças climáticas. Entretanto, a expansão de fronteiras agropecuárias sobre a floresta, a abertura de poços de exploração de petróleo offshore com pouco debate público e a

1Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/poder/2026/10/disputa-na-amazonia-ignora-floresta-em-pe-e-candidatos-defendem-abertura-de-areas-e-grandes-obras.shtml.

participação cada vez mais pronunciada de facções de crime organizado em atividades ilegais se somam como ameaças atuais ao desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira.

Diante da magnitude destes desafios, que somam preocupações com clima e segurança pública, convém lembrarmos da doutrina da Responsabilidade de Proteger (R2P, na sigla em inglês), a qual surgiu no bojo das propostas de reforma das Nações Unidas no início dos anos 2000, por iniciativa e liderança do Canadá. A proposta representou uma inovação conceitual no arcabouço de normas da ONU e um avanço significativo no campo da proteção dos direitos humanos. Segundo a doutrina, a soberania estatal deixa de ser entendida apenas como um conjunto de direitos e passa a envolver também obrigações dos Estados para com suas respectivas populações.

A mudança não foi trivial. Ao redefinir a soberania de controle para responsabilidade, a R2P relativizou a ideia de que a jurisdição doméstica poderia servir como escudo absoluto diante de violações extremas de direitos humanos. Endossada pelos Estados-membros das Nações Unidas na Cúpula Mundial de 2005, a doutrina estabeleceu a responsabilidade dos Estados de proteger suas populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade e, subsidiariamente, a responsabilidade da comunidade internacional diante da incapacidade ou omissão estatal.

Desde o início, porém, a proposta despertou resistências. De um lado, algumas grandes potências continuaram a privilegiar uma concepção de intervenção na qual a proteção de populações frequentemente se confundia com interesses estratégicos. De outro, países do Sul Global temiam que a flexibilização da soberania legitimasse novas formas de ingerência por parte dos mais fortes. Buscando contribuir para o debate sem rejeitar diretamente a iniciativa, o Brasil propôs posteriormente o conceito de Responsabilidade ao Proteger, enfatizando a necessidade de critérios, proporcionalidade e prestação de contas no emprego de medidas coercitivas.

A primeira década do século XXI, contudo, mostrou-se pouco propícia ao desenvolvimento desse arcabouço normativo. Os atentados de 11 de setembro de 2001, a invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2003 sem autorização do Conselho de Segurança e a crise econômica global de 2008 contribuíram para um ambiente internacional de crescente desconfiança em relação às instituições multilaterais e ao uso seletivo das normas internacionais. A R2P perdeu parte do impulso político que acompanhara sua formulação. Por que, então, a estamos retomando hoje?

Nos últimos quinze anos, a mudança climática e o aquecimento global se consolidaram como desafios coletivos de primeira ordem da humanidade. Seus efeitos não respeitam fronteiras nacionais e tornam cada vez mais evidente a existência de bens cuja preservação produz benefícios que ultrapassam os limites territoriais dos Estados. Essa constatação já vem produzindo consequências no campo do Direito Internacional. Em parecer consultivo histórico, proferido em 23 de julho de 2025, a Corte Internacional de Justiça (CIJ) se pronunciou sobre as obrigações dos Estados em matéria de mudança climática. A Corte reconheceu que o dever de prevenir danos ambientais significativos, já desenvolvido em sua jurisprudência anterior, aplica-se também à proteção do sistema climático. Segundo a CIJ, os Estados têm a obrigação, decorrente do direito internacional costumeiro, de agir com *due diligence* e empregar todos os meios à sua disposição para evitar que atividades sob sua jurisdição ou controle causem danos significativos ao sistema climático e a outras partes do meio ambiente.

A importância dessa conclusão vai além do regime internacional do clima. Ao reconhecer que a mudança climática constitui um risco universal, geral e urgente, a Corte reforçou a ideia de que as consequências ambientais de decisões tomadas dentro das fronteiras nacionais não se encerram, necessariamente, dentro dessas mesmas fronteiras. A soberania sobre os recursos naturais continua sendo um princípio fundamental do sistema internacional, mas seu exercício convive com deveres perante outros Estados e a comunidade internacional. A CIJ também reconheceu, contudo, que essas responsabilidades não são idênticas para todos. O princípio das Responsabilidades Comuns Porém Diferenciadas (CBDR em inglês) deve orientar a interpretação e a aplicação das obrigações climáticas. Isso significa levar em consideração, entre outros fatores, as contribuições históricas e atuais dos Estados para as emissões acumuladas de gases de efeito estufa, suas diferentes capacidades e suas circunstâncias econômicas e sociais. O próprio Brasil, durante o processo consultivo, defendeu que a jurisprudência sobre prevenção de

danos transfronteiriços fosse aplicada às mudanças climáticas, mas insistiu que a avaliação das obrigações de *due diligence* deveria incorporar essa diferenciação.

A Corte reconheceu, ainda, um dever de cooperação de boa-fé entre os Estados para prevenir danos significativos ao sistema climático. Esse aspecto é relevante para o nosso argumento: diante de um problema cujas causas e consequências ultrapassam as fronteiras nacionais, esforços exclusivamente individuais dificilmente são suficientes. A proteção ambiental deixa, portanto, de ser concebida apenas como uma prerrogativa doméstica e passa a envolver obrigações de prevenção e cooperação internacional. É nesse contexto que cabe uma provocação adicional: seria possível imaginar uma extensão da lógica da Responsabilidade de Proteger para a preservação de um bem ambiental de importância planetária, como a Amazônia?

Não se trata de afirmar que a R2P, tal como concebida em 2005, abrange a proteção ambiental. Seu escopo é outro, circunscrito ao genocídio, aos crimes de guerra, à limpeza étnica e aos crimes contra a humanidade. Trata-se, antes, de indagar se a inovação conceitual que esteve em sua origem (a ideia de que soberania implica responsabilidades e que estas não se esgotam, necessariamente, dentro das fronteiras nacionais) poderia inspirar uma nova construção normativa diante da emergência climática. O problema é que essa reproduz alguns dos dilemas que acompanharam a R2P desde sua criação.

O Conselho de Segurança das Nações Unidas é o único órgão internacional capaz de adotar determinadas decisões mandatórias para os Estados-membros, mas sua estrutura é condicionada pelo poder de veto dos cinco membros permanentes. Uma eventual ampliação da lógica da responsabilidade de proteger para questões ambientais estaria, portanto, submetida aos interesses das grandes potências, inclusive algumas das maiores responsáveis pelas emissões globais. A tentativa de proteger um bem público global poderia, assim, recriar as assimetrias que levaram os países do Sul Global a olhar com desconfiança para a R2P.

Uma alternativa seria deslocar o problema para a esfera regional. O Brasil abriga a maior parte da Amazônia e tem, consequentemente, responsabilidade particularmente importante na preservação do bioma. O terceiro governo Lula procurou reativar a cooperação amazônica e fortalecer a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), propondo uma governança que envolvesse governos nacionais e subnacionais, sociedade civil e comunidades locais. Os avanços, porém, permaneceram limitados pelas diferenças de orientação política entre os países e, sobretudo, pelas divergências quanto aos modelos de desenvolvimento da região.

É aqui que aparece, em nossa visão, o maior risco de uma Responsabilidade de Proteger aplicada à Amazônia na região. Preservar a floresta não pode significar apenas impedir seu desmatamento. Se a justificativa é a emergência climática, a responsabilidade de proteção precisa envolver também sustentabilidade e transição energética. Isso conduz, inevitavelmente, à questão da exploração de petróleo na Amazônia e em sua Margem Equatorial. Para países em desenvolvimento, abrir mão da exploração de recursos naturais possui custos econômicos, fiscais e sociais concretos. Não parece razoável imaginar uma governança ambiental regional baseada apenas na imposição de obrigações de preservação, especialmente quando parte dos benefícios climáticos produzidos por essa preservação é apropriada pelo conjunto da comunidade internacional.

Aqui, a própria lógica consagrada pela CIJ oferece uma pista importante. Se as responsabilidades são comuns, mas diferenciadas de acordo com contribuições históricas, capacidades e circunstâncias nacionais, a distribuição dos deveres de preservação também não pode ser dissociada da distribuição dos meios necessários para cumpri-los. A cooperação internacional precisa envolver não apenas compromissos, mas condições materiais para que esses compromissos sejam sustentáveis. Talvez seja necessário, portanto, acrescentar um segundo componente à equação: aos deveres de proteger deveriam corresponder benefícios de proteger.

A experiência regional oferece ao menos uma inspiração. No âmbito do Mercosul, o Fundo para a Convergência Estrutural (FOCEM) foi concebido a partir do reconhecimento de que a integração entre economias assimétricas exige mecanismos também assimétricos de financiamento: os países de maior desenvolvimento relativo contribuem proporcionalmente mais, enquanto as economias menores

recebem parcela maior dos recursos. Uma lógica semelhante poderia ser pensada, com todas as adaptações necessárias, para a cooperação amazônica. Um mecanismo regional de compensação poderia oferecer benefícios materiais aos países que assumissem compromissos verificáveis de preservação, transição energética e renúncia a determinadas formas de exploração ambientalmente incompatíveis com esses objetivos. A OTCA seria um espaço natural para iniciar essa discussão, embora sua estrutura atual esteja longe de dispor dos instrumentos financeiros e institucionais necessários para implementá-la, além de lhe faltar um comitê para tratar de energia. A ausência de uma estrutura regional robusta que articule governança ambiental, política energética e financiamento é, aliás, parte do próprio problema.

A questão também recolocaria o Brasil diante de uma escolha conhecida na história da integração regional. Liderança tem custos. Se pretende exercer papel central na construção de uma governança amazônica mais ambiciosa, o país teria de estar disposto não apenas a formular normas, mas também a arcar com parcela desproporcional dos custos da cooperação, funcionando como *paymaster* de um eventual mecanismo regional. A criação do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia pelo Brasil, em 2025, localizado em instalações da Polícia Federal em Manaus, foi um passo importante nesse sentido ao melhorar a troca de inteligência para o combate de crimes transnacionais e ambientais com os países vizinhos. Porém, não está claro que exista hoje disposição política em dar passos maiores na função de paymaster, seja no governo, seja na sociedade brasileira.

O 1º turno das eleições presidenciais de 2026 tornou essa contradição ainda mais evidente. Apesar da importância internacional adquirida pela agenda climática e da centralidade da Amazônia para a projeção externa brasileira, meio ambiente, mudança climática e transição energética não ocuparam posição equivalente no centro da disputa eleitoral, com exceção de debates sobre minerais críticos e soberania. O contraste é revelador: enquanto o Brasil procura apresentar-se internacionalmente como ator indispensável da governança climática, a discussão sobre os custos e as escolhas necessárias para exercer essa liderança permanece secundária no debate político doméstico.

A exploração de petróleo na Margem Equatorial sintetiza essa tensão. O problema não se reduz a uma oposição simples entre preservação ambiental e desenvolvimento econômico. Ele diz respeito à distribuição dos custos da transição: quem deve abrir mão de quê, quem se beneficia dessa renúncia e quem deve pagar por ela? É nesse sentido que a Amazônia recoloca, sob novas bases, o dilema que estava na origem da Responsabilidade de Proteger. Se a soberania implica responsabilidade, a preservação de um bem de importância global não pode ser tratada somente como um assunto doméstico. No entanto, se essa responsabilidade produz custos econômicos concentrados nos países que detêm esse bem, tampouco parece legítimo exigir sua proteção sem mecanismos de cooperação e compensação.

Responsabilidade de Proteger, nesse caso, talvez tenha de significar também responsabilidade de financiar a proteção. Seria possível construir, no âmbito da OTCA, um mecanismo inspirado na lógica redistributiva do FOCEM, no qual compromissos ambientais fossem acompanhados por incentivos materiais e financiamento da transição? Poderia o Brasil assumir o custo político e econômico de liderar esse processo? E estaria a comunidade internacional disposta a reconhecer que a preservação da Amazônia exige não apenas obrigações dos países amazônicos, mas responsabilidades compartilhadas por aqueles que dela se beneficiam?

Talvez estejamos no campo dos sonhos, mas grande parte das inovações normativas do sistema internacional começou pela formulação de ideias que, diante da correlação de forças existente, pareciam pouco realistas. A própria Responsabilidade de Proteger foi uma delas. O desafio, agora, é pensar se a emergência climática não exige uma inovação de ambição semelhante, capaz de combinar soberania e responsabilidade, preservação e desenvolvimento, deveres e benefícios de proteger.

Nesta edição do Boletim OPSA, publicamos o último monitor elaborado por toda a nossa equipe no âmbito da pesquisa sobre a Pan-Amazônia, referente a julho de 2026, assim como o último *policy paper* do projeto, escrito por Marília Closs, que analisa o processo de implementação da Declaração de Belém, lançada pela OTCA na cúpula presidencial que pretendeu reimpulsioná-la em 2023. Além disso, Ghaio Nicodemos, Gabriel Costa e Sabriny Pedrosa descrevem como os países sul-americanos vêm se posicionando diante da crescente importância dos minerais críticos e estratégicos para suas economias.

Por sua vez, Luan Olliveira explica a importância da paradiplomacia de estados brasileiros do Nordeste na continuidade de processos de integração regional em meio a conjunturas nacionais adversas. Finalmente, Matheus Petrelli interpreta a atual conjuntura política na Colômbia após a vitória de Abelardo de la Espriella na eleição presidencial ocorrida no último mês de junho.

Rio de Janeiro e Brasília, 7 de outubro de 2026

Maria Regina Soares de Lima, Marianna Albuquerque e Diogo Ives

Coordenadores do OPSA

Minerais críticos na América do Sul: estratégias nacionais, parceiros extrarregionais e tentativas de coordenação regional

Ghaio Nicodemos, Gabriel Costa e Sabriny Pedrosa

1. Introdução

A transição energética e a expansão de tecnologias associadas à eletrificação da economia aumentaram a importância de minerais utilizados na fabricação de baterias, redes elétricas, semicondutores, turbinas, painéis solares e equipamentos de alta tecnologia. Lítio, ferro, cobre, níquel, grafita, nióbio e elementos de terras raras passaram, com diferentes combinações, a integrar listas nacionais de minerais considerados críticos ou estratégicos. A classificação, que não é uniforme, depende das necessidades industriais, disponibilidade e riscos de abastecimento de cada país[2]. Assim, a "criticidade" está relacionada à posição que ocupam em cadeias produtivas essenciais e às dificuldades para garantir seu fornecimento (Sánchez-López, 2023). Nesse cenário, a América do Sul ganhou maior relevância por concentrar importantes jazidas e participar da produção internacional de vários desses recursos, com destaque para o lítio na Argentina, Bolívia e Chile, o cobre no Chile e Peru e a vasta diversidade mineral brasileira. A disponibilidade desses recursos, entretanto, não significa que os países sul-americanos ocupem as etapas mais rentáveis das novas cadeias industriais. A concentração das capacidades de processamento, fabricação de componentes e produção de tecnologias de baixo carbono fora da região mantém uma diferença importante entre possuir o recurso mineral e controlar a cadeia produtiva na qual ele é empregado.

Nesse contexto, a literatura recente chama atenção para o risco de a transição energética reproduzir uma inserção internacional baseada na exportação de matérias-primas, mesmo que os produtos exportados sejam agora considerados indispensáveis à descarbonização das economias desenvolvidas (Fornillo; Lampis, 2023; Medina Bickel; Mia, 2023). O problema recoloca uma questão conhecida dos países da região: como utilizar uma conjuntura internacional favorável aos seus recursos naturais para promover o desenvolvimento tecnológico e ampliar a capacidade de negociação externa.

Ao longo dos últimos anos, essa questão passou a ser atravessada por uma crescente competição entre parceiros extrarregionais. A China, que ocupa uma posição importante como mercado de mineração sul-americana, ampliou sua presença em projetos de lítio, cobre e outros minerais, mantendo uma vantagem significativa nas etapas de processamento e produção de componentes. Os Estados Unidos, no primeiro no governo de Joe Biden e agora, de forma mais incisiva, no segundo mandato de Donald Trump, passaram a tratar o acesso a minerais críticos como questão de segurança. A União Europeia, por sua vez, desenvolveu parcerias voltadas à diversificação de fornecedores, financiamento e construção de cadeias sustentáveis de matérias-primas. Mais recentemente, a Índia também passou a procurar ativos minerais na região e a incorporar o tema às suas relações com países sul-americanos. Não se trata apenas de uma nova expressão da competição entre Estados Unidos e China, e a multiplicação dos interessados cria um ambiente mais diversificado no qual os governos da região podem negociar com parceiros que oferecem diferentes combinações de financiamento, tecnologia, mercado e participação nas cadeias produtivas.

As respostas sul-americanas não têm sido homogêneas e os vínculos intrarregionais avançaram mais lentamente que as relações estabelecidas com atores externos. Em lugar de uma estratégia mineral sul-americana consolidada, observa-se uma combinação entre políticas nacionais, acordos bilaterais, investimentos empresariais e mecanismos incipientes de cooperação regional. A partir desse cenário, o presente artigo analisa esse movimento entre 2021 e 2026, procurando identificar como os países sul-americanos vêm se posicionando diante da crescente importância dos minerais críticos e estratégicos. O argumento apresentado é que a ampliação do número de parceiros externos aumentou as possibilidades de diversificação, mas favoreceu, até o momento, uma negociação predominantemente nacional dos recursos minerais. Na próxima seção, apresentamos o contexto regional e as principais iniciativas de cooperação desenvolvidas no

2Disponível em: https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2024/outlook-for-key-minerals.

período. Na terceira seção, analisamos as particularidades nacionais, considerando os acordos, negociações, investimentos e relações estabelecidas principalmente com China, Estados Unidos, União Europeia e Índia. Por fim, estabelecemos um quadro comparado e as considerações finais.

2. A América do Sul na corrida pelos minerais críticos

A América do Sul não ocupa uma posição homogênea nas cadeias de minerais considerados críticos ou estratégicos. A distribuição das jazidas, o grau de maturidade da exploração mineral e a capacidade industrial variam significativamente entre os países. Chile e Peru figuram entre os principais produtores mundiais de cobre; Argentina e Chile já possuem produção comercial de lítio, enquanto a Bolívia concentra grandes recursos pouco convertidos em produção; e o Brasil apresenta uma base mineral diversificada, com destaque para nióbio, grafita, níquel, manganês, lítio e elementos de terras raras. Em menor escala ou em estágios menos avançados, Colômbia e Equador também possuem reservas e projetos de cobre, níquel e outros minerais que ganharam importância com a transição energética. Essa combinação coloca a região entre as áreas com maior potencial de expansão da mineração destinada às novas tecnologias energéticas e industriais[3].

Nesse sentido, a atual corrida pelos minerais críticos não se restringe à disputa pelo acesso às jazidas. Ela envolve também o financiamento dos projetos, o licenciamento da mineração, a tecnologia utilizada na extração, a localização do processamento, os contratos de compra da produção e o destino dos minerais beneficiados. A expansão da mineração pode, inclusive, reforçar uma especialização na produção primária caso não seja acompanhada por investimentos em beneficiamento, pesquisa e desenvolvimento tecnológico (Sánchez-López, 2023; Fornillo; Lampis, 2023).

As primeiras tentativas regionais de responder a esse desafio de maneira coordenada concentraram-se no lítio. Em agosto de 2021, representantes de Argentina, Bolívia e Chile iniciaram, com apoio da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), um diálogo técnico sobre inovação e desenvolvimento tecnológico. A iniciativa deu origem, no ano seguinte, ao *Foro Permanente de Diálogo Técnico sobre Innovación, Desarrollo Tecnológico y Agregación de Valor al Litio*, cuja primeira reunião de trabalho ocorreu em 7 de junho de 2022. O mecanismo reuniu representantes da Y-TEC argentina, da Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB) e da CORFO chilena com o objetivo de discutir integração tecnológica, cooperação horizontal, pesquisa e possibilidades de formação de cadeias regionais de valor[4].

A natureza desse fórum ajuda a compreender os limites da coordenação alcançada no período. O primeiro Plano de Ação Bienal, referente a 2022-2024, priorizou vigilância tecnológica, intercâmbio de experiências e capacitação. Entre os temas discutidos estiveram a extração direta de lítio, o monitoramento ambiental dos *salares*, as tecnologias para fabricação de células e baterias e a atuação das empresas públicas. Não foram criados mecanismos comuns de preços, comercialização, tributação ou direcionamento dos investimentos. A cooperação regional avançou sobre aspectos técnicos da cadeia, enquanto as decisões relativas à exploração permaneceram sob responsabilidade de cada governo.

Essa diferença ficou evidente em março de 2023, quando o então presidente boliviano Luis Arce propôs à Argentina, ao Chile e ao Peru uma política conjunta que aumentasse a capacidade dos produtores de influenciar o mercado internacional do lítio. O governo boliviano chegou a utilizar como referência a ideia de uma "OPEP do lítio", defendendo maior coordenação dos preços e condições de comercialização, iniciativa que não teve sucesso[5]. Argentina, Bolívia e Chile seguiram adotando modelos nacionais bastante distintos, diferença que se aprofundaria nos anos seguintes: abertura acentuada ao investimento privado na Argentina, manutenção do controle estatal na cadeia boliviana e ampliação da presença da Codelco e de outros instrumentos estatais na estratégia chilena.

A cooperação técnica, por sua vez, foi gradualmente ampliada. Em agosto de 2025, uma nova reunião

3Disponível em: https://www.iea.org/reports/global-critical-minerals-outlook-2026/latin-america.
4Disponível em: https://www.cepal.org/es/notas/primera-reunion-trabajo-foro-permanente-dialogo-tecnico-innovacion-desarrollo-tecnologico.
5Disponível em: https://www.hidrocarburos.gob.bo/2023/03/23/arce-plantea-a-chile-argentina-y-peru-una-politica-soberana-conjunta-para-desarrollar-el-litio/ .

do Fórum do Lítio, realizada em Santiago, contou com delegações de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e México no âmbito do Plano de Ação Bienal 2024-2026[6]. A distância entre a cooperação regional e os acordos com parceiros externos se alargou à medida que a disputa pelos minerais se intensificou no mercado global. Como resultado, as relações extrarregionais se institucionalizaram mais rapidamente do que os mecanismos de integração mineral sul-americanos.

Contudo, persistem as tentativas recente de reduzir essa distância nas cadeias regionais. Em 27 de agosto de 2026, Argentina e Chile retomaram a implementação do Tratado de Integração e Complementação Mineira, firmado em 1997, aprovando protocolos para projetos na fronteira estre os dois países. A medida procura facilitar a utilização compartilhada de infraestrutura e favorecer investimentos em grandes projetos de cobre dos dois lados dos Andes[7]. No dia seguinte, Argentina, Bolívia, Chile e Peru assinaram em Santiago uma declaração conjunta sobre minerais estratégicos, comprometendo-se a ampliar a cooperação técnica, atrair investimentos e buscar apoio de instituições multilaterais para pesquisa, inovação e desenvolvimento institucional[8]. Para compreender o alcance dessa diferença, é necessário observar como cada país estruturou sua política mineral e quais relações extrarregionais privilegiou.

3. Estratégias nacionais e parceiros extrarregionais

3.1. Argentina: diversificação de parceiros em torno do lítio

A Argentina foi um dos países sul-americanos onde a ampliação da demanda por minerais críticos produziu resultados mais rápidos. Diferentemente da Bolívia, onde o Estado preservou controle direto sobre a cadeia do lítio, e do Chile, que ampliou a presença estatal no setor a partir de 2023, a política argentina permaneceu baseada na concessão dos recursos pelas províncias e na atração de investimentos privados, característica reforçada durante o governo de Javier Milei. A Lei de Bases, aprovada em junho de 2024, instituiu o *Régimen de Incentivo para Grandes Inversiones* (RIGI), aplicável à mineração e a outros setores, oferecendo benefícios para projetos de grande porte. Entre seus objetivos estão aumentar as exportações, atrair capital externo e desenvolver cadeias produtivas associadas aos investimentos[9]. Dentre os países com as maiores reservas de lítio mapeadas no mundo, observa-se a proeminência da América do Sul, que conta com a Bolívia em 1º lugar (com 22% das reservas), Argentina em 2º lugar (com 21%), e Chile em 4º lugar (com 10%). Além desses, fora da região, os EUA ocupam a 3ª colocação (com 13% das jazidas), Austrália a 5ª (com 8%), e China a 6ª (com 6% das jazidas).

O lítio foi o principal mineral beneficiado pela expansão da mineração argentina dos últimos anos, mas sua expansão não veio por meio de um único parceiro. A China construiu a presença mais visível, por meio da Ganfeng Lithium, empresa que ampliou suas operações no país e, em fevereiro de 2025, inaugurou, em Salta, uma planta com investimento acumulado de US$ 980 milhões e capacidade estimada em 20 mil toneladas anuais de cloreto de lítio. Dois dias antes da inauguração, Javier Milei recebeu, na Casa Rosada, o CEO da companhia chinesa, Wang Xiaoshen, junto ao representante da Lithium Argentina, para discutir o futuro do setor[10]. A Zijin Mining, também chinesa, avançou no projeto *Tres Quebradas*, em Catamarca, projetado para produzir 35 mil toneladas anuais de carbonato de lítio quando atingir sua capacidade prevista[11].

A aproximação com Washington, entretanto, retrocede a 2024, durante o governo de Joe Biden,

6Disponível em: https://www.cepal.org/es/notas/paises-triangulo-litio-brasil-mexico-fortalecieron-la-cooperacion-regional-innovacion.

7Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/argentina-chile-revive-cross-border-mining-framework-investment-2026-08-27/ e em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/62611/texto.

8Disponível em: https://www.mineria.gob.bo/index.php/nota_prensa/chile-argentina-bolivia-y-peru-firman-declaracion-conjunta-sobre-minerales-estrategicos/. Ver também: https://www.reuters.com/world/americas/four-south-american-nations-sign-strategic-minerals-pact-2026-08-28/.

9ARGENTINA. Lei nº 27.742, Ley de Bases y Puntos de Partida para la Libertad de los Argentinos. Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/normativa/nacional/ley-27742-2024-401266/texto .

10Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/noticias/economia-estuvo-presente-en-la-inauguracion-de-la-planta-de-litio-del-proyecto-mariana. Ver também: Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-presidente-milei-se-reunio-con-el-ceo-de-lithium-americas-y-de-ganfeng.

11Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/informe_litio_junio_2025.pdf.

quando Argentina e Estados Unidos assinaram um memorando de entendimento sobre minerais críticos, mas é inegável que a relação foi aprofundada após o segundo mandato de Trump. Em fevereiro de 2026, os dois governos firmaram o *Marco para Garantizar el Suministro en la Minería y el Procesamiento de Minerales Críticos*, que entrou em vigor no mesmo dia e prevê mecanismos de financiamento público e privado, simplificação dos processos de autorização, mapeamento geológico, reciclagem e cooperação para o processamento dos minerais[12]. A linguagem adotada enfatiza a construção de cadeias "seguras, resilientes e competitivas", aproximando a política mineral argentina da preocupação estadunidense com a segurança de suprimento.

Estados Unidos e China, contudo, não são os únicos parceiros presentes na Argentina. A União Europeia estabeleceu em junho de 2023 uma parceria estratégica sobre cadeias sustentáveis de matérias-primas. O acordo prevê identificação conjunta de projetos, instrumentos de financiamento e redução de riscos, cooperação tecnológica, adoção de padrões ambientais e sociais e estímulo à agregação local de valor[13]. No âmbito do *Global Gateway*, a cooperação europeia passou posteriormente a apoiar o desenvolvimento da cadeia do lítio nas províncias de Salta e Jujuy, contemplando o aperfeiçoamento regulatório, cooperação científica e mecanismos para diminuir os riscos de investimentos europeus em exploração e produção[14].

Já a Índia adotou uma estratégia diferente, quando em agosto de 2022, os governos argentino e indiano assinaram um memorando de cooperação em recursos minerais, no qual o lítio aparecia explicitamente associado à mobilidade elétrica e à intenção argentina de atrair investimentos indianos. O acordo ganhou dimensão concreta em 2024, quando a estatal indiana *Khanij Bidesh India Limited* (KABIL) assinou com a empresa pública provincial CAMYEN um contrato que concedeu exclusividade para exploração e desenvolvimento de cinco blocos de salmouras de lítio em Catamarca, abrangendo cerca de 15,7 mil hectares. Foi o primeiro projeto de exploração e mineração de lítio no exterior conduzido por uma empresa estatal indiana[15]. No segundo semestre daquele ano, foram iniciadas atividades não invasivas de mapeamento geológico e amostragem, indicando que a relação com a Índia permanece, até o momento, em uma etapa anterior àquela já alcançada pelos investimentos chineses[16].

O caso argentino evidencia, portanto, uma estratégia de diversificação de parceiros, e não a formação de um alinhamento exclusivo. A China ocupa a posição mais avançada na etapa produtiva; a Índia ingressou pela exploração de novas jazidas; a União Europeia procura vincular financiamento e acesso aos recursos à construção de cadeias consideradas sustentáveis; e os Estados Unidos avançaram mais recentemente sobre mecanismos de segurança de suprimento e processamento. Ao mesmo tempo, a política doméstica de Milei procura reduzir obstáculos ao capital privado, independentemente de sua origem. O governo zerou os impostos exclusivos de exportação para numerosos produtos minerais, mas manteve a alíquota de 4,5% para o lítio e a prata[17].

3.2. Bolívia: industrialização estatal e diversificação

A Bolívia seguiu uma estratégia de exploração mineral focada em empresas estatais, atribuindo à Yacimientos de Litio Bolivianos (YLB) os diretos de lavra do lítio. Durante o governo de Luis Arce, manteve-se o princípio de que a estatal deveria controlar os recursos e participar das diferentes etapas da cadeia, da extração à comercialização, enquanto empresas estrangeiras forneceriam principalmente capital e tecnologia. O governo boliviano evitou a concessão direta das jazidas e priorizou a entrada de parceiros externos em atividades que acelerem a industrialização do país. Em 2021, a YLB abriu uma convocatória

12Disponível em: https://cancilleria.gob.ar/es/actualidad/noticias/argentina-y-estados-unidos-suscribieron-un-acuerdo-de-minerales-criticos.
13Disponível em: https://single-market-economy.ec.europa.eu/system/files/2023-07/MoU_EU_Argentina_20230613.pdf .
14Disponível em: https://international-partnerships.ec.europa.eu/policies/global-gateway/developing-sustainable-lithium-value-chain-salta-and-jujuy-provinces-argentina_en?prefLang=es.
15Disponível em: https://cancilleria.gob.ar/userfiles/prensa/declaracion_conjunta_2022_reunion_de_comision_mixta_india_argentina.pdf . Ver também: https://www.mea.gov.in/Portal/LegalTreatiesDoc/AR22B3870.pdf .
16Disponível em: https://static.pib.gov.in/WriteReadData/specificdocs/documents/2024/dec/doc20241227477501.pdf .
17Disponível em: https://www.argentina.gob.ar/noticias/el-gobierno-baja-los-derechos-de-exportacion-productos-de-la-mineria-para-impulsar-la .

internacional para selecionar tecnologias de Extração Direta de Lítio (EDL) adequadas às características dos *salares* bolivianos. Vinte empresas participaram inicialmente do processo e oito passaram à etapa de testes tecnológicos[18].

A China adquiriu rapidamente a posição mais importante nessa estratégia. Em 20 de janeiro de 2023, a YLB assinou um convênio com o consórcio CBC — CATL, BRUNP & CMOC para desenvolver dois complexos de EDL nos salares de Uyuni, em Potosí, e Coipasa, em Oruro. Alguns meses depois, a CATL anunciou investimentos de aproximadamente US$ 1,4 bilhão nas duas plantas, projetadas para alcançar a produção de 50 mil toneladas anuais de carbonato de lítio[19]. Em junho do mesmo ano, a YLB incorporou outra companhia chinesa, a CITIC Guoan, e a russa *Uranium One Group* ao programa. Os três acordos anunciados representavam, naquele momento, investimentos projetados em US$ 2,8 bilhões e a capacidade de 100 mil toneladas de carbonato de lítio[20].

A aproximação com as empresas chinesas coincidiu com uma defesa política explícita do chamado "modelo soberano" de industrialização pelo governo Arce, que afirmava que a entrada de capital estrangeiro não implicaria concessão das reservas e que a YLB permaneceria responsável pela administração do recurso. Em março de 2023, Arce criticou a pressão dos Estados Unidos sobre os países produtores e apresentou o acordo com o CBC como demonstração da capacidade boliviana de escolher autonomamente seus parceiros[21].

O avanço dos projetos, porém, foi consideravelmente mais lento do que os anúncios iniciais sugeriam e, em dezembro de 2023, a Bolívia inaugurou a primeira planta industrial de lítio em Llipi, construída pela própria YLB e baseada no método tradicional de evaporação. A instalação foi projetada para a capacidade de 15 mil toneladas anuais, enquanto os projetos maiores continuavam em negociação[22]. O processo resultou em dois contratos específicos: a YLB assinou com a Uranium One, em setembro de 2024, um contrato para uma planta de até 14 mil toneladas anuais, com investimento de US$ 975 milhões; e, em novembro, com a *Hong Kong CBC Investment Limited*. Por envolverem recursos naturais estratégicos, ambos ainda dependiam de aprovação do Legislativo boliviano para produzir efeitos[23].

Organizações e comunidades de Potosí questionaram a falta de transparência, as condições econômicas dos contratos e os possíveis impactos ambientais sobre os salares. O tratamento legislativo foi interrompido por decisões judiciais, em maio de 2025, posteriormente revistas, enquanto as comissões da Câmara dos Deputados continuavam a analisar os instrumentos. Em agosto, uma comissão aprovou o contrato com a Uranium One e o enviou ao plenário, mas a mudança de governo ocorreu antes da conclusão do processo[24]. Em julho de 2026, os contratos com CBC e Uranium One continuavam sem aprovação definitiva, o que impede a passagem dos projetos para a fase de implementação[25].

A Índia também se fez presente nos investimentos do setor de lítio boliviano. Em 2023, a YLB e a empresa indiana ALTMIN estabeleceram cooperação para instalar uma planta destinada à produção de materiais ativos para baterias de íon-lítio em La Palca. O acordo previa o emprego da tecnologia indiana de fosfato de ferro-lítio revestido de carbono (C-LFP), utilizando carbonato produzido pela YLB, além de treinamento e transferência tecnológica. A planta deveria passar gratuitamente para a estatal boliviana ao término do acordo[26]. A participação indiana incidiu sobre uma etapa posterior da cadeia, disputada por chineses e russos, focando na tecnologia para baterias.

18Disponível em: https://www.hidrocarburos.gob.bo/2023/06/24/companias-internacionales-aceptan-el-modelo-soberano-de-inversion-para-explotar-e-industrializar-el-litio-2/
19Disponível em: https://www.hidrocarburos.gob.bo/2023/06/18/catl-invertira-us-1-400-millones-en-dos-plantas-industriales-de-litio-con-tecnologia-edl-en-uyuni-y-coipasa/.
20Disponível em: https://www.hidrocarburos.gob.bo/2023/07/03/produccion-de-carbonato-de-litio-de-inversionistas-supera-metas-del-plan-de-desarrollo-economico-y-social/.
21Disponível em: https://spanish.news.cn/20230321/cf0693dbf21d4de0a0663885752f0e4c/c.html.
22Disponível em: https://spanish.xinhuanet.com/20231216/73e8f6ba93644c3ebaf3bc866c4e5602/c.html.
23Disponível em: https://www.ylb.gob.bo/wp-content/uploads/2025/09/Contrato-Uranium.pdf.
24Disponível em: https://hemeroteca.larazon.bo/economia-y-empresa/2025/05/27/justicia-ordena-la-suspension-inmediata-de-los-contratos-de-litio/.
25Disponível em: https://www.opinion.com.bo/articulo/pais/contratos-litio-empresas-china-rusia-fueron-paralizados-acciones-judiciales/20260712092930993318.amp.html.
26Disponível em: https://www.hidrocarburos.gob.bo/2023/11/13/empresa-altmin-dejara-a-ylb-una-planta-piloto-de-materiales-activos-para-baterias-de-litio/.

A eleição de Rodrigo Paz, em 2025, introduziu uma inflexão na política externa e econômica sem produzir, até agora, uma ruptura completa com os acordos anteriores. Durante a transição, Paz anunciou que os contratos firmados com empresas chinesas e russas seriam revisados quanto à transparência e às condições oferecidas. A nova administração sinalizou que respeitaria os acordos existentes e procuraria criar regras mais favoráveis à atração de capital privado para mineração e energia[27].

A aproximação com os Estados Unidos tornou essa mudança particularmente visível em 2026. Em fevereiro, os ministros bolivianos das Relações Exteriores e da Mineração participaram, em Washington, do *Critical Minerals Ministerial*, organizado pelo Departamento de Estado[28]. Em 27 de abril, o ministro da Mineração Marco Antonio Calderón de la Barca e o subsecretário estadunidense Caleb Orr assinaram um memorando de entendimento sobre minerais críticos, orientado à atração de investimentos e à segurança das cadeias de suprimento[29].

Em abril de 2026, o chanceler Fernando Aramayo definiu quatro princípios para a política boliviana sobre minerais críticos: industrialização, transferência tecnológica, diversificação de parceiros e soberania sobre os recursos naturais[30]. A formulação preserva o objetivo industrializador do governo anterior, mas substitui a ênfase em empresas estatais chinesas e russas por uma tentativa de competição entre parceiros privados. Em agosto, após a assinatura da declaração sobre minerais estratégicos com Argentina, Chile e Peru, o país acrescentou uma dimensão regional à sua estratégia.

3.3. Brasil: diversificação de parceiros e disputa pelas terras raras

O Brasil ocupa uma posição privilegiada frente aos demais países analisados, devido à ampla diversidade de sua base mineral. O interesse internacional pelo território brasileiro envolve um conjunto amplo de recursos, como terras raras, nióbio, grafita, níquel, manganês, lítio, cobre e silício. O Brasil possui a segunda maior reserva mundial de ferro no mundo, com 18% do total global, ultrapassada pela Austrália, que detém 30% das reservas mundiais do mesmo minério. Rússia, China e Índia seguem o Brasil, com respectivamente 15%, 10% e 3% das lavras conhecidas de ferro (USG, 2026).

A principal dificuldade brasileira reside no fato de que apesar do potencial geológico, a produção doméstica de insumos de alta pureza para as tecnologias da transição energética permanece incipiente. O país possui liderança tecnológica no nióbio e alguma produção de carbonato de lítio, mas ainda depende do exterior para etapas importantes do refino e da transformação de vários minerais[31]. Para o nióbio, o Brasil lidera quanto às reservas, ocupando o primeiro lugar e respondendo por 66% das jazidas conhecidas, seguido por China e Canadá, com respectivamente 27% e 7% das reservas globais (USG, 2026).

A tentativa de responder a essa diferença ganhou maior institucionalização quando a Política Mineral Brasileira, criada em junho de 2022, estabeleceu entre seus princípios a agregação de valor aos bens minerais, o desenvolvimento tecnológico, a atração de investimentos e a preservação do interesse nacional. O decreto instituiu o Conselho Nacional de Política Mineral (CNPM), embora seu funcionamento só tenha adquirido efetividade em 2025[32]. Na primeira reunião ordinária do Conselho, realizada em outubro daquele ano, foram aprovadas prioridades para a política mineral e criado um grupo de trabalho específico para formular políticas e propostas legislativas destinadas ao desenvolvimento da cadeia de minerais críticos e estratégicos[33].

A agenda ganhou maior densidade em 2026. Em maio, a Câmara dos Deputados aprovou o projeto que cria a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), que seguiu para aprovação do Senado em setembro e foi sancionada pelo presidente Lula no mesmo mês[34]. A lei procura estimular o processamento

27Disponível em: https://www.reuters.com/world/china/bolivias-new-president-rekindles-cautious-hope-long-stalled-lithium--dreams-2025-10-21/.
28Disponível em: https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/02/04/24188/.
29Disponível em: https://www.lostiempos.com/node/666808.
30Disponível em: https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/04/18/24947/.
31Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/secretarias/geologia-mineracao-e-transformacao-mineral/guia-investidor-minerais-criticos/guia-investidor-estrangeiro-em-minerais-criticos/2026/guia-do-investidor-pt-br-final.pdf.
32Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2022/decreto/d11108.htm.
33Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/conselhos-e-comites/cnpm/resolucoes-do-cnpm/2025.
34Disponível em: https://g1.globo.com/economia/noticia/2026/09/16/lula-sanciona-politica-para-exploracao-de-minerais-criticos-e-estrategicos-em-territorio-nacional.ghtml.

e a transformação dos minerais no território brasileiro, prevendo um fundo garantidor de R$ 2 bilhões e até R$ 5 bilhões em créditos fiscais para projetos especializados. Em julho, o governo apresentou também o Plano Nacional de Mineração 2050, que incorporou os minerais críticos às prioridades de longo prazo e procurou relacionar conhecimento geológico, exploração sustentável, fortalecimento das cadeias produtivas e soberania nacional[35].

A China aparece como um dos parceiros mais consolidados do Brasil. Em novembro de 2024, durante a visita de Xi Jinping ao Brasil, os dois governos firmaram um memorando de cooperação técnica para o desenvolvimento sustentável da mineração. Em maio de 2025, o instrumento resultou no Plano de Ação de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável da Mineração 2025-2026, assinado entre o MME e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma chinesa. O plano prevê uma Aliança de Investimento em Mineração China-Brasil, mecanismos de financiamento para mineração verde, intercâmbio tecnológico e iniciativas voltadas à agregação de valor[36].

A aproximação com a União Europeia adquiriu maior intensidade a partir de 2025. O governo brasileiro passou a discutir com representantes europeus investimentos em projetos de terras raras, lítio, níquel e manganês, com ênfase na possibilidade de realizar no país parte das etapas de processamento. Em janeiro de 2026, o MME informou que negociava critérios e prioridades para investimentos europeus em de minerais estratégicos[37]. Em junho, durante visita do comissário europeu Jozef Síkela, a agenda avançou para a construção de cadeias de valor sustentáveis e para projetos que combinam mineração e beneficiamento local. O interesse europeu de maior destaque é projeto de terras raras da Viridis, em Minas Gerais, cuja planta piloto já realiza processamento mineral e pretende produzir carbonato misto de terras raras em escala comercial[38]. Tal interesse é explicado em parte pelas vastas reservas do País, que ocupa o segundo lugar mundial (com 18%, atrás apenas da China com 38%), conforme levantamento do Serviço Geológico dos EUA (USGS, 2026). Outros países com reservas relevantes são Rússia (9%), Índia (6%) e Austrália (5%).

A relação com a UE se diferencia, ao menos nos compromissos anunciados, pela insistência em que parte do valor seja agregada no Brasil. Essa posição converge com a política defendida pelo governo Lula de evitar a reprodução de um modelo concentrado na exportação de minério bruto. Em abril de 2026, o Brasil firmou com a Espanha um memorando bilateral sobre minerais críticos que menciona expressamente inovação tecnológica, atração de investimentos e fortalecimento das etapas de exploração e processamento[39].

A Índia constitui o parceiro cuja institucionalização também avançou recentemente. Brasil e Índia possuem desde 2020, um memorando de cooperação em geologia e recursos minerais. Durante a visita de Lula a Nova Délhi, em fevereiro de 2026, os dois governos assinaram dois novos instrumentos: um dedicado à cooperação em elementos de terras raras e minerais críticos e outro à mineração associada à cadeia de suprimentos do aço[40]. Em maio, o embaixador indiano Dinesh Bhatia reuniu-se com a Agência Nacional de Mineração (ANM) para discutir desde pesquisa e exploração até exportação, com interesse especial nas terras raras[41].

As relações com os Estados Unidos revelam uma situação mais particular, onde os dois países já haviam assinado, em 2020, uma declaração conjunta sobre minerais estratégicos. Contudo, até 1º de setembro de 2026, não encontramos um novo memorando bilateral entre os governos Lula e Trump comparável aos instrumentos assinados por Washington com Argentina, Peru, Equador, Paraguai, Chile ou Bolívia. O diálogo

35Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/brasil-ganha-estrategia-de-estado-para-transformar-a-riqueza-mineral-em-desenvolvimento-sustentavel-de-forma-soberana-ate-2050.

36Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/silveira-assina-plano-de-acao-com-governo-chines-para-desenvolver-a-mineracao-sustentavel.

37Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/mme-fortalece-cooperacao-com-uniao-europeia-na-area-de-minerais-estrategicos.

38Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-uniao-europeia-ampliam-parceria-em-energia-e-minerais-criticos-em-reuniao-no-mme.

39Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/brasil-e-espanha-firmam-acordo-estrategico-para-cooperacao-em-minerais-criticos.

40Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/atos-internacionais/atos-internacionais-2025/india/2026-memorando-de-entendimento-brasil-india-sobre-cooperacao-no-campo-de-elementos-e-terras-raras-e-minerais-criticos-portugues.pdf/view.

41Disponível em: https://www.gov.br/anm/pt-br/assuntos/noticias/visita-de-embaixador-da-india-reforca-oportunidades-de-cooperacao-no-setor-mineral.

continuou: em maio de 2026, representantes do Congresso estadunidense foram recebidos pelo MME para discutir terras raras, segurança das cadeias e investimentos[42].

A entrada estadunidense mais importante no período, porém, ocorreu diretamente sobre um ativo empresarial, com a aquisição da Serra Verde, empresa brasileira cuja mina Pela Ema, em Minaçu, Goiás, iniciou a produção comercial de terras raras em 2024. O projeto é estratégico por produzir terras raras leves e elementos pesados como disprósio e térbio, utilizados em ímãs empregados em veículos elétricos, turbinas eólicas, eletrônica e tecnologias de defesa. Parte da produção estava comprometida por contratos de longo prazo com compradores chineses, mas, em dezembro de 2025, a empresa informou que havia encurtado esses contratos para encerrá-los até o final de 2026, abrindo espaço para acordos com Estados Unidos, Europa, Canadá e Japão[43].

Em abril de 2026, a estadunidense USA Rare Earth anunciou um acordo para adquirir a Serra Verde por aproximadamente US$ 2,8 bilhões. A operação foi acompanhada por um contrato de *offtake* de quinze anos destinado a absorver 100% da produção da primeira fase de neodímio, praseodímio, disprósio e térbio[44]. A participação governamental estadunidense ganhou escala ainda maior em agosto: o veículo criado para adquirir essa produção concluiu uma capitalização de US$ 1,55 bilhão, incluindo US$ 750 milhões provenientes do governo dos Estados Unidos, além de mecanismos de preço mínimo e um contrato governamental de compra futura. A aquisição da Serra Verde ainda aguarda a conclusão formal de suas condições durante a redação deste artigo, embora tenha recebido aprovação dos acionistas da USA Rare Earth[45].

Sem um novo acordo interestatal abrangente com o governo brasileiro, Washington conseguiu utilizar financiamento público e contratos de compra de longo prazo para influenciar diretamente o destino futuro da produção de uma das principais operações de terras raras pesadas fora da Ásia. Ao mesmo tempo, a operação expõe o principal limite da atual posição brasileira, onde apesar de o minério ser extraído e passar por beneficiamento inicial no país, as etapas mais sofisticadas de separação e fabricação de ímãs permanecem predominantemente no exterior. O próprio ministro Alexandre Silveira passou a utilizar o caso para defender que novos investimentos não reproduzam uma relação limitada à exportação de produtos intermediários[46].

Dentre os outros minerais de grande importância no território nacional, podem ser citados o níquel (com 12% das reservas mundiais) e a grafita (26%). A posição do Brasil nestes segmentos poderá impulsionar o estabelecimento de novos acordos, à medida que o níquel e a grafita se tornem mais relevantes mundialmente com o crescimento da demanda por baterias de lítio, células a combustível e geradores eólicos. Porém, a distribuição mais equânime das reservas por diversos países poderá levar à priorização de acordos entre países próximos, em detrimento de uma cooperação mais global.

A estratégia brasileira combina, portanto, diversificação externa e tentativa de adensamento doméstico das cadeias produtivas. China possui instrumentos governamentais de cooperação e começa a relacionar mineração à sua presença industrial; a União Europeia oferece financiamento e procura associá-lo a beneficiamento local; a Índia constrói uma nova parceria concentrada sobretudo em terras raras; e os Estados Unidos avançaram mais concretamente por meio da Serra Verde e de mecanismos financeiros de segurança de suprimento. O desafio brasileiro permanece em utilizar essa pluralidade de interessados para deslocar a inserção do país da identificação e extração das jazidas para o processamento, separação e fabricação de materiais de maior valor agregado, objetivo que aparece de maneira recorrente na política governamental, mas cuja implementação industrial ainda é limitada.

42Disponível em: https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/mme-recebe-representantes-do-congresso-dos-eua-para-discutir-cooperacao-em-minerais-criticos-e-estrategicos.
43Disponível em: https://www.reuters.com/world/asia-pacific/serra-verde-cuts-short-china-offtake-deals-approached-by-western-firms-2025-12-04/.
44Disponível em: https://www.reuters.com/business/usa-rare-earth-acquire-brazils-serra-verde-28-bln-2026-04-20/.
45Disponível em: https://www.sec.gov/Archives/edgar/data/1970622/000121390026092810/ea030292401ex99-1.htm.
46Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2026/08/ministro-ve-terras-raras-como-ativo-para-brasil-em-disputa-entre-eua-e-china.shtml; Ver também em: www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/2023-2026/silveira-recebe-ceo-global-da-serra-verde-e-reafirma-interesse-nacional-na-atracao-de-investimentos-em-terras-raras.

3.4. Chile: liderança estatal e competição entre parceiros

O Chile apresenta uma relevante ampliação das relações com parceiros extrarregionais, paralelamente à construção de uma política nacional definida para organizar a expansão do lítio. Em abril de 2023, o governo de Gabriel Boric lançou a Estratégia Nacional do Lítio, atribuindo ao Estado participação em todo o ciclo produtivo e associando a exploração do recurso à agregação de valor, desenvolvimento científico e tecnológico e proteção dos *salares*. A estratégia previa a entrada da Codelco na produção, a criação de um instituto público de pesquisa e a abertura de novos projetos por meio de Contratos Especiais de Operação de Lítio (CEOL)[47].

A principal consequência foi a mudança da posição da Codelco, mineradora tradicionalmente concentrada na produção de cobre. Em dezembro de 2023, a estatal e a SQM anunciaram um memorando para continuar a exploração no Salar de Atacama. O acordo de associação definitivo, assinado em maio de 2024, estabeleceu uma sociedade público-privada responsável pela produção até 2060, com controle da Codelco e participação majoritária do Estado a partir de 2031. Depois de passar por autorizações regulatórias nacionais e estrangeiras e por consulta indígena, a associação foi materializada no final de 2025 na empresa Nova Andino Litio[48]. A decisão demonstra que a maior participação estatal não significou exclusão do capital privado, mas uma tentativa de reorganizá-lo sob uma posição mais forte das empresas públicas.

A mesma lógica orientou a expansão para outros salares. Em maio de 2025, a Codelco selecionou a anglo-australiana Rio Tinto para participar do desenvolvimento de Maricunga, com aporte potencial de até US$ 900 milhões e participação de 49,99%, permanecendo 50,01% sob controle da estatal chilena. Em fevereiro de 2026, nos últimos meses do governo Boric, foi assinado o CEOL que viabiliza a futura exploração, beneficiamento e produção no salar[49].

União Europeia foi um dos primeiros parceiros a institucionalizar sua aproximação com essa nova política. Em julho de 2023, Chile e UE assinaram uma parceria sobre cadeias sustentáveis de matérias-primas, abrangendo integração das cadeias, pesquisa e inovação, critérios ambientais e sociais, infraestrutura e mobilização de investimentos[50]. Diferente dos investimentos dirigidos exclusivamente à extração, a proposta europeia coloca formalmente maior ênfase no processamento e na agregação de valor local, embora a conversão desses compromissos em capacidade industrial chilena seja limitada.

A relação com a China revela justamente essa dificuldade, onde o país já é um mercado central para o cobre e o lítio chilenos e empresas chinesas possuem posições importantes no setor. Nos últimos anos, o governo chileno tentou utilizar essa relação para atrair também etapas posteriores da cadeia produtiva. A CORFO selecionou a BYD e a Tsingshan como produtores especializados para projetos de materiais catódicos, oferecendo acesso a volumes de lítio em condições previamente estabelecidas. A BYD chegou a anunciar uma planta de aproximadamente US$ 290 milhões para produzir 50 mil toneladas anuais de material catódico de fosfato de ferro-lítio (LFP), enquanto o projeto associado à Tsingshan previa investimento superior a US$ 230 milhões. Ambos, entretanto, foram abandonados em 2025[51]. A CORFO atribuiu o resultado principalmente à mudança das condições do mercado internacional do lítio, embora dificuldades administrativas e empresariais também tenham participado da decisão.

A presença chinesa permanece, assim, muito mais consolidada como mercado, investidora e participante de empresas minerais do que como promotora de uma cadeia industrial dentro do Chile. As relações governamentais continuaram a se aprofundar, como em maio de 2025, quando os dois países assinaram um memorando para fortalecer a cooperação econômica em cadeias globais e regionais de valor,

47Disponível em: https://www.economia.gob.cl/2023/04/21/presidente-gabriel-boric-junto-a-ministros-lanza-estrategia-nacional-del-litio-en-antofagasta-el-litio-nos-presenta-una-gran-oportunidad-para-el-desarrollo-que-no-podemos-desaprovechar.htm.
48Disponível em: https://www.codelco.com/codelco-y-sqm-firman-acuerdo-para-asociacion-que-da-a-chile-liderazgo-en.
49Disponível em: https://www.codelco.com/prensa/2025/codelco-elige-a-rio-tinto-como-socio-para-el-desarrollo-de-proyecto-de
50Disponível em: https://single-market-economy.ec.europa.eu/publications/memorandum-understanding-eu-chile-sustainable-raw-materials_en.
51Disponível em: http://www.latercera.com/pulso/noticia/corfo-culpa-a-cambios-en-las-condiciones-del-mercado-global-del-litio-ladecision-de-firmas-chinas-de-abandonar-proyectos/?outputType=base-amp-type..

incluindo investimentos, cadeias industriais e segurança dos fluxos produtivos[52]. Embora o documento não seja dedicado exclusivamente à mineração, a própria Subsecretaria de Relações Econômicas Internacionais chilena o incorpora à política de minerais.

A Índia também passou de um interesse predominantemente comercial para mecanismos mais estruturados. Em abril de 2025, durante a visita presidencial chilena ao país, os ministros responsáveis pela mineração discutiram cooperação em cobre, lítio e outros minerais críticos, incluindo exploração, práticas sustentáveis e processamento com maior valor agregado. Codelco, por sua vez, aproximou-se de empresas indianas. A estatal acordou o fornecimento de concentrados de cobre para a nova fundição do Grupo Adani em Mundra e assinou um memorando com a estatal Hindustan Copper Limited para cooperação em exploração, mineração e processamento mineral[53].

A relação avançou novamente em novembro de 2025, quando a Codelco e a Kutch Copper, subsidiária do Grupo Adani, assinaram um MoU para avaliar conjuntamente três projetos de cobre nas regiões de Antofagasta e Atacama. O documento está relacionado diretamente à preocupação indiana em garantir fornecimento de longo prazo para sua expansão industrial, incluindo infraestrutura, veículos elétricos e energias renováveis[54]. Paralelamente, os governos iniciaram em maio daquele ano a negociação de um *Comprehensive Economic Partnership Agreement* (CEPA) que inclui explicitamente minerais críticos entre seus temas. A Índia passa, assim, a aparecer no Chile principalmente pela cadeia do cobre, mineral crítico onde o país sul-americano tem escala produtiva e lidera como principal país em jazidas. Com as maiores reservas de cobre no mundo (USGS, 2026), o Chile ocupa o primeiro lugar global (com 19% das reservas), seguido do Peru (com 12%), sendo um dos atores mais relevantes no suprimento do metal, estratégico para setores de eletromobilidade e transmissão de energia.

As relações com os Estados Unidos também se aprofundaram, sobretudo após o retorno de Donald Trump à presidência e com o fim do governo Boric. Em 12 de março de 2026, já no governo de José Antonio Kast, os dois países assinaram uma declaração para estabelecer consultas sobre minerais críticos e terras raras. O documento associa diretamente a disponibilidade desses recursos à segurança nacional, às tecnologias avançadas e à resiliência das cadeias de suprimento[55]. Pouco mais de um mês depois, em 20 de abril, foi firmado um memorando específico sobre cadeias resilientes e seguras para mineração e processamento de minerais críticos e terras raras. O acordo contempla cooperação desde a exploração até o processamento, intercâmbio de experiências, desenvolvimento de capacidades e promoção de investimentos[56]. A forma como o governo chileno apresentou o instrumento é significativa. O governo chileno enfatizou que mantém acordos relacionados a minerais com diversos países e que sua política permanece "aberta, diversificada e não excludente"[57]. O memorando estadunidense foi incorporado a uma rede que já incluía União Europeia, China, Índia e outros parceiros, com diferentes graus de institucionalização. Em agosto de 2026, o Ministério de Mineração apresentou uma agenda para "recuperar a exploração" e aumentar a produção. Poucos dias antes, havia sido firmado com a empresa chilena Quiborax o primeiro CEOL concedido exclusivamente a um operador privado no âmbito da expansão recente do lítio, destinado à recuperação de carbonato a partir de resíduos minerais[58].

Ao mesmo tempo, o Chile procurou recuperar a dimensão regional de sua política mineral, e entre julho e agosto de 2026, avançou na reativação do Tratado de Integração e Complementação Mineira com a Argentina. Os protocolos aprovados para projetos transfronteiriços buscam combinar depósitos argentinos com infraestrutura, serviços e portos chilenos e podem mobilizar investimentos superiores a US$ 20 bilhões[59].

52Disponível em: https://www.subrei.gob.cl/docs/default-source/acuerdos/mou/memorandum-entendimiento-china.pdf?sfvrsn=bc525fae_1.
53Disponível em: https://www.pib.gov.in/PressReleasePage.aspx?PRID=2117527&lang=2&reg=48.
54Disponível em: https://www.codelco.com/codelco-y-grupo-adani-de-india-firman-acuerdo-para-avanzar-en-la.
55Disponível em: https://www.minrel.gob.cl/sala-de-prensa/chile-y-estados-unidos-firman-declaracion-conjunta-sobre-minerales-criticos.
56Disponível em: https://www.subrei.gob.cl/acuerdos-comerciales/memorandos-de-entendimiento.
57Disponível em: https://www.subrei.gob.cl/sala-de-prensa/noticias/detalle-noticias/2026/04/21/gobierno-de-chile-firma-acuerdos-con-estados-unidos-para-fortalecer-cooperaci%C3%B3n-en-minerales-cr%C3%ADticos-y-seguridad.
58Disponível em: https://www.minmineria.gob.cl/?noticia=biministro-daniel-mas-presenta-agenda-para-acelerar-inversion-y-abrir-un-nuevo-ciclo-de-crecimiento-de-la-mineria-chilena.
59Disponível em: https://www.minmineria.gob.cl/?noticia=chile-y-argentina-reactivan-tratado-de-integracion-y-complementa-

O Chile se encontra, assim, na etapa mais avançada das cadeias minerais entre os casos analisados até aqui. A principal dificuldade se situa na passagem para etapas industriais posteriores, como materiais catódicos e componentes para baterias. Em relação aos parceiros, mesmo com a mudança de governo, não se identifica uma escolha exclusiva: a China permanece central como mercado e investidora; a União Europeia enfatiza cadeias sustentáveis e agregação de valor; a Índia busca assegurar cobre para sua industrialização; e os Estados Unidos avançaram rapidamente sobre segurança de suprimento a partir de 2026.

3.5. Colômbia: uma agenda estratégica ainda em formação

A Colômbia incorporou os minerais estratégicos à política de transição energética mais recentemente e parte de uma posição distinta ligada à indústria consolidada de ferroníquel, concentrada em Cerro Matoso, e potencial para cobre, ouro e minerais polimetálicos. Entretanto, sua produção dos recursos mais demandados pelas novas cadeias tecnológicas continua reduzida. Em agosto de 2026, o próprio governo reconhecia que a Colômbia respondia por apenas 0,04% da produção mundial de cobre, não possuía produção formal de lítio, cobalto ou terras raras e ainda tinha 28,4% do território sem cartografia geológica na escala considerada necessária para ampliar o conhecimento mineral[60].

O primeiro movimento importante ocorreu em 30 de novembro de 2023, quando a Agência Nacional de Mineração (ANM) atualizou, depois de onze anos, a sua lista nacional de minerais estratégicos. A Resolução nº 1006 definiu dezessete grupos, incluindo cobre, níquel, zinco, metais do grupo da platina, ferro, manganês, fosfatos, magnésio, bauxita e outros minerais de alumínio, ouro, silício e cromo[61]. A definição colombiana é mais ampla que a dos grandes consumidores internacionais e considera necessidades de reindustrialização, infraestrutura, agricultura e segurança alimentar. A definição oficial estabelece como objetivo assegurar o abastecimento da demanda doméstica e desenvolver capacidade industrial para "*beneficio y transformación*" das matérias-primas minerais. Na *Hoja de Ruta de la Transición Energética Justa*, o governo identifica como cadeias prioritárias aço, fosfatos, arenas silicosas, cobre, ouro, níquel e outros insumos, vinculando-os à diversificação produtiva e à reindustrialização[62].

Entre 2024 e 2026, a principal medida para transformar essa definição em novos projetos foi a reorganização das *Áreas de Reserva Estratégica Minera* (AEM). Diferentemente das concessões ordinárias, essas áreas são previamente reservadas pelo Estado e posteriormente adjudicadas por processos de seleção objetiva. Em dezembro de 2025, o governo abriu uma rodada com 14 áreas estratégicas para cobre, ouro e minerais polimetálicos, localizadas em Antioquia, Cesar, La Guajira e Tolima[63]. O processo foi precedido por estudos geológicos, avaliação ambiental e articulação com comunidades e autoridades territoriais.

O passo mais recente ocorreu em agosto de 2026, quando o *Departamento Nacional de Planeación* e o Ministério de Minas e Energia colocaram em consulta o projeto de *Política Nacional de Minerales Estratégicos y críticos*, com horizonte de 2026 a 2032. O documento procura integrar conhecimento do subsolo, encadeamentos produtivos, agregação de valor, desenvolvimento territorial e rastreabilidade das cadeias[64]. Seu próprio diagnóstico indica, contudo, que a Colômbia ainda se encontra em uma etapa anterior àquela observada nos grandes produtores regionais, e a prioridade imediata é identificar jazidas e ampliar o conhecimento geológico.

A China adquiriu em 2025 uma posição importante no projeto de cobre, considerado um dos mais avançados do país. A mineradora chinesa JCHX Mining Management já participava desde 2022 do projeto El Alacrán, em Puerto Libertador, Córdoba, inicialmente em sociedade com a canadense Cordoba Minerals. Em maio de 2025 foi anunciado um acordo para aquisição da participação restante da companhia canadense. O projeto previa investimentos superiores a US$ 400 milhões e poderia se tornar a maior mina de cobre da

cion-minera.

60Disponível em: https://www.dnp.gov.co/Prensa_/Noticias/Paginas/conpes-minerales-estrategicos-consulta.aspx.

61Disponível em: https://www.anm.gov.co/autoridad-minera-definio-los-nuevos-minerales-estrategicos-del-pais.

62Disponível em: https://minenergia.gov.co/documents/13271/Presentacion_Hoja_de_ruta_transicion_energetica_justa_TEJ_2025.pdf.

63Disponível em: https://www.minenergia.gov.co/es/sala-de-prensa/noticias-index/gobierno-nacional-abre-ronda-minera-con-14-areas-estrategicas-para-impulsar-la-transicion-energetica/.

64Disponível em: https://www.dnp.gov.co/Prensa_/Noticias/Paginas/conpes-minerales-estrategicos-consulta.aspx.

Colômbia[65]. A operação foi concluída em março de 2026, quando o consórcio liderado pela JCHX passou a deter 100% do empreendimento e assumiu sua responsabilidade operacional[66]. Apesar do avanço societário, o projeto permaneceu durante grande parte do período na etapa de construção e montagem e de licenciamento ambiental, depois de o Estudo de Impacto Ambiental ter sido apresentado em 2023. A aquisição chinesa ocorreu, assim, antes do início da produção comercial[67].

Durante a visita de Gustavo Petro à China, em outubro de 2023, os dois países elevaram a relação ao nível de Associação Estratégica e incluíram entre suas prioridades a transição energética, a reindustrialização e a promoção de investimentos[68]. Em maio de 2025, a Colômbia assinou ainda um plano de cooperação relacionado à Iniciativa do Cinturão e Rota, instrumento não vinculante que contempla transição energética, infraestrutura, tecnologia e mecanismos de financiamento. Na mesma visita, o ministro de Minas e Energia afirmou buscar investimentos chineses também em minerais estratégicos[69].

Ao contrário do cobre, que permanece majoritariamente nas fases de identificação, licenciamento e preparação dos projetos, o níquel já possui extração e beneficiamento mineral dentro do território nacional, por meio da transformação em ferroníquel. A cadeia, entretanto, está orientada principalmente para exportação e não para a fabricação doméstica de componentes tecnológicos. Em 2023, a China absorveu aproximadamente 48% das exportações colombianas de ferroníquel, muito acima dos demais destinos[70]. O parceiro mais importante nessa cadeia pode, portanto, variar conforme a dimensão considerada: a China era o principal mercado comprador, enquanto a propriedade da mina permaneceu durante quase todo o período nas mãos da anglo-australiana *South32*. Em julho de 2025, esta anunciou a venda de Cerro Matoso à CoreX Holding, controlada pelo empresário turco Robert Yüksel Yildirim, em razão da reorganização global de seu portfólio de níquel[71].

A Colômbia ocupa, portanto, uma etapa anterior da atual corrida sul-americana. Sua política recente privilegia mapeamento geológico, definição de minerais estratégicos, organização de áreas para concessão e criação de cadeias domésticas, com o cobre ganhando maior importância por sua aplicação na eletrificação e o fosfato aparecendo como exceção relevante pela relação com fertilizantes e segurança alimentar. O níquel constitui a principal cadeia já madura, inclusive com beneficiamento doméstico, mas corresponde a uma estrutura produtiva formada antes da atual disputa por minerais críticos. Entre os grandes parceiros examinados neste artigo, a China é até agora aquele que avançou mais concretamente sobre um novo ativo mineral, por meio de El Alacrán.

3.6. Peru e Equador: cobre, capital chinês e aproximação com Washington

Peru e Equador ocupam posições diferentes na mineração sul-americana, mas apresentam uma característica comum: em ambos, o cobre concentra parte significativa do interesse recente dos parceiros extrarregionais. O Peru já possui uma indústria mineral madura e figura entre os principais produtores mundiais, enquanto o Equador ingressou apenas em 2019 na mineração industrial de cobre em grande escala. Nos dois casos, empresas chinesas adquiriram posições relevantes antes da recente ofensiva estadunidense sobre os minerais críticos. A aproximação com os Estados Unidos ocorreu, portanto, sobre setores nos quais a presença da China já estava consolidada, produzindo uma sobreposição entre parceiros mais semelhante à observada na Argentina do que uma substituição de investidores.

No Peru, a presença chinesa resulta de investimentos acumulados ao longo de mais de uma década.

65Disponível em: https://www.elespectador.com/economia/empresas/en-el-corazon-de-el-alacran-la-nueva-apuesta-china-por-el-cobre-colombiano/.
66Disponível em: https://cordobaminerals.com/news/cordoba-minerals-announces-closing-of-alacran-asset-sale/
67Disponível em: https://www.anm.gov.co/sites/default/files/DocumentosAnm/VSC-9_2025.pdf.
68Disponível em: https://www.cancilleria.gov.co/sala-de-prensa/noticias/declaracion-conjunta-entre-la-republica-popular-china-y-la-republica-de-colombia-sobre-el-establecimiento-de-la-asociacion-estrategica.
69Disponível em: https://www.cancilleria.gov.co/sala-de-prensa/noticias/abece-del-plan-de-cooperacion-colombia-china.
70Disponível em: https://mineriaencolombia.anm.gov.co/sites/default/files/2024-12/Fact%20Sheet%20Nickel%2012%202024.pdf.
71Disponível em: https://www.elespectador.com/economia/empresas/cerro-matoso-cambiara-de-dueno-este-es-el-acuerdo-de-venta-y-el-comprador/.

Empresas vinculadas a capitais chineses controlam operações importantes, como Las Bambas, da MMG, e Toromocho, da Chinalco, além da produção de ferro da Shougang e Shouxin. Em 2023, sete projetos controlados por empresas chinesas representavam aproximadamente 20% dos investimentos previstos na carteira mineral peruana. Las Bambas e Toromocho já se encontravam, contudo, em um estágio bastante mais avançado: juntas, essas operações participaram da grande expansão da produção de cobre ocorrida na década anterior[72].

Essa posição empresarial ganhou uma nova dimensão intergovernamental em novembro de 2024, durante a visita de Xi Jinping ao Peru. O Ministério de Energia e Minas (MINEM) e a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China (NDRC) assinaram um memorando para promover investimentos chineses em exploração e exploração mineral e facilitar a implementação de novos projetos[73]. Em setembro de 2025, a primeira reunião de acompanhamento ampliou a agenda para além da extração. Representantes dos dois governos passaram a discutir a transformação dos minerais, tecnologias limpas e investimentos considerados sustentáveis, indicando interesse peruano em incorporar etapas posteriores da cadeia[74].

Os Estados Unidos institucionalizaram sua aproximação pouco antes do acordo sino-peruano. Em 29 de agosto de 2024, os dois países assinaram um memorando destinado a estimular investimentos em minerais críticos, diversificar cadeias de suprimento e ampliar a cooperação em governança e tecnologia[75]. Em 4 de fevereiro de 2026, durante a Reunião Ministerial sobre Minerais Críticos, o chanceler Hugo de Zela assinou um novo memorando sobre minerais críticos e terras raras, que prevê identificar conjuntamente projetos prioritários, facilitar acesso a financiamento e tecnologia e cooperar em exploração, mapeamento de recursos, processamento, reciclagem, formação de recursos humanos e pesquisa[76]. Em comparação ao documento anterior, a agenda apresentada em 2026 é mais abrangente e se insere explicitamente na tentativa estadunidense de organizar cadeias de suprimento consideradas seguras e resilientes.

A Índia constitui um terceiro vetor, ainda que em estágio anterior. Durante a nona rodada das negociações para um acordo bilateral, realizada em novembro de 2025, os dois governos incluíram minerais críticos entre os capítulos tratados. A parte indiana relacionou as negociações à possibilidade de cooperação em setores como minerais, indústria farmacêutica e automóveis[77]. Em fevereiro de 2026, De Zela e o chanceler indiano Subrahmanyam Jaishankar voltaram a discutir a continuidade das negociações em Washington[78].

O Peru apresenta, assim, uma combinação entre produção mineral madura e diversificação de parceiros. A China permanece mais avançada em termos empresariais e produtivos, enquanto os Estados Unidos adquiriram maior peso na arquitetura institucional a partir de 2024, e a Índia começa a incorporar o tema às negociações comerciais. Mesmo com a inclusão recorrente de processamento e transferência tecnológica nos memorandos, a principal inserção peruana continua localizada na extração e exportação. Em 2025, cobre e ouro permaneceram responsáveis pela maior parcela das exportações minerais do país[79].

O caso do Equador parte de uma condição distinta. A mineração industrial é mais recente e o país ainda procura transformar seu potencial geológico em novos projetos produtivos. A mina Mirador, localizada em Zamora Chinchipe e operada pela Ecuacorriente, subsidiária vinculada à chinesa Tongling Nonferrous Metals, iniciou a produção em 2019 e tornou-se a primeira grande mina industrial de cobre do país. O projeto ocupa, portanto, posição desproporcional na pequena cadeia mineral equatoriana e colocou o capital chinês

72Disponível em: https://larepublica.pe/economia/2023/11/27/empresas-chinas-gestionan-siete-proyectos-mineros-minem-las-bambas-electricidad-enel-1717378.

73Disponível em: https://www.gob.pe/institucion/minem/noticias/1058102-minem-suscribe-memorando-de-entendimiento-con-la-republica-popular-china-sobre-promocion-de-la-inversion-en-mineria.

74Disponível em: https://www.gob.pe/institucion/minem/noticias/1243277-peru-y-china-consolidan-alianza-para-impulsar-una-mineria-sostenible-con-tecnologias-limpias.

75Disponível em: https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1012298-el-peru-y-ee-uu-suscriben-memorando-de-entendimiento-para-impulsar-inversiones-en-minerales-criticos-y-diversificar-cadenas-de-suministro.

76Disponível em: https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1347576-canciller-hugo-de-zela-suscribio-memorandum-de-entendimiento-sobre-minerales-criticos-en-washington-d-c.

77Disponível em: https://www.pib.gov.in/Pressreleaseshare.aspx?PRID=2186809&lang=2&reg=48.

78Disponível em: https://www.gob.pe/institucion/rree/noticias/1347528-canciller-hugo-de-zela-sostuvo-reuniones-bilaterales-con-sus-homologos-de-la-india-ecuador-argentina-canada-y-republica-dominicana.

79Disponível em: https://www.gob.pe/institucion/minem/noticias/1366007-minem-exportaciones-mineras-superan-los-us-55-mil-millones-a-noviembre-de-2025-superando-el-total-registrado-en-todo-el-2024.

no centro da expansão do setor[80].

O governo de Daniel Noboa procurou acelerar essa expansão. Em junho de 2025, o Equador iniciou a reabertura do cadastro de concessões minerais, fechado desde 2018. O processo foi organizado em etapas e deveria avançar progressivamente da pequena mineração para novas concessões metálicas e projetos de maior escala[81]. A medida busca atrair investimentos e formalizar novas áreas de exploração, ao mesmo tempo em que o governo tenta enfrentar a expansão da mineração ilegal. O Equador encontra-se, dessa forma, em uma etapa na qual identificação de jazidas, concessão e licenciamento continuam ocupando peso maior do que nos países com mineração consolidada.

A presença chinesa se ampliou justamente nesse momento. A Ecuacorriente pretende expandir Mirador por meio do projeto Mirador Norte, o que permitiria duplicar a capacidade de processamento da operação. A segunda etapa, porém, sofreu atrasos devido à negociação de um adendo ao contrato de exploração e às exigências governamentais para que a mina amplie sua capacidade própria de geração elétrica[82]. Em março de 2026, a Jiangxi Copper concluiu ainda a aquisição da SolGold e assumiu o controle do projeto Cascabel, em Imbabura, uma das maiores jazidas de cobre e ouro ainda não desenvolvidas do país[83].

A aproximação do governo Noboa com os Estados Unidos sobre o tema dos minerais críticos se inicia em fevereiro de 2026, quando Equador e Estados Unidos assinaram o *Marco para el Aseguramiento del Suministro en la Minería y el Procesamiento de Minerales Críticos y Tierras Raras*. O documento prevê mobilização de capital, transferência tecnológica e identificação de projetos, mas contém também dispositivos relacionados à aceleração de licenças e à proteção de ativos considerados estratégicos. Segundo o texto obtido pela imprensa equatoriana, as partes devem procurar proporcionar financiamento a projetos selecionados e criar mecanismos que favoreçam a participação estadunidense em ativos minerais estratégicos[84].

Em 13 de março de 2026, os governos Noboa e Trump assinaram o Acordo de Comércio Recíproco, que estabelece que o Equador deve permitir e facilitar investimentos estadunidenses na exploração, extração, refino, processamento, transporte e exportação de minerais críticos e recursos energéticos em condições não inferiores às oferecidas a investidores de terceiros países[85]. Essa aproximação não reduziu imediatamente a presença da China, e a aquisição de Cascabel pela Jiangxi ocorreu pouco mais de um mês após o acordo com Washington. Em agosto de 2026, o governo equatoriano adotou novos controles técnicos sobre exportações minerais destinadas à China, justificando a medida pela necessidade de verificar a correspondência entre o valor declarado e o preço de mercado[86].

Peru e Equador mostram, portanto, duas faces diferentes de uma mesma disputam. No Peru, Washington procura ampliar sua presença institucional sobre uma cadeia de cobre já madura, na qual investimentos chineses estão profundamente consolidados. No Equador, a competição ocorre enquanto grande parte dos novos depósitos ainda passa por exploração, licenciamento e preparação da produção, permitindo que acordos assinados hoje influenciem de maneira mais direta quem controlará os projetos futuros.

3.7. Os demais países sul-americanos: potencial mineral, prospecção e inserções ainda periféricas

Nos demais países sul-americanos, a corrida pelos minerais críticos apresenta intensidade bastante desigual. Paraguai e Guiana passaram recentemente a tratar o tema como oportunidade de atração de investimentos, embora ainda dependam de maior conhecimento geológico para comprovar a dimensão

80Disponível em: https://www.primicias.ec/economia/segunda-fase-mina-cobre-mirador-adenda-contrato-hidroelectrica-113350/.
81Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/ecuador-reopens-mining-concession-registry-after-seven-years-2025-06-17/.
82Disponível em: https://www.primicias.ec/economia/cascabel-mirador-minas-empresas-chinas-adenda-renegociacion-contrato-generacion-energia-125245/.
83Disponível em: https://www.eluniverso.com/noticias/economia/mineria-ecuador-compra-solgold-proyecto-cascabel-ibarra-china-gana-espacios-2026-nota/.
84Disponível em: https://www.primicias.ec/economia/tierras-raras-acuerdo-estados-unidos-proyectos-ecuador-activos-estrategicos-116336/.
85Disponível em: https://ustr.gov/sites/default/files/files/Press/Releases/2026/Ecuador%20Agreement.pdf.
86Disponível em: https://www.eluniverso.com/noticias/economia/ecuador-aplicara-controles-previos-a-las-exportaciones-mineras-a-china-nota/.

comercial de seus recursos. O Suriname possui uma cadeia mineral tradicional e retomou negociações para explorar suas reservas de bauxita com capital chinês. O Uruguai permanece praticamente fora da disputa atual, enquanto a Venezuela constitui um caso particular: possui recursos minerais considerados estratégicos, mas sua inserção internacional foi limitada durante grande parte do período por sanções, informalidade e baixa transparência, situação que começou a se alterar rapidamente em 2026, com a abertura frente aos EUA.

O Paraguai é o caso em que a mudança ocorreu de forma mais abrupta, com produção mineral reduzida e, até recentemente, sem posição relevante nas estratégias internacionais de minerais críticos. Segundo o Viceministério de Minas e Energia, existem indícios de urânio, terras raras, lítio, cobre, ferro e titânio, mas somente o urânio dispõe de recursos estimados, ainda sem caracterização como reserva certificada. Em fevereiro de 2026, o cadastro nacional registrava apenas duas concessões de exploração, 27 permissões de pesquisa e cerca de 80 solicitações em análise; entre os recursos considerados críticos, predominavam, portanto, as etapas de prospecção e identificação geológica[87].

Apesar dessa posição inicial, o governo de Santiago Peña tornou o Paraguai um dos primeiros países da região a aderir à nova arquitetura mineral promovida pelo segundo governo Trump. Em 4 de fevereiro de 2026, durante a Reunião Ministerial sobre Minerais Críticos em Washington, os governos paraguaio e estadunidense assinaram um memorando para garantir o fornecimento e processamento de minerais críticos e terras raras. O instrumento contempla apoio governamental e privado a investimentos, empréstimos, garantias, contratos de compra e simplificação de licenças e relaciona expressamente esses recursos à produção de tecnologias avançadas e de defesa[88]. A inclusão de referências às reservas paraguaias e à demanda e capacidade de armazenamento estadunidense demonstra que o acordo foi concebido antes mesmo da existência de uma produção doméstica significativa.

A Guiana encontra-se em situação semelhante quanto à necessidade de ampliar o conhecimento do subsolo, embora disponha de uma atividade mineral mais importante, especialmente no ouro e na bauxita. O governo já havia manifestado interesse em identificar cobre, lítio e outros minerais críticos em 2022, mas a principal iniciativa concreta ocorreu posteriormente com a criação de um novo inventário mineral nacional. Em 2025, o Ministério de Recursos Naturais iniciou levantamentos geofísicos aéreos destinados a modernizar dados que, em parte, não eram atualizados desde a década de 1960[89]. A política guianense para minerais críticos permanece, desse modo, predominantemente na fase de mapeamento, prospecção e redução dos riscos para futuros investidores, sem que se identifique ainda um parceiro extrarregional dominante ou uma cadeia comparável àquelas observadas nos grandes produtores do continente.

No Suriname, a principal movimentação recente ocorreu em uma cadeia mais tradicional. O país foi durante décadas produtor importante de bauxita, matéria-prima utilizada na produção de alumínio, mas a atividade entrou em declínio e praticamente cessou depois da saída da mineradora Alcoa. Em novembro de 2024, o governo de Chandrikapersad Santokhi assinou um memorando com a estatal chinesa Chinalco para retomar a exploração das jazidas do oeste do país. A proposta previa investimento de aproximadamente US$ 426 milhões, produção projetada de seis milhões de toneladas anuais e participação de 13% do Estado surinamês nas empresas constituídas para a mineração e infraestrutura[90]. O projeto, entretanto, estava estruturado inicialmente em torno da extração e exportação do minério para a China, com pouca agregação local de valor, característica que se tornou um dos pontos de contestação após a mudança de governo em 2025. A administração de Jennifer Simons decidiu reavaliar o memorando e reabrir as negociações com a Chinalco, depois de questionamentos parlamentares e de comunidades das áreas afetadas[91]. Em novembro, Simons afirmou que o governo não pretendia aceitar um modelo baseado simplesmente na exportação da bauxita extraída, indicando intenção de renegociar as condições para ampliar os benefícios domésticos[92].

87Disponível em: https://www.abc.com.py/economia/2026/02/04/conferencia-de-minerales-criticos-cuales-son-los-recursos-del-pais-que-interesan-a-eeuu/?outputType=amp.
88Disponível em: https://www.mre.gov.py/paraguay-refuerza-alianza-con-ee-uu-y-se-suma-a-iniciativa-sobre-minerales-criticos/.
89Disponível em: https://www.stabroeknews.com/2025/10/02/news/guyana/govt-to-develop-mineral-inventory-for-mining-sector/.
90Disponível em: https://gov.sr/ondertekening-mou-met-chinalco/.
91Disponível em: https://dwtonline.com/mou-met-chinalco-wordt-geevalueerd/.
92Disponível em: https://gov.sr/president-en-vicepresident-benadrukken-eenheid-van-beleid-in-parlement/.

O Uruguai, por sua vez, permanece fora do núcleo dessa competição. Estudos geológicos identificam rochas alcalinas e areias negras com potencial para determinados elementos de terras raras, mas não havia, até 2026, empresas realizando exploração ou produção comercial desses recursos. Especialistas consultados pelo *El País* uruguaio classificavam a situação como uma etapa de investigação científica, com incertezas inclusive quanto à viabilidade econômica de uma eventual exploração[93]. Não se observa, consequentemente, uma estratégia nacional ou uma disputa entre parceiros externos comparável à dos países vizinhos.

A Venezuela constitui a principal exceção dentro deste grupo. O país possui uma extensa atividade de mineração de ouro, ferro, bauxita e minerais associados ao chamado Arco Mineiro do Orinoco, além de ocorrências de *coltan* (fonte de nióbio e tântalo) e outros recursos que podem adquirir caráter estratégico. A ausência de levantamentos confiáveis sobre parte desses depósitos, a presença de mineração ilegal e de grupos armados e as sanções internacionais dificultaram, entretanto, sua integração formal às novas cadeias de minerais críticos[94].

Essa situação sofreu uma inflexão brusca em 2026, depois da captura de Nicolás Maduro e a mudança das relações entre o novo governo em Caracas e Washington. Em março, o governo dos Estados Unidos emitiu licenças que passaram a permitir determinadas operações e negociações de investimentos estadunidense no setor de minerais críticos venezuelano[95]. Pouco depois, em 9 de abril, a Assembleia Nacional aprovou uma nova Lei de Minas destinada a facilitar a entrada de capital doméstico e estrangeiro. A legislação ampliou a duração das concessões para até trinta anos, manteve a propriedade estatal do subsolo e abriu espaço para empresas privadas e estrangeiras participarem da exploração de ouro, diamantes e outros minerais considerados estratégicos[96]. A reforma ocorreu após reuniões da presidenta interina Delcy Rodríguez com representantes dos Estados Unidos e uma delegação de mais de duas dezenas de empresas estadunidense interessadas no setor. Ainda é prematuro concluir que essa abertura tenha transformado os Estados Unidos no parceiro predominante da mineração venezuelana. Ainda não existe ainda uma cadeia de minerais críticos em que novos investimentos estadunidenses tenham alcançado produção comercial relevante.

Os cinco casos reforçam a heterogeneidade regional. Paraguai e Guiana estão, fundamentalmente, na fase de identificação de jazidas e prospecção; Suriname procura reativar uma cadeia conhecida de bauxita e renegociar a forma de participação chinesa; Uruguai permanece praticamente fora da atual corrida; e Venezuela iniciou apenas recentemente uma reorganização institucional de seu setor mineral. Isso significa que a competição entre China, Estados Unidos, União Europeia e Índia não se distribui uniformemente pelo continente. Ela é mais intensa onde já existem jazidas comprovadas, projetos licenciados ou produção comercial e tende a adquirir outra natureza nos países em que o próprio conhecimento geológico ainda constitui o principal gargalo.

4. Considerações finais: uma corrida negociada individualmente

A análise dos movimentos ocorridos entre 2021 e 2026 indica que a crescente importância dos minerais críticos não produziu uma estratégia sul-americana comum para a exploração e industrialização desses recursos. Apesar da criação de mecanismos de diálogo sobre o lítio, da retomada da integração mineira entre Argentina e Chile e da declaração conjunta assinada por Argentina, Bolívia, Chile e Peru em agosto de 2026, as decisões mais relevantes continuam sendo tomadas pelos governos nacionais. São eles que definem as condições para concessões, licenciamento, entrada de capital estrangeiro e processamento dos minerais, enquanto a cooperação regional permanece concentrada principalmente na troca de informações, pesquisa e coordenação política ainda inicial.

Não se observa uma divisão simples da região entre áreas de influência de Estados Unidos e China. A presença chinesa é mais antiga e está mais profundamente inserida em ativos produtivos, especialmente

93Disponível em: https://gov.sr/president-en-vicepresident-benadrukken-eenheid-van-beleid-in-parlement/.
94Disponível em: https://www.elnacional.com/2026/01/venezuela-ni-petroleo-ni-democracia-tierras-raras/.
95Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/us-issues-new-venezuela-related-general-licenses-critical-minerals--says-us-2026-03-27/.
96Disponível em: https://www.reuters.com/world/americas/venezuela-legislature-approves-mining-law-meant-open-sector-foreign-investment-2026-04-09/.

no cobre peruano e equatoriano, no lítio argentino e nos projetos bolivianos. Os Estados Unidos avançaram mais rapidamente a partir do segundo governo Trump, utilizando memorandos, financiamento, contratos de compra e instrumentos relacionados à segurança das cadeias de suprimento. A União Europeia construiu uma estratégia intermediária, combinando acesso aos recursos, financiamento, requisitos ambientais e incentivo ao processamento local. A Índia, por sua vez, aparece como um ator mais recente, que procura assegurar recursos para sua própria industrialização mediante cooperação governamental, aquisição de direitos de exploração e acordos comerciais.

A posição de cada país nessa disputa também depende do estágio em que se encontram suas cadeias minerais. Nos grandes produtores, a questão central já não é apenas localizar jazidas ou autorizar a mineração, mas definir quanto do processamento e da transformação permanecerá no território nacional. Em outros países, a própria disponibilidade comercial de minerais críticos ainda precisa ser comprovada. Essas diferenças são sintetizadas na Tabela 1.

Tabela 1. Aspectos predominantes na cadeia de minerais de cada País

País	Parceiros predominantes	Minerais e aplicações	Etapa predominante da cadeia de valor
Argentina	China, EUA, UE e Índia, sem parceiro exclusivo	Lítio para baterias e mobilidade elétrica; cobre para eletrificação	Produção comercial de lítio, expansão de projetos e beneficiamento inicial; exploração e licenciamento de novos projetos de cobre
Bolívia	China ainda predominante nos grandes projetos; Índia em tecnologia; EUA em aproximação	Lítio, materiais catódicos e baterias	Produção limitada de carbonato; testes de EDL, contratação, licenciamento e projetos-piloto de beneficiamento
Brasil	China, EUA, UE e Índia	Terras raras, lítio, ferro, níquel, grafita, nióbio e manganês; baterias, ímãs, eletrônica, energia e defesa	Prospecção, mineração e beneficiamento coexistem; maior gargalo nas etapas avançadas de separação e transformação
Chile	China, UE, EUA e Índia	Cobre e lítio; eletrificação, redes, baterias e materiais catódicos	Mineração madura, especialmente de cobre; expansão do lítio e beneficiamento inicial; dificuldades na industrialização posterior
Colômbia	China é o ator externo mais avançado nos novos projetos	Cobre para eletrificação; níquel para siderurgia; fosfatos para fertilizantes	Predominam identificação, definição de áreas estratégicas e licenciamento; ferroníquel é exceção já beneficiada
Equador	China na produção e novos ativos; EUA na arquitetura recente de investimentos	Cobre para eletrificação e infraestrutu	Expansão da mineração, novas concessões e licenciamento; beneficiamento ainda limitado
Guiana	Sem parceiro claramente predominante	Potencial para cobre, lítio e outros minerais; bauxita já tradicional	Mapeamento geológico e prospecção
Paraguai	EUA	Potencial de terras raras, urânio, lítio e outros minerais	Identificação de jazidas, pesquisa e prospecção
Peru	China na produção; EUA na cooperação institucional; Índia emergente	Cobre para redes elétricas, infraestrutura e indústria	Extração em grande escala; processamento doméstico relativamente limitado

País	Parceiros predominantes	Minerais e aplicações	Etapa predominante da cadeia de valor
Suriname	China, sobretudo pela negociação com a Chinalco	Bauxita para cadeia do alumínio	Jazidas conhecidas; negociação para retomada da extração e discussão sobre agregação de valor
Uruguai	Sem parceiro predominante	Potencial ainda incerto de terras raras e outros minerais	Pesquisa científica e prospecção inicial
Venezuela	Relações anteriores com China e Rússia; EUA emergentes em 2026	Ouro, ferro, bauxita, columbita-tantalita e outros minerais estratégicos	Extração existente em algumas cadeias; abertura recente de concessões e tentativa de atrair novos investimentos

Fonte: elaboração própria.

Há, portanto, um efeito contraditório na multiplicação dos interessados externos. A presença simultânea de diferentes parceiros amplia as alternativas disponíveis aos governos sul-americanos e pode aumentar sua margem de negociação. Porém, essa mesma diversidade favorece a realização de acordos separados, adaptados aos recursos, necessidades e estratégias de cada país. A possibilidade de negociar individualmente com China, Estados Unidos, União Europeia e Índia reduz os incentivos imediatos para transferir parte dessa negociação a mecanismos regionais.

A América do Sul ganhou centralidade geológica justamente em um momento de maior competição internacional pelas cadeias da transição energética e das tecnologias avançadas. Ainda não transformou, contudo, essa condição em uma estratégia coletiva equivalente. As iniciativas surgidas nos últimos cinco anos mostram que existe espaço para cooperação, especialmente na produção de conhecimento, infraestrutura, tecnologia e agregação de valor. O desafio regional está em avançar precisamente para as etapas em que os países apresentam maiores dificuldades individualmente. Caso contrário, a atual corrida poderá diversificar os compradores e investidores dos minerais sul-americanos sem alterar substancialmente a posição da região nas cadeias internacionais de maior valor agregado.

Referências

COHEN, Adam; RAINERI, Ricardo. Extractives: challenges and opportunities for the south in the energy transition. *Mineral Economics*, v. 38, n. 2, p. 253-272, 2025. DOI: 10.1007/s13563-024-00479-2.

FORNILLO, Bruno; LAMPIS, Andrea. From the Lithium Triangle to the Latin American quarry: The shifting geographies of de-fossilisation. *The Extractive Industries and Society*, v. 15, 101326, 2023. DOI: 10.1016/j.exis.2023.101326.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). Global Critical Minerals Outlook 2026. Paris: IEA, 2026. Disponível em: https://iea.blob.core.windows.net/assets/19c60aa0-ee07-4a20-a138-33c967ac5008/GlobalCriticalMineralsOutlook2026.pdf. Acesso em: 11 set. 2026.

JOHNSON, Craig A.; CLAVIJO, Araceli; LORCA, Mauricio; OLIVERA ANDRADE, Manuel. Bringing the state back in the lithium triangle: An institutional analysis of resource nationalism in Chile, Argentina, and Bolivia. *The Extractive Industries and Society*, v. 20, 101534, 2024. DOI: 10.1016/j.exis.2024.101534.

MEDINA BICKEL, Juan Pablo; MIA, Irene. Geopolitics and Climate Change: The Significance of South America. Survival, v. 65, n. 4, p. 123-138, 2023. DOI: 10.1080/00396338.2023.2239062.

MELLO, Edson Farias; SCLIAR, Claudio. Critical Minerals, Geopolitics and Sovereignty: Brazil's Institutional Challenge. *Anuário do Instituto de Geociências*, v. 49, e73699, 2026. DOI: 10.11137/1982-3908_2026_49_73699.

OBAYA, Martín; KRAMARZ, Teresa. Lithium for the global energy transition: how global forces and national legacies are driving resource-based development in South America. *World Development*, v. 202,

107356, 2026. DOI: 10.1016/j.worlddev.2026.107356.

SANCHEZ-LOPEZ, Maria Daniela. Geopolitics of the Li-ion battery value chain and the Lithium Triangle in South America. *Latin American Policy*, v. 14, n. 1, p. 22-45, 2023. DOI: 10.1111/lamp.12285.

UNITED STATES GEOLOGICAL SURVEY (USGS). Mineral commodity summaries 2026. Reston: USGS, 2026. Disponível em: https://www.usgs.gov/publications/mineral-commodity-summaries-2026. Acesso em: 7 out. 2025.

A resiliência da integração sul-americana a partir do nordeste brasileiro: a paradiplomacia na agenda de infraestrutura

Luan Olliveira Pessoa[97]

A integração regional sul-americana encontra-se hoje tensionada e em uma encruzilhada relevante para a definição de seu futuro no médio e no longo prazo (González *et al*., 2022). Nesse contexto de mudanças ou indefinições, convém pensarmos na ideia de resiliência. Com arrefecimentos nos diálogos entre governos nacionais sobre esse tema, cabe atentarmos para a hipótese de que outros atores de integração regional podem dar andamento a esforços de continuidade nos diálogos, nomeadamente os governos subnacionais (Junqueira; Neves; Pessoa, 2024).

Na presente conjuntura política, o noticiário e análises recentes dão conta da formação de uma nova centralidade logística sul-americana associada ao Arco Norte (Melo, 2026) ou, no caso específico do Mercosul, de uma nova cartografia, que estaria despertando o "Mercosul periférico" e superando a lógica restritiva e centrada no eixo São Paulo-Buenos Aires (Safarov, 2021; 2025a; 2025b). Projetos ferroviários no Nordeste Brasileiro estão incluídos nessa reconfiguração emergente, tais como a Ferrovia Transnordestina (FTN), a Ferrovia Norte-Sul (FNS) e a Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL). O foco em integração física é o elemento central nessa perspectiva.

O objetivo geral deste artigo é expor maiores considerações sobre o potencial do Nordeste Brasileiro como parte promotora da integração sul-americana e avançar na compreensão da atuação do conjunto (não homogêneo) de governos subnacionais de territórios periféricos no plano nacional brasileiro. Dada a estrutura de dependência própria da periferia, governos subnacionais do Nordeste Brasileiro têm atuações internacionais a partir de ambientes paradiplomáticos periféricos, ou seja, ambientes comumente caracterizados por envolvimentos em assuntos exteriores de forma ocasional, hiática, informal e pouco sistematizada (Barros; Secches, 2023; Batista, 2022).

Tais características potencialmente comprometeriam a hipótese de um funcionamento propulsor à continuidade e à resiliência da integração regional pelo Nordeste Brasileiro. Ante essa aparente contradição, vale perguntarmos se é pertinente aos governos estaduais nordestinos um papel de estímulo à resiliência da integração regional e de que maneira ela estaria presente na agenda desses governos subnacionais.

Sendo assim, o objetivo específico desta investigação[98] é compreender se o Nordeste Brasileiro — afastado das fronteiras terrestres e marcado pela condição periférica — contribui para estimular uma resiliência da integração regional e se manifesta tal intenção. Para isso, cabe frisar, como hipótese específica, que a condição periférica desse conjunto de territórios subnacionais funcionaria como um consequente desincentivo estrutural (com hiatos, informalidade prevalecente etc.), mas também que o envolvimento do Nordeste Brasileiro na integração física sul-americana seria marcado pela persistência em participar e pelo tensionamento daquelas estruturas de desincentivo.

Em vista destes objetivos, e perante a forma característica de ambientes paradiplomáticos periféricos, a análise de um período de décadas ajudou a responder tais problemas e permitiu apreender continuidades, ainda que coexistentes com intermitências, na atuação paradiplomática do Nordeste Brasileiro em matéria de integração regional (Pessoa, 2026). Uma revisão bibliográfica proporcionou a fundamentação teórica da ideia de resiliência e da caracterização do período atual, assim como a abordagem dos governos subnacionais na integração regional, sem tratá-los, porém, de forma homogênea. Além disso, uma pesquisa documental sobre publicações institucionais e jornalísticas sustentou a análise empírica sobre a compreensão do Nordeste Brasileiro na resiliência da integração regional sul-americana.

Para expormos os resultados alcançados, entre esta introdução e as considerações finais, o presente

97Doutor em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Bahia e docente no Centro Universitário Jorge Amado (UNIJORGE).

98Esta investigação deriva da pesquisa de tese de doutorado do autor no Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal da Bahia (PPGRI-UFBA); vide Pessoa (2026). O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

texto está organizado em três seções. De início, descrevemos a situação atual da integração sul-americana e a ideia da resiliência em dois pontos de vista. Em seguida, expomos a atuação e explicamos a relevância de governos subnacionais para a integração regional. Finalmente, procedemos a uma análise dos projetos infraestruturais (ferroviários, principalmente) nordestinos no contexto atual como um possível estímulo à resiliência da integração regional.

A resiliência nos tensionamentos e nas disputas atuais

A importância de falar em resiliência de processos de integração regional hoje se dá por motivos tanto conjunturais quanto estruturais. Pelo lado mais conjuntural, o período atual da integração sul-americana já não se explica com categorias como regionalismo autônomo, regionalismo aberto e novo regionalismo econômico, ou mesmo regionalismo pós-liberal. Sem uma interpretação prevalecente, esse novo período varia na definição de seus marcos.

Em nossa concepção, são eventos relevantes para entendermos o período regional atual: a suspensão do Paraguai acompanhada da adesão da Venezuela no Mercado Comum do Sul (Mercosul) em 2012; o golpe de Estado no Brasil em 2016; as suspensões da Venezuela do Mercosul em 2016 e em 2017; e a falta de consenso para a nomeação de um novo secretário-geral da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), acompanhada da auto-suspensão de seis países-membros, no mesmo período.

Buscando contrapor-se aos eventos atuais da desintegração sul-americana — e também europeia —, está a ideia de resiliência, conforme Nolte e Weiffen (2020). A desintegração resulta de movimentos centrífugos gerados por fatores de estresse, os quais incluem desafios em múltiplos aspectos (econômicos, securitários, socioculturais, políticos, energéticos). Porém, movimentos centrípetos também existem. Eles podem limitar os impactos dos fatores estressantes e dependem das características de identidade da região, das demandas/expectativas dos atores do processo e das ofertas das instituições regionais. Assim, surge a resiliência.

Pela perspectiva estrutural, especificamente do ponto de vista do poder das instituições, processa-se historicamente, na América do Sul, um ciclo de crédito-descrédito quanto às capacidades institucionais regionais de discutir e resolver problemas comuns, consoante a percepção de serem instituições frágeis e pouco autônomas. No lugar de esforços e projeções regionais conjuntos e de diálogos e cooperações entre Executivos nacionais do período anterior, a atualidade está marcada por preferências pelas reuniões bilaterais e ações unilaterais, muitas vezes direcionadas a potências extra-regionais, com destaque para os Estados Unidos (Junqueira; Neves; Pessoa, 2026).

Hoje, estamos, sobretudo, em uma fase do descrédito da integração regional sul-americana. Para esse descrédito, contribui a lacuna de coordenação/liderança regional diante de incentivos fragmentados, de instituições regionais fracas às mudanças de governo, além de esforços divididos, duplicados, questionados, desacreditados e/ou negados por governos de direita e extrema direita eleitos desde 2016 (Junqueira; Neves; Pessoa, 2026).

O conceito de regionalismo líquido (Mariano; Bresan; Luciano, 2021) traduz as debilidades institucionais deste período atual, fruto do histórico de fragilidade e da pouca autonomia de instituições regionais. O bi- e o unilateralismo da atualidade revelam o baixo comprometimento de Executivos nacionais com iniciativas regionais, o que leva à retroalimentação crescente entre flexibilização, descomprometimento e instabilidade. Assim, as instituições ficam mais sujeitas à paralização institucional, por exemplo, ante o contexto político instável, flexível e maleável, suscitando, por isso, um regionalismo líquido.

Ainda em termos mais estruturais, assumimos que a região de um processo de integração é, sobretudo, uma construção permanentemente em andamento por parte de projetos políticos nacionais, regionais e globais que disputam e negociam interesses, valores, visões e ideias. Ao longo dessa construção, projetos políticos se tornam hegemônicos a cada novo momento de equilíbrio contingencial. Nesse sentido, o projeto político regional iniciado em 2003, balizado pelo Consenso de Buenos Aires, deixou de ser hegemônico em 2012 e está à deriva desde então (González *et al*., 2022).

Desta maneira, no período atual, há um novo projeto político hegemônico, de desintegração sul-

americana, o que não significa que tenha havido o fim de disputas políticas. As características desse projeto perpassam a obstrução de discussões estratégicas por manifestações públicas e em altos níveis de desacordos conjunturais, a prevalência da atenção ao exterior da região, as incertezas depositadas sobre a democracia como mecanismo de solução de conflitos, o fortalecimento de coalizões de veto, o impasse ou a inércia de parte das agendas sociais, e o processo de reprimarização econômica (González *et al*., 2022). Esse último elemento atravessa as demais características, na medida em que estimula a concorrência entre os países sul-americanos, acirra posições/coalizões, direciona a abertura da região ao exterior e reforça um enfoque econômico-comercial.

Estas características ilustram o ponto de vista de um jogo de forças, que nos permite reconhecer disputas históricas encontradas no Mercosul, como também a persistência de elementos presentes desde o início do bloco (González *et al*., 2022). São questões cruciais para países com demandas urgentes históricas e em condição de dependência externa, a exemplo de debates entre o curto e o longo prazo, entre planos nacionais e regionais, entre proposições/modificações e vetos, entre forças centrípetas regionais e centrífugas extrarregionais. Nessas condições adversas, a longevidade do processo, das forças centrípetas, do ideal da integração regional, não é banal. Também manifesta o potencial de resiliência, conforme as contingências das conjunturas políticas.

De toda forma, seja nos aproximando do ponto de vista do poder das instituições ou do jogo de forças, há uma conjuntura crítica reconhecida e que envolve os níveis nacional, regional e internacional (González *et al*., 2022; Junqueira; Neves; Pessoa, 2026). Além disso, as dificuldades na coordenação política entre Estados nacionais para agendas estratégicas e planejamento regional abrangente abrem espaço para outros atores interessados na continuidade de determinadas agendas. Dentro desse contexto, Marta Cerqueira Melo (2026) notou a ascensão de atores privados e de governos subnacionais. Sobre esses últimos, nos debruçamos na seção seguinte.

Governos subnacionais na integração regional

Como pode funcionar a participação de governos subnacionais em uma integração regional? Respondê-lo perpassa os conceitos de integração regional e de paradiplomacia. Comecemos pelo primeiro conceito:

> […] integração regional é então definida como um processo histórico de aumento dos níveis de interação entre unidades políticas (subnacionais, nacionais ou transnacionais), a partir de atores que compartilham ideias comuns, estabelecem objetivos, definem os métodos para alcançá-los e, ao fazer isso, contribuem para a construção da região (Dabène, 2009, p. 10, tradução própria).

Esta conceituação já concebe que governos subnacionais atuam na integração regional e contribuem para a construção da região. Para reforçá-lo, recorremos ao conceito de paradiplomacia: "[...] envolvimento dos governos não centrais em assuntos exteriores, de forma direta ou indireta, em atividades permanentes ou *ad hoc*, na persecução de objetivos funcionais" (Alvarez, 2021, n.p., tradução própria). O conceito agrega a perspectiva dos governos subnacionais ao centro das discussões.

Algumas categorias já foram delimitadas para a paradiplomacia quanto a seu alcance: regional transfronteiriça ou microrregional para quando se trata de territórios subnacionais vizinhos; e transregional ou macrorregional para quando os territórios não são vizinhos, mas pertencem a países vizinhos (Ducháček, 1986; Soldatos, 1990). A própria paradiplomacia de integração regional é uma de suas três vertentes reconhecidas (Ribeiro, 2009). Mais do que isso, integração regional e paradiplomacia interagem e se retroalimentam em termos de estímulos e relevância, como também se registra que há certos interesses subnacionais ignorados na integração regional (Pessoa, 2026).

Nesse sentido, costuma-se apontar que a integração regional oferece espaços qualificados para a paradiplomacia. Contudo, isso não é válido a todo e qualquer ator paradiplomático (Junqueira, 2019). Isso porque há uma grande tradição nos estudos de paradiplomacia em focar nas grandes cidades (territórios centrais no cenário nacional), sobretudo, e generalizar entendimentos a partir daí. Essa tradição reflete a prática, em que os Estados soberanos tendem a apostar nesses territórios centrais por seus retornos mais

rápidos, dadas as estruturas já favorecedoras (Juste, 2018). Enquanto isso, maiores carências persistem em territórios subnacionais periféricos.

Vale termos ciência de que a integração regional impacta as disparidades regionais dos países participantes, seja aprofundando tais disparidades quando as ignoram, seja oferecendo mecanismos de equilíbrio e compensação daquelas desigualdades (Mariano; Barreto, 2003; Vigevani, 2006). Assim, a ausência ou insuficiência de tais mecanismos geram preocupações e tensões para e nos territórios mais ainda desfavorecidos nessas disparidades agravadas (Mariano; Barreto, 2003; Vigevani, 2006). Pela possibilidade de efeitos negativos da integração regional para as desigualdades internas nacionais, a integração não deve ser percebida apenas como um importante espaço para a atuação internacional de governos subnacionais, mas também um espaço em que é importante o tratamento da "questão subnacional" para avanço da própria integração regional (Mariano; Barreto, 2003).

Em suma, os processos de integração regional podem ser espaços propícios e "de efetivo potencial à paradiplomacia" (Junqueira, 2017, p. 47) e à resistência às hierarquizações e desigualdades da globalização, mas também podem ressoar a política das grandes empresas que operam nas grandes cidades e as internacionalizam a partir desse privilégio e da guerra entre lugares (Santos; Arroyo, 1997). Essas possibilidades e impactos dependem dos interesses, valores, visões e ideias do projeto político hegemônico da vez e o acúmulo histórico produzido.

Tomando novamente o exemplo do Mercosul, a criação de mecanismos formais de integração regional formados pelos Estados impactou a percepção de vários atores subnacionais (governamentais e não governamentais), que transformaram a região em um dado contexto, criaram estratégias a partir do enquadramento regional e se posicionaram quanto à construção da região (González *et al*., 2022). Porém isso não ocorreu linearmente ou de uma vez só.

Por exemplo, o governo do Rio Grande do Sul havia protestado contra o estabelecimento, em 1960, da Associação de Livre Comércio da América Latina (ALALC) e pelo fato de o governo federal brasileiro não o ter consultado previamente. No arranjo argentino-brasileiro antecedente ao Mercosul, governos subnacionais do Comissão Regional de Comércio Exterior do Nordeste Argentino-Litoral (CRECENEA-LITORAL) e do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (CODESUL) começaram a se aproximar. Prefeitos brasileiros criaram o Conselho de Desenvolvimento dos Municípios Lindeiros ao Lago de Itaipu (CDMLI) em 1990. Cidades se reuniram e fundaram a Mercocidades em 1995. Governos intermediários fundaram em 1997 a Zona de Integração do Centro-Oeste da América do Sul (ZICOSUL). Também em 1997, governadores da Patagônia argentina e da Amazônia brasileira se encontraram no Itamaraty. Com uma exceção, essas movimentações ocorreram externamente aos mecanismos regionais estabelecidos pelos Estados soberanos, consoante a pouca abertura existente na década de 1990.

A partir de 2003, houve abertura a "novos" atores e agendas, levando-os para dentro das estruturas institucionais. Daí destacam-se o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul (FCCR), instalado em 2007, além de órgãos sobre integração fronteiriça no seio do Mercosul e da UNASUL sem participação de governos subnacionais (Pessoa; Souza, 2021). Já no período atual, o órgão de participação subnacional da UNASUL teve o mesmo destino da organização como um todo, enquanto o FCCR deixou de ser órgão permanente por supostas sobreposições ao órgão de integração fronteiriça do Mercosul (Pessoa; Souza, 2021) — como se apenas governos subnacionais fronteiriços participassem do FCCR e ele fosse reduzido a essa pauta.

Nessa trajetória, a "questão subnacional" não é um problema que atinge um grupo limitado ou particular, mas sim algo fundamental ao desenvolvimento, à paz, aos direitos humanos e ao próprio avanço da integração regional. Além disso, está vinculada ao jogo de forças entre os projetos políticos. A ausência ou omissão de considerações sobre os espaços subnacionais acaba por reforçar as tendências comuns de apostar e privilegiar os territórios centrais dos cenários nacionais. As disjuntivas, as adversidades e as lacunas do período atual reforçam tais tendências, deixando de lado a análise de movimentos políticos subnacionais.

A resiliência do Nordeste Brasileiro

No cenário nacional, o Nordeste Brasileiro reúne um conjunto significativo de governos subnacionais afetados negativamente pelas disparidades regionais brasileiras e, portanto, sujeitos aos efeitos de uma integração regional centrada em Executivos nacionais. Dado que não é possível o tratamento homogêneo dos governos subnacionais, a resiliência se manifestaria quanto a governos subnacionais nordestinos na integração regional? Para responder tal questionamento, precisamos recorrer à história.

Uma análise sobre governos subnacionais na integração regional incluiu os estados da Bahia e de Pernambuco e contrastou uma série de elementos: a apresentação do Mercosul como oportunidade de saída da periferia existente dentro do Brasil; a percepção, por atores políticos desses dois estados nordestinos, do pouco proveito dessa oportunidade; a constatação do federalismo e da matriz de desenvolvimento nacional calcados no atendimento dos interesses dos entes mais ricos do Brasil; e a verificação da prevalência da supressão de obstáculos (integração negativa) sobre a criação de mecanismos para a integração regional (integração positiva) no Mercosul (Medeiros, 2006).

Na década de 1990, de parlamentares nordestinos veio a proposição do Merconorte no mesmo ano de fundação do Mercosul, requerendo a atenção da política externa brasileira de integração regional para o Nordeste Brasileiro (Pessoa, 2026). A ideia repercutiu e chegou a ser menosprezada, mas também está na origem da proposição da Área de Livre Comércio Sul-Americana (ALCSA) e motivou estudos de integração física do "Cone Norte", a escolha de Fortaleza como sede da cúpula do Mercosul de 1996 e discursos institucionais naquela ocasião (Pessoa, 2026).

Na Cúpula de Brasília de 2000, houve o lançamento da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), mecanismo regional pensado para promoção da conectividade entre os países sul-americanos a partir de infraestruturas econômicas (energia, transportes e telecomunicações). Podemos remontar a ideia da IIRSA aos estudos de integração física do Cone Norte e à proposição do Merconorte (Pessoa, 2026), bem como a uma estratégia de sul-americanização do planejamento governamental federal que organizou todo o território brasileiro em eixos de integração e desenvolvimento via Plano Avança Brasil (Honório, 2013). Assim, foram definidos dez eixos para a integração física sul-americana, sendo a maioria dos projetos na área de transportes.

Naquele momento, porém, o mapa inicial da IIRSA apresentou um grande vazio de projetos. Nenhum dos dez eixos se aplicava ao Nordeste Brasileiro. Essa porção do território nacional estava alijada do planejamento estratégico sul-americano. De secretários de planejamento de governos estaduais nordestinos, sobretudo, veio então um pedido de articulação do Nordeste Brasileiro à IIRSA (Pessoa, 2014). Não seria coerente manter uma área correspondente às populações somadas da Argentina, Paraguai e Uruguai e historicamente produtora de comódites de fora, tanto se a motivação da IIRSA fosse aumentar o comércio intrarregional sul-americano e incidir sobre problemas históricos de infraestrutura econômica, quanto se fosse apenas criar caminhos exportadores para escoamento de mercadorias agropecuárias e minerárias.

A incorporação do Nordeste à IIRSA se deu entre 2011 e 2013, quando a iniciativa já estava vinculada à UNASUL, no Eixo Amazonas, muito embora a demanda houvesse sido para a incorporação ao Eixo Peru-Brasil-Bolívia (Pessoa, 2014). O Nordeste Brasileiro passou, assim, a figurar no planejamento regional abrangente a partir do então Eixo Amazonas Ampliado, com os grupos de projeto 5 ("Conexão entre a Bacia Amazônica e o Nordeste setentrional do Brasil") e 8 ("Conexão ferroviária Porto Velho - Nordeste meridional do Brasil"), ancorados respectivamente na Ferrovia Transnordestina e Ferrovia de Integração Oeste-Leste (Pessoa, 2014). Por fora da IIRSA, de certa forma concorria com a FIOL o projeto da ferrovia do Porto de Açu (Rio de Janeiro) ao Peru, chamado de Ferrovia Transcontinental (Azevedo, 2017).

Contudo, esta incorporação tardia não se sustentou nas arquiteturas institucionais seguintes para a integração das infraestruturas econômicas regionais sul-americanas. Com a vacância da Secretaria-Geral da UNASUL e as numerosas auto-suspensões de países-membros, as discussões entre os Executivos nacionais também foram paralisadas em 2018. Uma parte dos projetos seguiu com alguma continuidade em função de outros atores (Junqueira; Neves; Pessoa, 2026).

Nessa linha, três instituições financeiras regionais — Banco Interamericano de Desenvolvimento

(BID), Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF) e Fundo Financeiro para Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA) — buscaram retomar o papel de destaque desempenhado na IIRSA antes da UNASUL, criaram em 2020 a Aliança para a Integração e Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (ILAT) e selecionaram cinco grupos de projetos do portfólio da IIRSA para impulsionar (Barbero, 2022). Novamente, o Nordeste Brasileiro ficou de fora.

A partir de 2023, o Brasil tentou retomar o diálogo entre os governos nacionais sul-americanos, organizou uma cúpula para os presidentes de todos os países e conseguiu estabelecer o Consenso de Brasília como novo mecanismo de diálogo, desta vez com arquitetura institucional bastante enxuta comparativamente. No fim de 2023, o governo brasileiro apresentou o programa Rotas de Integração Sul-Americana, composto por cinco rotas de integração, conduzido pelo Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO) e em diálogos bilaterais no que fosse pertinente a outro país sul-americano envolvido (Melo, 2026). Retornaremos ao programa, mas, novamente, o Nordeste Brasileiro ficou de fora nesse momento.

Paralelamente, ainda que dissociadas do planejamento estratégico intergovernamental regional abrangente, a FTN e a FIOL seguiram sendo conduzidas (não necessariamente de forma linear) e vinculadas ao resto da América do Sul. Parte da iniciativa privada seguiu tratando desses projetos, mas sem necessariamente ligá-los ao plano sul-americano (Associação Nordeste Forte, 2019). Já a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) registrou o cenário do governo federal brasileiro: desinteressado em assumir sua função de indutor ou planejador ou de buscar a promoção do desenvolvimento regional no mandato de 2019 a 2022 (Bahia, [2019?]).

Como organização governamental estadual de planejamento estratégico, a SEI levou em conta tal cenário para rearticular as ações nomeadamente para a "inserção internacional da América do Sul, Brasil e a Bahia", mapeando cenários para contornar o que pudesse "favorecer a marginalização do Nordeste e da Bahia" (Bahia, [2019?]). Foram identificados os projetos da FIOL e FTN, como também da FNS, além da requalificação da Hidrovia do São Francisco e da malha concedida à empresa Ferrovia Centro Atlântica (FCA) (Bahia, [2019?]). Nesse sentido, pautou-se a proposta de revisão do traçado do projeto da FIOL no trecho que alcança a FNS, sendo a mudança a fim de propiciar a articulação da FIOL com a Ferrovia de Integração do Centro-Oeste (FICO) e, portanto, com o Eixo Peru-Brasil-Bolívia (Bahia, [2019?]).

Também esteve no radar a ideia de instrumentalizar interesses chineses contra a concentração de investimentos federais brasileiros no Sul-Sudeste e mobilizar para o que fosse mais conveniente nomeadamente ao Nordeste Brasileiro (Bahia, [2019?]). Nesse caso, trata-se curiosamente de usar, de forma cuidadosa e sagaz, possíveis forças centrípetas extrarregionais contra forças centrífugas do interior sul-americano. Em abril de 2025, uma delegação chinesa acompanhou obras da FIOL e da FICO ao lado no então ministro da Casa Civil e ex-governador da Bahia Rui Costa, o que resultou no memorando de entendimento de julho de 2025 entre Brasil e China (Infra S.A., 2025). Esse documento marcou a alteração do traçado da FIOL, a concepção do Corredor Ferroviário Leste-Oeste (FICO-FIOL), incluindo a FNS, e sua associação ao programa Rotas.

Por sua vez, a Transnordestina não seguiu explicitamente o mesmo caminho. À *Carta Capital*, em agosto de 2025, a economista Tânia Bacelar apontou que a ferrovia precisava se conectar à FNS no Tocantins para se integrar ao resto da rede do programa Rotas e não percebia demais governos estaduais nordestinos em busca disso, tal como o governo baiano fazia com a FIOL (Mendonça, 2025). E antes, em 2024, em entrevista para Marta Cerqueira Melo (2024, p. 474), Miguel de Souza havia relatado a necessidade de concluir o corredor FICO-FIOL para, junto com a Norte-Sul, viabilizar a Transnordestina e ter acesso ao porto de Chancay no Peru. Souza era então assessor de Confúcio Moura, senador por Rondônia integrante da Comissão de Serviços de Infraestrutura no Senado Federal. Ou seja, a pertinência sul-americana da Transnordestina já circulava, talvez não com a mesma prioridade política.

Vale termos em mente que, após anos de paralisação e repasses bloqueados, as obras da FTN foram retomadas e finalmente começou a ser trafegada em dezembro de 2025, após aditivo contratual de 2022 para repactuação e devolução da concessão do trecho pernambucano de Salgueiro ao Complexo Industrial Portuário de Suape (Diário do Nordeste, 2023; Hirata; Ribeiro, 2019). Então, as movimentações dos governos estaduais nordestinos registradas estão mais no sentido do desenrolar das obras, da retomada do trecho pernambucano devolvido e da criação de ramais potiguar, alagoano e paraibano (Brandão, 2026; Castilho, 2026; Redação

g1 CE, 2026). Adicionalmente, a própria empresa concessionária passou a defender a conexão da FTN com a FNS no Tocantins (Borges, 2026; Dantas, 2026; Siqueira, 2026).

De volta ao programa Rotas de Integração Sul-Americana, ele reconheceu, em seu primeiro relatório (Brasil, 2023), a exclusão do Nordeste Brasileiro da perspectiva da integração sul-americana ao falar da seleção de projetos feita, aventando a articulação (posterior) deles com os projetos previstos para o Centro-Oeste, Norte e Nordeste do país. Essa seleção feita teria sido guiada pelo critério da localização fronteiriça, mas este critério contrasta notavelmente com o acesso a portos atlânticos do Sul Brasileiro e, sobretudo, com a presença do estado (não fronteiriço) de São Paulo nas rotas do programa.

No segundo relatório (Brasil, 2024), o Nordeste Brasileiro apareceu como dinâmica posterior consequente da integração infraestrutural nas fronteiras terrestres e começou a ser relatado o processo chamado de "interiorização das rotas", iniciado com audiências com secretários estaduais de Planejamento, Desenvolvimento ou Infraestrutura. O segundo relatório também registrou que em torno de 25% das exportações nordestinas com os demais países sul-americanos se dá pelo modal rodoviário, o que seria impactado positivamente pelo programa Rotas e sua interiorização. Além disso, nomeou algumas cadeias produtivas potencialmente impactáveis: coureiro-calçadista, fruticultura irrigada, mineração-gipsita e confecções, sem deixar de mencionar a região agropecuária do MATOPIBA e os portos do Arco Norte para escoar tais comódites[99]. Há ainda a nomeação de potencialidades do comércio com China e demais países asiáticos do Pacífico.

Já o terceiro relatório (Brasil, 2025) assumiu a fase de "Interiorização-Bioceanidade" para consolidar o processo de interiorização, pelo que recuperou o histórico do Eixo Amazonas Ampliado (incorporação FTN, FNS, FIOL, FICO, BR-153, BR-163, BR-242 e hidrovias amazônicas) e revelou empenho em coadunar com as políticas públicas para redução das disparidades regionais brasileiras (inclusive com a bagagem das superintendências regionais). Repetiu o dado de 25% das exportações serem feitas por via rodoviária, especificando que corresponderam a 500 milhões de dólares estadunidenses em 2024, e agregou que as exportações nordestinas foram de dois bilhões de dólares estadunidenses naquele ano para demais países sul-americanos, enquanto que as importações chegaram a 2,4 bilhões de dólares estadunidenses.

O relatório apresentou ainda análise de cada um dos nove estados nordestinos nos quesitos de comércio internacional regional, modal marítimo, modal rodoviário, modal hidroviário, modal ferroviário, tecido produtivo, modal aéreo, cidades polo e pontos de destaque a serem estimulados pelo programa Rotas. E mencionou estrategicamente as vias da BR-101, BR-116, BR-230 (Transamazônica), BR-232, BR-316, FIOL, FTN, FNS, a malha da FCA, os portos de Suape, Ilhéus, Pecém, Itaqui, Piauí, Salvador, Luís Correia, Cabedelo e Coruripe, os trechos ferroviários a reativar em Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, os aeroportos de Recife, Salvador, Fortaleza, Natal, Maceió e São Luís, e a hidrovia do Parnaíba.

O chamado processo de interiorização das rotas com a incorporação postergada do Nordeste Brasileiro repete o que aconteceu na IIRSA. O discurso do critério da localização fronteiriça mas que contempla São Paulo é incoerente, bem como mostra a grande limitação da distância para as fronteiras terrestres como pronto fator explicativo para envolvimento de governos nordestinos na integração sul-americana (Pessoa, 2024). Inclusive mapas mais recentes do programa sinalizam modificações em uma das rotas, a do Quadrante Rondon, e nela explicitamente incluem o estado de Goiás e o Distrito Federal tal como São Paulo, enquanto demais estados não fronteiriços não recebem o mesmo destaque cartográfico.

Nesse processo, não só a China produziu efeito sobre a cartografia logística sul-americana. Em entrevista à *Revista Conjuntura Econômica* (Monteiro, 2025), um secretário do MPO relatou o efeito produzido pela União Europeia (UE). Mais precisamente, os avanços para conclusão e assinatura do Acordo de Associação Mercosul-UE geraram interesse de demais países sul-americanos em acessar os portos atlânticos nordestinos, pelas rotas do programa, para exportar para os países da UE sob as condições do tratado que se finalizava. Essa situação também pode ser uma oportunidade de instrumentalizar interesses dos vizinhos sul-americanos contra a marginalização, com a qual se preocupou a SEI.

99O MATOPIBA é uma região fruto de concepção da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) para áreas setentrionais do cerrado, abrange parte dos estados da Bahia, Piauí e Maranhão e todo o Tocantins e seu nome vem da junção das siglas desses estados. E o Arco Norte corresponde à região ao norte do paralelo 16º Sul para cujos portos escoam a produção agropecuária dessa porção do país. Em ambos os casos abrange total ou parcialmente o Nordeste Brasileiro.

De toda forma, a postergação repetida expressa uma concepção prevalecente na estrutura do governo federal brasileiro. Longe de ser exclusividade do país, trata-se da tendência, já levantada acima, em apostar nos territórios centrais. Uma manifestação de surpresa da então titular do MPO, Simone Tebet, ao Senado Federal simboliza a ruptura do imaginário produzido por essa tendência, que é tão reificada a ponto de fazer o fator da localização geográfica parecer uma explicação suficiente para um alegado desinteresse:

> Nós apresentamos essas cinco rotas [do programa Rotas de Integração Sul-Americana] diante do cenário do que nós já tínhamos. Essas são as primeiras artérias. Depois delas, muitas veias podem se integrar, ou seja, muitos municípios podem se integrar a esse projeto. E eu já vou adiantando, porque o Senador Marcelo [Castro] vai perguntar onde é que o meu Piauí entra nisso - inclusive a sua [Ferrovia] Transnordestina e mesmo o porto -, e eu já vou dizer que o Nordeste está integrado, como uma grata surpresa, pois eu imaginava que o Nordeste não teria interesse nessas rotas, porque ele faz parte do litoral do Atlântico.
>
> Eu vi que tem muitos produtos hoje produzidos no Nordeste... Sobre isso empresários, grandes empresários conversaram conosco [do Ministério do Planejamento e Orçamento], pois eles já começaram a ver que se interessam pela Rota 2 [Amazônica, antiga Multimodal Manta-Manaus] e pela Rota 1 [Ilha das Guianas], para escoar os seus produtos, também (Senado Federal do Brasil, 2024, p. 4-5).

Dessa maneira, compor a integração regional sul-americana mostrou-se um ideal persistente para parte do Nordeste Brasileiro, que disputa com estruturas que apartam, menosprezam ou postergam esse envolvimento. Em meio ao período atual da integração sul-americana de tensionamentos políticos nos altos níveis, movimentações paradiplomáticas nordestinas (mas não apenas elas) conseguiram reverter a exclusão do início do programa Rotas e recuperar a demanda nordestina de incorporação ao Eixo Peru-Bolívia-Brasil da IIRSA. Também convém notarmos as continuidades entre o Merconorte (ou Cone Norte) e o Arco Norte. Isso não significa, contudo, movimentações paradiplomáticas por parte dos governos nordestinos como um conjunto homogêneo, apenas que tal paradiplomacia pode existir e demonstrar resiliência.

A modo de remate

O objetivo da investigação que guiou este artigo foi compreender se o Nordeste Brasileiro tem o potencial de contribuir ou manifesta um estímulo à resiliência da integração regional. O olhar histórico mais amplo foi fundamental para tal compreensão, assim como uma concepção de paradiplomacia que contempla canais indiretos (pressão sobre o governo nacional) e informais para atenuar dificuldades empíricas. Essas dificuldades são a informalidade, os hiatos e as lacunas na sistematização, decorrentes de estruturas que condicionam territórios periféricos no cenário nacional, como é o caso do Nordeste Brasileiro.

A resiliência, seja do ponto de vista do poder das instituições, seja do ponto de vista do jogo de forças, tem se manifestado no período atual da integração sul-americana por atores diferentes dos governos nacionais da região. Estes, no geral, têm preferido molduras institucionais mais maleáveis, deliberações bilaterais, ações unilaterais, interações com o exterior da região, minando as capacidades conjuntas regionais de resolver situações comuns e o planejamento regional estratégico de longo prazo. Os governos subnacionais podem se destacar no processo de dar continuidade à integração regional, mantê-la resiliente, dentro das limitações que lhes são próprias.

Contudo, as condições estruturais para os ambientes paradiplomáticos periféricos não costumam ser incentivadoras da integração regional. O incentivo requer medidas de integração positiva, a exemplo das infraestruturas econômicas. Caso contrário, permanecem efeitos negativos que aprofundam as disparidades intranacionais e reforçam o privilégio dos territórios centrais. Ainda assim, a integração regional não deixa de funcionar como oportunidade de subverter essa estruturação entre centro e periferias, inclusive para governos

subnacionais. Por isso também eles são atores da construção da região conforme a concepção de integração regional aqui assumida.

O Nordeste Brasileiro, especificamente, exemplifica um conjunto de territórios periféricos na realidade brasileira, que sentem o lado perverso das disparidades regionais do país e seus governos são condicionados e limitados pela condição periférica. Mesmo assim, a investigação relatada acima nos permitiu encontrar a contribuição nordestina para a resiliência da integração sul-americana, necessariamente para uma integração regional que não ignore seus efeitos, nem os torne tão somente um assunto doméstico.

A incorporação conquistada no processo de interiorização do programa Rotas de Integração Sul-Americana mostra avanço na compreensão de combinar duas políticas públicas: política externa de integração regional com política de desenvolvimento regional. A abertura para "novos" atores, como os governos nordestinos, foi fundamental, bem como contar com a experiência de instituições como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), mencionada no terceiro relatório do programa.

Essa incorporação conquistada compõe uma trajetória de exclusão, menosprezo e postergação, de um lado, e, de outro, os avanços e proposições demonstradas com o Merconorte, com o Eixo Amazonas Ampliado, com o Corredor FIOL-FICO, com a interiorização do Rotas. Essa resiliência é encontrada a partir do olhar mais longo historicamente e, ainda assim, não é fácil em função da dificuldade em observar a paradiplomacia por canais indiretos e informais. Ao mesmo tempo, a ideia de "pouco proveito" ou a percepção de falta de busca pela sul-americanização da Transnordestina não é descabida, se estendermos a ponderação das demandas urgentes históricas no debate entre o curto e o longo prazo para os governos subnacionais de territórios periféricos.

Além disso, esta falta ou mesmo a trajetória de exclusões reiteradas pode ter a ver e importar para discussões sobre neoextrativismo e as atualizações dos mecanismos de perpetuação da dependência externa das periferias. Como esse aspecto não está no objetivo desta investigação, não foi aqui contemplado, mas é uma perspectiva a ser apurada. Em conformidade ao objetivo investigativo, ao jogar luz sobre interesses nordestinos em compor e influenciar a integração sul-americana, encontramos a resiliência e uma estratégia notável de instrumentalização/mobilização de forças extrarregionais para o movimento centrípeto da integração regional. Logo, contrasta com o caráter centrífugo do período atual, ao mesmo tempo em que reforça a ideia de despertar do "Mercosul periférico".

Referências

ALVAREZ, Mariano. Debates teóricos sobre la acción exterior de los gobiernos no centrales: una propuesta sintetizadora respecto de la paradiplomacia. *Papel Político*, n. 26. 2022. DOI: https://doi.org/10.11144/Javeriana.papo26.dtae. Disponível em: https://revistas.javeriana.edu.co/index.php/papelpol/article/view/32488. Acesso em: 10 ago. 2022.

ASSOCIAÇÃO NORDESTE FORTE. *Programação Prioritária Nordeste 2019-2022*. Brasília, 2019.

AZEVEDO, Cesar Augusto Lambert. Reflexões sobre a Ferrovia Transcontinental Sul-americana. **Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais**, João Pessoa, v. 3, n. 1, p. 254–285, 2018. DOI: https://www.doi.org/10.22478/ufpb.2525-5584.2018v3n1.34692. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/rppi/article/view/34692. Acesso em: 27 set. 2026.

BAHIA. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). Painel infraestrutura física. Salvador: SEI, [2019?]. Disponível em: https://logistica.estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/painel_infraestrutura_fisica.php. Acesso em: 25 set. 2026.

BARBERO, Jose. *La integración física de América del Sur*. [s. l.]: ILAT, 2022. 134 p. Disponível em: https://www.fonplata.org/sites/default/files/media/documents/Integracion_fisica_America_Sur_J_Barbero_completo.pdf. Acesso em: 26 set. 2026.

BARROS, Marinana Andrade e; SECCHES, Daniela Vieira. "Paradiplomacia da resistência": a reação subnacional à política (anti)ambiental de Bolsonaro. *Boletim de Economia e Política Internacional*, Brasília, n. 37, p. 35-52, 2023. DOI: http://dx.doi.org/10.38116/bepi37art2. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/13242. Acesso em: 17 ago. 2025.

BATISTA, Leandra Myrela Pereira. *A execução do Programa de Alívio da Pobreza Rural do Banco Mundial em ambientes periféricos*: o caso do Nordeste brasileiro. 2022. 190f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)-Universidade Estadual da Paraíba, João Pessoa, 2022. Disponível em: http://tede.bc.uepb.edu.br/jspui/handle/tede/4471. Acesso em: 18 jan. 2025.

BORGES, André. *Transnordestina quer mudar ligação com Ferrovia Norte-Sul e trocar Maranhão por Tocantins*. Folha de S.Paulo, São Paulo, 18 jun. 2026. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/06/transnordestina-quer-mudar-ligacao-com-ferrovia-norte-sul-e-trocar-maranhao-por-tocantins.shtml. Acesso em: 25 set. 2026.

BRANDÃO, Bruno. *RN quer levar Transnordestina por até 500 km e 5 cidades ao polo verde no litoral*. Movimento Econômico, Recife, 12 set. 2026. Disponível em: https://movimentoeconomico.com.br/estados/rio-grande-do-norte/2026/09/12/rn-quer-levar-transnordestina-por-ate-500-km-e-5-cidades-ao-polo-verde-no-litoral/. Acesso em: 25 set. 2026.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Rotas de integração sul-americana*: Relatório 2025: interiorização e bioceanidade. Brasília: Secretaria de Articulação Institucional/MPO, 2025. 126 p. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/publicacoes/relatorio-2025-rotas-de-integracao-sul-americana/@@display-file/file. Acesso em: 27 set. 2026.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Rotas de integração Sul-Americana*. Brasília: Secretaria de Articulação Institucional/MPO, 2024. 140 p. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/publicacoes/relatorio-2024-rotas-de-integracao-sul-americana/@@display-file/file. Acesso em: 27 set. 2026.

BRASIL. Ministério do Planejamento e Orçamento. *Rotas de integração Sul-Americana*: relatório 2023. Brasília: Secretaria de Articulação Institucional/MPO, 2023. 96 p.. Disponível em: https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/articulacao-institucional/publicacoes/relatorio-2023-rotas-de-integracao-sul-americana/@@display-file/file. Acesso em: 27 set. 2026.

CASTILHO, Fernando. *Decisões do TCU em favor da cisão da Transnordestina ao longo dos anos contrastam com exigencias para retomada em Pernambuco*. Jornal do Commercio, Recife, 18 jul. 2026. Disponível em: https://jc.uol.com.br/colunas/jc-negocios/2026/07/18/decisoes-do-tcu-em-favor-da-cisao-da-transnordestina-ao-longo-dos-anos-contrastam-com-exigencias-do-ministro-jonatan-marques-para-liberar-retomada-de-obra-em-pernambuco.html. Acesso em: 25 set. 2026.

DABÈNE, Olivier. *The politics of regional integration in Latin America*: theoretical and comparative explorations. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2009.

DANTAS, Rafael. Para onde caminham as ferrovias do Nordeste? *Revista Algomais*, 6 fev. 2026. Disponível em: https://algomais.com/para-onde-caminham-as-ferrovias-do-nordeste/. Acesso em 10 fev. 2026.

DIÁRIO DO NORDESTE. Transnordestina: veja cronograma das obras e o que muda com aditivo do contrato da ferrovia no CE. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 4 jan. 2023. Negócios. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/transnordestina-veja-cronograma-das-obras-e-o-que-muda-com-aditivo-do-contrato-da-ferrovia-no-ce-1.3318404. Acesso em: 25 set. 2026.

DUCHÁČEK, Ivo. *Territorial dimension of politics: within, among and across nations*. Boulder: Westview Press, 1986.

GONZÁLEZ, Leticia; LAGAR, Florencia Julieta; PERROTTA, Daniela Vanesa; PORCELLI, Emanuel. ¿Hacia dónde va la integración sudamericana? Claves para pensar el futuro del MERCOSUR a la luz de su 30 aniversario. *Desenvolvimento em debate*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 2022. DOI: https://doi.org/10.51861/ded.dmvdo.2.m.011. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/dd/article/view/48894. Acesso em: 24 ago. 2025.

HIRATA, Taís; RIBEIRO, Ivo. Sob pressão, CSN retoma obras da Transnordestina. *Valor Econômico*, São Paulo, 12 set. 2019. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/646058/noticia.html?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 set. 2026.

HONÓRIO, Karen dos Santos. *O significado da iniciativa para a integração da infraestrutura regional Sul-Americana (IIRSA) no regionalismo Sul-Americano (2000-2012)*: um estudo sobre a iniciativa

e a participação do Brasil. 2013. 135 f. Dissertação (mestrado)-Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2013.

INFRA S.A. *Corredor bioceânico*: parceria entre Infra S.A. e estatal chinesa viabiliza estudos para nova rota ferroviária entre Brasil e Pacífico. Brasília, 7 jul. 2025. Disponível em: https://www.infrasa.gov.br/corredor-bioceanico-parceria-entre-infra-s-a-e-estatal-chinesa-viabiliza-estudos-para-nova-rota-ferroviaria-entre-brasil-e-pacifico/. Acesso em: 27 set. 2026.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. *Entre interesses e identidades, o que querem e o que são? A atuação internacional dos governos subnacionais argentinos e brasileiros no Mercosul (1995-2018)*. 2019. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)-Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/14021. Acesso em: 20 abr. 2025.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges. Paradiplomacia: a transformação do conceito nas relações internacionais e no Brasil. *Revista brasileira de informação bibliográfica em ciências sociais*, São Paulo, n. 83, 2017, p. 43-68. Disponível em: https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/429. Acesso em: 23 mai. 2023.

JUNQUEIRA, Cairo Gabriel Borges; NEVES, Bárbara Carvalho; PESSOA, Luan Olliveira. Regionalism, Institutional Crisis, and Subnational Integration: (Dis)Continuities in a Fragmented Latin America. In: MILANI, Lívia Peres; MARIANO, Karina Lilia Pasquariello; SOARES, Samuel Alves (org.). *Transformations in international politics, conflicts, regionalism, and Latin America. São Paulo: Cultura Acadêmica*, 2024. p. 127-159. DOI: https://doi.org/10.7476/9786559545599.0006. Disponível em: https://books.scielo.org/id/spt2m/06. Acesso em: 15 set. 2026.

JUSTE, Stella Maris. *La gestión transnacional en unidades subestatales de doble periferia de Argentina, Bolivia y Chile a partir de su reconocimiento constitucional*: los casos de Jujuy, Tarija y Tarapacá. 2018. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)-Universidade Nacional de Rosário, Rosário, 2018. Disponível em: http://hdl.handle.net/2133/15221. Acesso em: 30 dez. 2020.

MARIANO, Karina Pasquariello; BRESSAN, Regiane Nitsch; Luciano, Bruno Theodoro. Liquid regionalism: a typology for regionalism in the Americas. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 64, n. 2, out. 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/0034-7329202100204. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbpi/a/fjTdDxj5VM8KkybBGqcfpCh/. Acesso em: 25 set. 2026.

MARIANO, Marcelo Passini; BARRETO, Maria Inês. Questão subnacional e integração regional: o caso do Mercosul. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 11, 2003, Campinas. *Anais*… Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Sociologia, 2003. Disponível em: https://portal.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=737&Itemid=170. Acesso em: 22 abr. 2024.

MELO, Marta Cerqueira. Do Arco Norte ao Corredor Bioceânico Brasil-Peru: infraestrutura, fronteira e governança multinível da integração sul-americana. *Revista Tempo do Mundo*, Brasília, n. 40, p. 499-532, 2026. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/revistas/index.php/rtm/article/view/781. Acesso em: 15 set. 2026.

MELO, Marta Cerqueira. *Infraestrutura logística, desenvolvimento e integração econômica regional sul-americana*: uma análise a partir da territorialização dos projetos da IIRSA (2000-2024). 2024. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)-Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2024. Disponível em: https://hdl.handle.net/11449/319854. Acesso em: 25 set. 2026.

MENDONÇA, Fabíola. *Primeiro apito*. CartaCapital, São Paulo, 31 jul. 2025. Economia. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/economia/primeiro-apito/. Acesso em: 27 set. 2026.

MONTEIRO, Solange. A marcha para o oeste da produção brasileira. [Entrevista com] João Villaverde. *Revista Conjuntura Econômica*, v. 79, n. 7, p. 26-30, jul. 2025. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/rce/article/view/93887. Acesso em: 25 set. 2026.

NOLTE, Detlef; WEIFFEN, Brigitte (ed.). *Regionalism under stress*: Europe and Latin America in comparative perspective. Abingdon/Nova Iorque: Oxon/Routledge, 2020.

PESSOA, Luan Olliveira. A paradiplomacia na integração regional e a distância: longe de ser o fator

explicativo principal. In: PAIKIN, Damián; PESSOA, Luan Olliveira (coord.). *Las relaciones internacionales subnacionales*: aproximaciones teóricas de una realidad en permanente transformación. Buenos Aires: CEAP, 2024. p. 12-18. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/42477. Acesso em: 15 set. 2026.

PESSOA, Luan Olliveira. *Incorporação do Nordeste do Brasil ao Eixo Amazonas da IIRSA*: a integração sul-americana ao alcance do desenvolvimento regional brasileiro. 2014. 38 f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Relações Internacionais)-Escola Paulista de Economia, Política e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2014. Disponível em: https://biblioteca.unifesp.br/acervo/160978. Acesso em: 25 set. 2026.

PESSOA, Luan Olliveira. *Pro Nordeste o Mercosul vira as costas? Um estudo sobre o lugar do Nordeste Brasileiro no Mercosul*. 2026. 301 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)-Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2026. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/45451. Acesso em: 17 set. 2026.

PESSOA, Luan Olliveira; SOUZA, Lucas Eduardo Silveira de. A integração fronteiriça no Mercosul: histórico, balanço e perspectivas nos 30 anos do bloco. *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, v. 10, n. 1, p. 222-252, 2021. DOI: https://doi.org/10.36311/2237-7743.2021.v10n1.p222-252. Disponível em: https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12556. Acesso em: 6 jan. 2026.

REDAÇÃO G1 CE. *'Todo mundo quer um pedacinho', diz Lula sobre interesse de outros estados na Transnordestina*. G1, Fortaleza, 2 jul. 2026. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2026/07/02/todo-mundo-quer-um-pedacinho-diz-lula-sobre-interesse-de-outros-estados-na-transnordestina.ghtml. Acesso em: 25 set. 2026.

RIBEIRO, Maria Clotilde Meirelles. *Globalização e novos atores*: a paradiplomacia das cidades brasileiras. Salvador: EDUFBA, 2009. DOI: https://doi.org/10.7476/9788523212018. Disponível em: https://books.scielo.org/id/zxnbn. Acesso em: 16 ago. 2025.

SAFAROV, Alejandro Gabriel. *¿El MERCOSUR abre el juego a las regiones de la periferia?*. Instituto de Relações Internacionais da Universidade Nacional de La Plata, 20 dez. 2021. Disponível em: https://www.iri.edu.ar/index.php/2021/12/20/el-mercosur-abre-el-juego-a-las-regiones-de-la-periferia/. Acesso em: 12 jul. 2024.

SAFAROV, Alejandro Gabriel. *De las capitales a las regiones*: el ascenso de la paradiplomacia territorial en el Mercosur periférico. Instituto de Relações Internacionais da Universidade Nacional de La Plata, 21 out. 2025a. Disponível em: https://www.iri.edu.ar/index.php/2025/10/21/de-las-capitales-a-las-regiones-el-ascenso-de-la-paradiplomacia-territorial-en-el-mercosur-periferico/. Acesso em: 28 out. 2025.

SAFAROV, Alejandro Gabriel. El Despertar del Mercosur Periférico: referencias que deja la Cumbre de Buenos Aires. *Boletín informativo (Instituto de Relaciones Internacionales)*, n. 93, 2025b. Disponível em: https://www.iri.edu.ar/index.php/2025/07/10/el-despertar-del-mercosur-periferico-referencias-que-deja-la-cumbre-de-buenos-aires/. Acesso em: 28 out. 2025.

SANTOS, Milton; ARROYO, Mónica. Globalização, regionalização: proposta do Mercosul. In: *Indústria e Globalização da Economia*. Brasília: SESI–DN, 1997. p. 55-64. (Caderno Técnico, 24). Disponível em: http://miltonsantos.com.br/site/wp-content/uploads/2011/08/Globalizacao-regional-a-proposta-do-mercosul_MiltonSantos_MonicaArroyo_1977.pdf. Acesso em: 10 set. 2018.

SENADO FEDERAL DO BRASIL. *Notas taquigráficas – reunião conjunta da Comissão de Serviços de Infraestrutura e da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, 19.ª reunião da 2.ª Sessão Legislativa da 57.ª Legislatura, realizada em 2 jul. 2024*. Brasília, 2024. 28 p. Disponível em: https://legis.senado.leg.br/escriba-servicosweb/reuniao/pdf/12642. Acesso em: 14 jan. 2026.

SIQUEIRA, Vanessa. *PNL 2050 amplia Transnordestina e prevê rota pelo litoral do Nordeste*. Movimento Econômico, Recife, 12 ago. 2026. Disponível em: https://movimentoeconomico.com.br/economia/transporte/2026/08/12/pnl-2050-amplia-transnordestina-e-preve-rota-pelo-litoral-do-nordeste/. Acesso em: 27 set. 2026.

SOLDATOS, Panayotis. An explanatory framework for the study of federated states as foreign-policy actors. In: MICHELMANN, Hans J.; SOLDATOS, Panayotis (org.). *Federalism and International Relations:*

the role of subnational units. p. 34-53. Nova Iorque: Oxford University Press, 1990.

VIGEVANI, Tullo. Problemas para a atividade internacional das unidades subnacionais: estados e municípios brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, n. 62, p. 127-139, 2006. DOI: https://www.doi.org/10.1590/S0102-69092006000300010. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/mSCBJg96dt5B9NfvXmbX6Rp/. Acesso em: 18 jan. 2025.

Monitor Eleitoral

Da semelhança à ruptura: a reconfiuração política após 2022 e a eleição colombiana de 2026

Matheus Fernandes Petrelli Santos
Pesquisador OPSA

Introdução

Durante as décadas de 1990 e 2000, diversos países da América do Sul experimentaram a ascensão de políticos progressistas à presidência. Conhecida como onda rosa, o fenômeno ficou marcado pela vitória de lideranças como Hugo Chávez na Venezuela, Luiz Inácio Lula no Brasil, Evo Morales na Bolívia e Pepe Mujica no Uruguai. Na contramão do fenômeno, um dos poucos países da região em que tal tendência não se observou foi a Colômbia. A eleição de Álvaro Uribe (2002-2010), em 2002, reforçou uma tendência histórica de resistência a lideranças progressistas (Londoño Niño; Gonçalves, 2022). Elegendo seus sucessores Juan Manuel Santos (2010-2018) e Iván Duque (2018-2022), o uribismo havia se consolidado como uma das principais forças políticas na Colômbia. Após o impopular governo de Duque, tal movimento, centralizado na figura de Uribe e seu partido, o Centro Democrático, apresentou certo declínio (Londoño Niño; Gonçalves, 2022). Evidenciado pelos resultados das eleições legislativas de 2022, a insatisfação popular não se voltou apenas ao uribismo, mas aos partidos tradicionais de uma forma geral.

Reforçando essa tendência, o pleito presidencial foi marcado pela disputa entre Gustavo Petro (2022-2026), candidato de esquerda pelo Pacto Histórico, e Rodolfo Hernández, autointitulado *outsider*. Representando uma possível superação da resistência histórica a políticos progressistas, Gustavo Petro (2022-2026) se elegeu, cerca de 20 anos depois do auge da onda rosa, o primeiro presidente de esquerda da história do país. Candidato de orientação progressista com maior votação da história, Petro desenvolveu um governo pautado pela "tríade justiça ambiental, justiça social e paz" (Londoño Niño; Gonçalves, 2022, p. 38). Ainda que tenha obtido alguns insucessos em pautas relacionadas ao enfrentamento do paramilitarismo, o presidente liderou a Colômbia a se tornar um dos principais atores internacionais no combate às mudanças climáticas e à exploração de combustíveis fósseis. Em paralelo, obteve resultados econômicos que superaram as projeções, como o desemprego abaixo de 10% - pela primeira vez em seis anos- e um crescimento do produto interno bruto de, aproximadamente, 3% em 2025 (Yahoo Noticias, 2026).

Deixando o cargo, Petro buscou, no pleito de 2026, eleger o sucessor do projeto liderado pelo Pacto Histórico. O senador Iván Cepeda entrou na disputa para alcançar o segundo turno contra a candidata do Centro Democrático, Paloma Valencia, e o *outsider* de extrema-direita, Abelardo de la Espriella. Representando uma das eleições mais disputadas e com uma das menores abstenções da história colombiana, o pleito e seus resultados serão analisados neste trabalho. Com o objetivo de compreender o contexto político da eleição e analisar os fenômenos que levaram a seu desfecho, este artigo conta com duas seções, além desta introdução e da conclusão. Na primeira serão destrinchados o pleito legislativo e o primeiro turno, enquanto a seguinte focalizará o segundo turno e os resultados do pleito.

A retomada dos partidos tradicionais nas eleições legislativas e o contraste com o primeiro turno presidencial

No dia 31 de maio de 2026, cerca de 24 milhões de colombianos exerceram sua cidadania ao participar do primeiro turno das eleições presidenciais. Dos quase 41 milhões aptos a votar (La Silla Vacía, 2026a), pouco mais de 57% compareceram às urnas, representando um crescimento de mais de 2 milhões de pessoas, ou 3 pontos percentuais, se comparado ao pleito de 2022 (Registraduría Nacional

Del Estado Civil, 2026a). Conforme apontado nas pesquisas, a disputa no segundo turno se consolidou entre o candidato do Pacto Histórico, Iván Cepeda, e o da extrema-direita, Abelardo de la Espriella. O fato que escapou das projeções foi a expressiva votação recebida por Espriella. Alcançando mais de 10 milhões de votos (44%), o presidenciável liderou o primeiro turno, superando o governista Cepeda, que conquistou mais de 9 milhões (41%). Ao contrário do subestimado desempenho do candidato de extrema-direita, Paloma Valencia, apontada, em certas pesquisas, como favorita à disputa de segundo turno contra Cepeda, não chegou aos 2 milhões de votos (7%).

Evidenciando a manutenção do declínio da capacidade presidencial do Centro Democrático e de sua figura central, o ex-presidente Álvaro Uribe, a eleição de 2026 não foi a primeira na história recente em que o Uribismo ficou sem representantes na disputa do segundo turno. Em 2022, Gustavo Petro (2022-2026) disputou contra Rodolfo Hernández, que "surgiu como um 'outsider' na campanha e conseguiu uma ascensão histórica na corrida eleitoral do primeiro turno, o que o posicionou como um forte candidato a ocupar a presidência"(Londoño Niño; Gonçalves, 2022, p. 34), enquanto Fico Gutiérrez, do Centro Democrático, ficou em terceiro. Argumentava-se, à época, que a derrota do Uribismo foi consequência de uma elevada reprovação de Iván Duque (2018-2022), presidente apoiado por Uribe, somada a uma

> insatisfação da população com o status quo [...] fruto da política tradicional colombiana, marcada pela alternância de conservadores e liberais no poder e, nos últimos anos, em especial, pela presença protagônica do partido Centro Democrático, liderado pelo ex-presidente Álvaro Uribe (Londoño Niño; Gonçalves, 2022, p. 34).

Buscando uma maior competitividade para as eleições presidenciais de 2026, Paloma Valencia e seu candidato a vice-presidente, Juan Daniel Oviedo, foram escolhidos após uma ampla consulta interpartidária. Neta do ex-presidente Guillermo León Valencia (1962-1966), a representante do Centro Democrático é advogada, foi colunista em meios de comunicação, eleita senadora em 2014 e pré-candidata à presidência nas eleições de 2018 – ocasião na qual desistiu para apoiar Iván Duque (2018-2022) – e de 2022 – quando perdeu a disputa interpartidária e se elegeu senadora. Ancorada na figura de Uribe, chamando-o de "pai", a candidata se destacou pela oposição aos acordos de paz com as FARC em 2016, defesa de um governo espelhado no de Álvaro Uribe (2002-2010) e fortes críticas ao governo Petro (2022-2026) (La Silla Vacía, 2026c).

Ainda que o pleito presidencial tenha representado mais uma derrota para o Centro Democrático, as eleições legislativas foram marcadas por uma retomada dos partidos tradicionais. Enquanto em 2022, o grupo político de Uribe havia conquistado apenas 16 das 161 cadeiras na Câmara de Deputados, em 2026, alcançou 28, se tornando a segunda maior força política. Já no Senado, o Centro Democrático aumentou de 13 para 17 assentos, também como segundo maior partido. Destaca-se, de forma paralela, a efetivação do Pacto Histórico, coalizão de Gustavo Petro e Iván Cepeda, como principal força nas duas casas legislativas, obtendo um crescimento de 26 para 37 cadeiras na Câmara de Deputados e de 20 para 25 dos 103 assentos no Senado. Além desses, partidos como o Liberal, Conservador e La U, considerados tradicionais na história política colombiana, tiveram um crescimento nas duas casas, representando uma retomada desses após o pleito de 2022 (CNN Español, 2026).

Buscando ir além da superficialidade da justificativa de que o governo Petro e seus insucessos teriam sido responsáveis pela retomada dos partidos tradicionais, argumenta-se que tal crescimento pode ser analisado sob duas óticas: (1) a rejeição e obstáculos históricos políticos de esquerda – com assassinatos de quatro presidenciáveis desse espectro entre 1987 e 1990 – e a ascensão do primeiro governo liderado por um candidato progressista (Londoño Niño; Gonçalves, 2022); e (2) a retomada da aderência entre certos segmentos da população, anteriormente vinculados aos partidos tradicionais, a partir da oposição à figura de Gustavo Petro. Vincular esse fenômeno apenas aos infortúnios do primeiro governo de esquerda na história da Colômbia seria ignorar a expressiva votação recebida pelo Pacto Histórico no pleito legislativo, primeiro e segundo turnos, que reforçou o apoio de parte considerável da população ao projeto desenvolvido por Petro. Ainda que haja outros componentes, pautas que experimentaram dificuldades durante a liderança de Petro foram apontadas como principais preocupações dos eleitores.

Uma pesquisa realizada em maio destacou que, para cerca de 72% da população, a saúde deveria ser uma prioridade do próximo presidente, enquanto 62% defendiam a segurança como um assunto urgente a ser tratado (Infobae, 2026a). Ambas podem ser consideradas agendas em que o governo de Petro não obteve o sucesso esperado. A partir da centralidade de tais pautas, atreladas a propostas de reforma no sistema de saúde, que tiveram dificuldades de tramitação no legislativo, e a Paz Total, que apresentou resultados ambíguos – avanços com certos grupos paramilitares e insucesso com outros -, argumenta-se que ocorreu, de maneira complementar – e não exclusiva -, um fortalecimento da oposição a partir de certos insucessos. Dessa maneira, a ser aprofundado na próxima seção, o encadeamento desses três principais fatores – barreiras históricas à consolidação da esquerda e eleição de um governo progressista; retomada da aderência do discurso de partidos tradicionais canalizados na oposição a Petro; e certos insucessos do governo -, podem nos auxiliar a compreender o ocorrido durante o segundo turno e seu resultado.

O segundo turno, as similaridades com 2022 e os fatores que levaram a um resultado distinto

Em junho de 2022, Gustavo Petro foi eleito o primeiro presidente de esquerda da história colombiana. Vencendo o candidato autointitulado *outsider* Rodolfo Hernández – que já havia sido prefeito de Bucaramanga e investigado por corrupção -, com uma diferença de, aproximadamente, 717 mil votos, - a eleição foi marcada por um embate entre dois candidatos que não pertenciam à pendular política tradicional colombiana (G1, 2022). Apesar de ambos não pertencerem ao convencional eixo liberal-conservador, enquanto Petro se vinculava às agendas progressistas atreladas ao espectro da esquerda, Hernández não podia ser ligado "ao movimento internacional de extrema-direita que auxiliou a campanha de Trump e outras lideranças", já que "a própria atribuição de um espectro político ao então candidato é complicada, devido à falta de um viés ideológico claro de suas propostas" (Londoño Niño; Gonçalves, 2022, p. 36).

Assemelhando-se ao cenário de 2022, o segundo turno de 2026 não contou com a presença de candidatos de partidos tradicionais e canalizou a disputa entre um candidato de esquerda, Iván Cepeda, e um outsider, Abelardo de la Espriella. Enquanto em 2022, Hernández não se vinculava diretamente à extrema-direita, em 2026, Espriella, abertamente inspirado em políticos como o presidente de El Salvador, Nayib Bukele, e dos EUA, Donald Trump, buscou se encaixar nesse espectro político (O Globo, 2026). Apoiado diretamente por outras lideranças dessa onda de extrema-direita na região, como o mandatário argentino Javier Milei, o equatoriano Daniel Noboa, o chileno José Antonio Kast, o paraguaio Santiago Peña e o próprio Bukele, Espriella, diferente de Hernández, não flutuou ideologicamente e se ancorou na emergente agenda regional. O candidato colombiano de extrema-direita, autodenominado de "*El Tigre*", é advogado e empresário, cantor de ópera amador, possui cidadania italiana e estadunidense – além da colombiana – e, apesar de não ter histórico em cargos públicos, já advogou a favor de políticos colombianos (Infobae, 2026b). Como principais propostas, Espriella defendeu o porte de armas, redução do Estado em 40%, construção de megapresídios e um governo sob os princípios judaico-cristãos – embora anteriormente se declarasse ateu (O Globo, 2026).

Já com relação aos candidatos de esquerda, Petro, em 2022, apresentava suas propostas e candidatura como possibilidades que fugiam do *establishment*[100] político convencional colombiano. Após eleger-se e tornar o Pacto Histórico uma força governante, argumenta-se que houve uma reconfiguração na estrutura política colombiana, retirando parte da capacidade de Cepeda de representar uma ruptura com a política tradicional, já que era um candidato governista. Senador pelo Pacto Histórico e filósofo,

100Torna-se necessário diferenciar outsider de *establishment* e *anti-establishment* (ou ruptura). Ao tratar de *outsider*, entende-se aquele que busca se desvencilhar, principalmente, de cargos políticos. Já o *establishment* estaria relacionado à política tradicional, como, no caso da Colômbia, a alternância entre os conservadores e liberais. Portanto, *anti-establishment* (ou ruptura) seriam aqueles que não fazem parte do eixo político tradicional. Assim, pretende-se construir, nesse texto, uma diferenciação entre as campanhas de Hernández e Espriella - *outsider* e *anti-establishment* - e a de Petro e do Pacto Histórico - apenas de *anti-establishment*, já que o ex-presidente tem uma carreira política relevante.

Iván Cepeda é filho do ex-senador Manuel Cepeda, que foi "assassinado em 1994 em uma onda de violência na qual foram mortos vários políticos do extinto partido de esquerda União Patriótica (UP)" (Gazeta do Povo, 2026), e atuou nas negociações de paz com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC). Destaca-se, em paralelo, sua rivalidade política com Álvaro Uribe (2002-2010). Enquanto senador, Cepeda acusou o ex-presidente de violar direitos humanos e de ligações com grupos paramilitares, que, por sua vez, imputou que o candidato do Pacto Histórico teria ligações com as FARC e suas dissidências. Como resultado desse embate Uribe foi condenado, em 2025, a 12 anos de prisão por manipulação de testemunhas contra Cepeda. Deve-se destacar que tal condenação foi revertida, posteriormente, por tribunais superiores (Gazeta do Povo, 2026).

Assim, apesar da repetição do enfrentamento entre um candidato progressista contra um outsider e a ausência dos partidos tradicionais no segundo turno, em 2026, novas variáveis foram incorporadas à disputa e devem ser analisadas. Agregando os três principais fatores introduzidos anteriormente – (1) as barreiras históricas à consolidação da esquerda e a eleição de um governo progressista; (2) a retomada da aderência do discurso de partidos tradicionais canalizados na oposição a Petro; (3) certos insucessos do governo - além da (4) vinculação à direita de Abelardo de la Espriella ao espectro da extrema-direita emergente e (5) uma mudança estrutural na política colombiana a partir da ascensão de Petro a presidência e perda de parte da capacidade de Cepeda de representar uma alternativa à política praticada, encontra-se um cenário em que Espriella conseguiu canalizar, com sua candidatura, um ímpeto de ruptura sob uma agenda emergente na região. Assim, ainda que existam semelhanças com 2022, o pleito de 2026 apresentou particularidades que tornaram, não só o resultado diferente, mas a eleição como uma das mais acirradas da história do país.

Com uma participação de mais de 26 milhões de eleitores, ou 64% dos habilitados a votar, Abelardo de la Espriella foi eleito com 12,959 milhões de votos contra os 12,708 milhões de Iván Cepeda. A diferença de 250 mil votos, ou 0,96%, ao mesmo tempo que validou o projeto do Pacto Histórico, tornando Cepeda o candidato de esquerda mais votado da história colombiana, reforçou a onda de extrema-direita na região com a vitória de Espriella (Registraduría Nacional Del Estado Civil, 2026b). A partir do crescimento no número de eleitores votantes no Pacto Histórico, evidencia-se a necessidade de desvincular a derrota de Cepeda direta e exclusivamente a um fracasso do governo Petro. Outro fator que corrobora essa separação é o índice de aprovação do, agora, ex-presidente. Enquanto, em dezembro de 2023 havia um governo desaprovado por 66% da população, em fevereiro de 2026 chegou a ser aprovado por 49% e, pouco antes da eleição, 46% da população considerou sua gestão positiva (BBC Mundo, 2026).

Frente à derrota ajustada de Cepeda e a possíveis denúncias de fraudes eleitorais, o Pacto Histórico, centralizado na figura de Petro e do candidato, contestaram o resultado após a précontagem. Deve-se destacar que, na Colômbia, o voto é impresso, e há, em todas as sessões, cédulas nas quais seus presidentes informam o resultado. Em seguida, escaneiam a cédula e enviam ao órgão responsável pela validação, contabilização e divulgação dos resultados, a Registraduría Nacional del Estado Civil. Com objetivo de promover um acesso mais dinâmico a um resultado prévio, o órgão divulga uma précontagem baseada no envio dessas cédulas pelos presidentes das sessões – que leva apenas algumas horas. Após o recolhimento de todas as urnas, a contabilização e validação dos votos, a Registraduría realiza o escrutínio e, a partir dele, divulga o resultado oficial – processo que demora cerca de uma semana. Acusando fraudes no preenchimento das cédulas e no sistema de digitalização e envio delas à Registraduría, o Pacto Histórico não reconheceu o resultado da précontagem. Porém, após a realização do escrutínio, com a participação de membros da sociedade civil e dos partidos, Cepeda e Petro reconheceram o resultado.

Dessa maneira, argumenta-se que, apesar das semelhanças entre 2022 e 2026, a disputa entre um candidato de esquerda contra um *outsider* apresentou certas particularidades que tornaram o resultado distinto. Como justificativa para tal mudança defende-se que há um encadeamento entre os principais motivos: os obstáculos históricos enfrentados na implementação de projetos progressistas - e insucessos políticos em algumas pautas do governo - permitiram o fortalecimento de grupos opositores a Petro, cuja vitória, em 2022, promoveu uma mudança estrutural, na qual o Pacto Histórico perdeu parte de

sua representatividade enquanto poder de ruptura na figura de Cepeda - já que seria um candidato governista. Desta forma foi possível a Abelardo de la Espriella ocupar o principal espaço eleitoral de representação do voto *anti-establishment*, de oposição ao governo Petro, vinculado à crescente agenda regional da extrema-direita. Assim, espera-se ser possível sustentar que, enquanto Espriella consolidou toda essa base, do outro lado havia a continuidade de um projeto progressista com Cepeda, que, apesar das barreiras históricas do contexto colombiano, ainda conquistou a maior votação de um candidato de esquerda da história, validando o apoio ao Pacto Histórico e refutando a conclusão que vincula direta e exclusivamente a vitória de Espriella a uma derrota de Petro e do projeto de sua coalizão.

Conclusão

Portanto, ao promover uma análise do pleito legislativo, primeiro e segundo turnos da eleição presidencial, espera-se ser possível sustentar que a retomada de partidos tradicionais nas casas legislativas e o triunfo de Abelardo de la Espriella não podem ser compreendidos apenas sob uma ótica de fracasso do governo e do projeto do Pacto Histórico. As pesquisas de opinião sobre a gestão Petro, a consolidação de sua coalizão como principal força no Senado e na Câmara dos Deputados e a expressiva votação recebida por Iván Cepeda indicam a necessidade de elaboração de uma análise que englobe essas variáveis e ultrapasse a dicotomia da vitória da extrema-direita como uma derrota do projeto progressista. Buscando promover uma investigação profunda o suficiente, este trabalho buscou argumentar que a convergência de cinco fatores principais levou um resultado diferente a uma disputa que apresentou similaridades com a de 2022. O encadeamento das barreiras históricas enfrentadas por lideranças progressistas na Colômbia, somado a certos insucessos parciais do governo Petro[101], fomentaram um fortalecimento da oposição a esquerda. Em paralelo, a entrada do Pacto Histórico na presidência, em 2022, retirou parte da capacidade da candidatura de Cepeda de representar uma ruptura, canalizando o *anti-establishment* na campanha de Abelardo. Este, ao contrário de Hernández em 2022, se alinhou a emergente pauta promovida pela extrema-direita, consolidando, assim, os votos de oposição ao progressismo, ao governo Petro, daqueles insatisfeitos com o *status quo* – por conta de seu perfil de *outsider* –e alinhados às agendas da extrema-direita.

Além da ascensão de mais uma liderança desse espectro na América do Sul, a eleição de Espriella representa uma ruptura ao projeto do Pacto Histórico no âmbito nacional e internacional. Enquanto Petro buscou uma integração regional – que acabou esbarrando em questões ideológicas conjunturais -, a liderança no enfrentamento às mudanças climáticas e uma política externa menos submetida aos interesses dos EUA, Espriella, baseado em suas promessas de campanha e primeiros atos no cargo, apresenta uma tendência a retomar um alinhamento direto com os EUA de Donald Trump, reduzindo sua autonomia regional, e a exploração de combustíveis fósseis.

Após assumir oficialmente o governo, em 7 de agosto de 2026, Espriella iniciou parte de seu alinhamento direto com os EUA. Além de integrar o Escudo das Américas, coalizão criada pelo governo Trump, que reúne lideranças de extrema-direita do continente americano (Semana, 2026), a Colômbia autorizou a realização, em seu território, de operações conjuntas com forças estadunidenses (La Silla Vacía, 2026b). Com objetivo de "combater o terrorismo", tais posicionamentos, além de reduzir a autonomia estratégica do país, podem ameaçar a soberania de Estados vizinhos. Acompanhando esse projeto de alinhamento preferencial, os EUA anunciaram um auxílio econômico de 1 bilhão de dólares destinado aos objetivos compartilhados nas áreas de segurança, luta contra o narcoterrorismo e desenvolvimento econômico (Semana, 2026).

Enquanto o recém-empossado presidente sequer havia iniciado a implementação de seu projeto de política externa, a Colômbia foi atingida, no dia 10 de agosto – 3 dias após a posse - por um forte terremoto que matou mais de 300 pessoas, desalojando milhares de famílias. Tendo seu epicentro no departamento de Chocó, o tremor de magnitude 7,4 representou, também, o primeiro desafio ao novo governo (El País, 2026b). Ao permitir a entrada de equipes internacionais apenas de países aliados ideologicamente - como

101Torna-se necessário separar o fortalecimento da oposição do enfraquecimento do Pacto Histórico. Percebe-se uma retomada da oposição de forma paralela a consolidação do Pacto Histórico, evidenciando a possibilidade de coexistência, e não incompatibilidade, entre ambos.

Equador, El Salvador, EUA e Israel -, Espriella sofreu críticas pelo modo como liderou o enfrentamento do terremoto por um misto de desorganização institucional combinada com politização da ajuda humanitária (El País, 2026a; UOL, 2026).

Dessa maneira, a partir das eleições de 2026, argumenta-se que a esquerda, ainda que não tenha saído vencedora do pleito presidencial, saiu fortalecida. Em paralelo, os partidos tradicionais, mesmo sem alcançar, novamente, o segundo turno presidencial, recuperaram parte de sua influência por meio da maior presença nas casas legislativas. Já a vitória de Abelardo de la Espriella pode ser compreendida por diversas óticas. Para além das destacadas neste trabalho, torna-se possível investigar esse processo por meio de outras óticas. Dentre elas, uma possibilidade, seria uma leitura a partir da regionalidade dos votos no candidato de extrema-direita e de esquerda e vinculá-los a pautas estratégicas, como a segurança. De forma complementar, compreender tal triunfo como parte de um fenômeno regional e sistêmico de ascensão da extrema-direita também pode apresentar resultados relevantes.

Referências

BBC MUNDO. Gustavo Petro: cómo llega el presidente de Colombia al final de su mandato. BBC Mundo, [S. l.], [2026]. Disponível em: https://www.bbc.com/mundo/articles/cx21xzrr4xro.

CNN ESPAÑOL. Senado: elecciones legislativas. CNN Español, [S. l.], 9 mar. 2026. Disponível em: https://cnnespanol.cnn.com/2026/03/09/colombia/senado-elecciones-legislativas-orix.

EL PAÍS. Petro y Cepeda critican la respuesta de De la Espriella a la crisis del terremoto en el primer discurso televisado de la oposición. El País, [S. l.], 20 ago. 2026a. Disponível em: https://elpais.com/america-colombia/2026-08-20/petro-y-cepeda-critican-la-respuesta-de-de-la-espriella-a-la-crisis-del-terremoto-en-el-primer-discurso-televisado-de-la-oposicion.html.

EL PAÍS. Última hora del terremoto en Colombia, en directo. El País, [S. l.], 10 ago. 2026b. Disponível em: https://elpais.com/america-colombia/2026-08-10/ultima-hora-del-terremoto-en-colombia-en-directo.html.

G1. Gustavo Petro vence eleições e se torna o primeiro presidente de esquerda da Colômbia, diz agência. G1, [S. l.], 19 jun. 2022. Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2022/06/19/gustavo-petro-vence-eleicoes-e-se-torna-o-primeiro-presidente-de-esquerda-da-colombia-diz-agencia.ghtml.

GAZETA DO POVO. Perfil: Iván Cepeda, candidato de Petro à eleição na Colômbia. Gazeta do Povo, [S. l.], [2026]. Disponível em: https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/perfil-ivan-cepeda-candidato-petro-eleicao-colombia/.

INFOBAE. Encuesta Invamer marca el pulso electoral en Colombia: la violencia lidera las preocupaciones rumbo a las presidenciales. Infobae, [S. l.], 24 maio 2026a. Disponível em: https://www.infobae.com/colombia/2026/05/24/encuesta-invamer-marca-el-pulso-electoral-en-colombia-la-violencia-lidera-las-preocupaciones-rumbo-a-las-presidenciales/.

INFOBAE. Recuerdan cuando Abelardo de la Espriella defendió a Jorge Visbal, condenado y capturado por nexos con paramilitares. Infobae, [S. l.], 10 jan. 2026b. Disponível em: https://www.infobae.com/colombia/2026/01/10/recuerdan-cuando-abelardo-de-la-espriella-defendio-a-jorge-visbal-condenado-y-capturado-por-nexos-con-paramilitares/.

LA SILLA VACÍA. 41 millones de colombianos están habilitados para votar en elecciones. La Silla Vacía, [S. l.], [2026a]. Disponível em: https://www.lasillavacia.com/en-vivo/41-millones-de-colombianos-estan-habilitados-para-votar-en-elecciones/.

LA SILLA VACÍA. Colombia autorizó operaciones militares con EE. UU. en el país. La Silla Vacía, [S. l.], [2026b]. Disponível em: https://www.lasillavacia.com/en-vivo/colombia-autorizo-operaciones-militares-con-ee-uu-en-el-pais/.

LA SILLA VACÍA. ¿Quién es Paloma Valencia Laserna? La Silla Vacía, [S. l.], [2026c].

Disponível em: https://www.lasillavacia.com/quien-es-quien/paloma-valencia-laserna/.

LONDOÑO NIÑO, Andrés; GONÇALVES, Fernanda Nanci. Monitor eleitoral: pela primeira vez, a esquerda chega ao poder na Colômbia. Boletim OPSA, Rio de Janeiro, n. 2, p. 34-38, abr./jun. 2022. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2022/08/Boletim_OPSA_2022_n2_v2-1.pdf.

O GLOBO. Perfil: milionário e cantor de ópera amador, ultradireitista Espriella assume na Colômbia como aliado de Trump. O Globo, [S. l.], 7 ago. 2026. Disponível em: https://oglobo.globo.com/mundo/noticia/2026/08/07/perfil-milionario-e-cantor-de-opera-amador-ultradireitista-espriella-assume-na-colombia-como-aliado-de-trump.ghtml.

REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL. Resultados preconteo presidencial 2026 — primera vuelta. Bogotá: Registraduría, 2026a. Disponível em: https://resultadosprecpresidente2026-1v.registraduria.gov.co/resultados/0/00.

REGISTRADURÍA NACIONAL DEL ESTADO CIVIL. Resultados preconteo presidencial 2026 — segunda vuelta. Bogotá: Registraduría, 2026b. Disponível em: https://resultadosprecpresidente2026-2v.registraduria.gov.co/resultados/0/00.

SEMANA. Presidente De la Espriella confirmó respaldo económico de US$1.000 millones de EE. UU., el más importante en décadas. Semana, [S. l.], [2026]. Disponível em: https://www.semana.com/nacion/articulo/presidente-de-la-espriella-confirmo-respaldo-economico-de-us1000-millones-de-ee-uu-el-mas-importante-en-decadas/202624/.

UOL. Após críticas, Colômbia abre operações de resgate apenas a aliados políticos. UOL Notícias, [S. l.], 13 ago. 2026. Disponível em: https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/rfi/2026/08/13/apos-criticas-colombia-abre-operacoes-de-resgate-apenas-a-aliados-politicos.htm.

YAHOO NOTICIAS. Balance del gobierno Petro: lo malo, lo feo y lo bueno. Yahoo Noticias, [S. l.], [2026]. Disponível em: https://es-us.noticias.yahoo.com/balance-gobierno-petro-malo-feo-131227640.html.



GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Declaração de Belém: análise da implementação e recomendações para a cooperação pan-amazônica

Marília Closs[102]

Introdução

Em 1978, foi assinado o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA). Pela primeira vez, os oito países adjacentes à floresta amazônica – Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela – assinavam um documento de caráter multilateral voltado especificamente à cooperação regional sobre a Amazônia se comprometendo com a preservação do meio ambiente e com o uso racional dos recursos naturais da bacia. A assinatura se deu em um momento no qual os governos da região eram compostos majoritariamente por regimes autoritários, em um cenário de crescentes pressões internacionais em torno da chamada "internacionalização da Amazônia". Nesse contexto, os países amazônicos buscavam afirmar, de forma coordenada, sua soberania sobre o território e seus recursos. Poucos anos depois, em 1995, foi criada a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), dotada de personalidade jurídica própria e de uma Secretaria Permanente – formalizada pelo Protocolo de Emenda assinado em Caracas em 1998 e instalada em Brasília em 2002. A criação da organização internacional, única com sede no Brasil, busca, dar institucionalidade e capacidade operacional permanente à cooperação e conduzir a implementação efetiva dos objetivos do TCA.

Desde então, a cooperação pan-amazônica tem evoluído de forma pendular: ora com maior impulso, esforço e vontade política; ora com maior esvaziamento e perda de centralidade na agenda diplomática dos países-membros. Mesmo com a inconstância, há avanços consideráveis. Um dos principais resultados desde então foi a assinatura da Agenda Estratégica de Cooperação Amazônica (AECA), aprovada pelos Ministros das Relações Exteriores em 2010, documento que passou a orientar as prioridades de médio prazo da cooperação regional em agendas como a conservação ambiental, a cooperação na gestão hídrica e o desenvolvimento sustentável. Em outros momentos, no entanto, a agenda passou por graus maiores de esmorecimento em função, principalmente, de divergências políticas entre os governos. O período entre 2009 e 2023 ilustra bem um destes momentos: foram 14 anos sem reunião dos chefes de Estado e, consequentemente, de maior esmorecimento da cooperação pan-amazônica.

A revitalização da agenda veio em agosto de 2023, quando foi realizada a IV Cúpula de Chefes de Estado em Belém do Pará, no Brasil. Nela, foi assinada a Declaração de Belém, texto assinado pelos oito presidentes e que, com 113 compromissos divididos em 16 eixos temáticos, abrange desde a proteção da floresta e o combate ao desmatamento até o desenvolvimento sustentável, a segurança hídrica, o combate ao crime organizado transnacional e o fortalecimento institucional da própria OTCA. A Cúpula da Amazônia em Belém foi um marco: os chefes de Estado voltaram a se reunir presencialmente para tratar da agenda amazônica, rompendo o hiato de 14 anos sem encontros de cúpula e sinalizando a retomada da região como prioridade da política externa dos países membros. Além disso, a cúpula foi

102Pesquisadora colaboradora do OPSA.

acompanhada da realização dos Diálogos Amazônicos, processo de participação social que reuniu mais de 25 mil pessoas de diferentes setores sociais, incluindo representantes de povos indígenas e comunidades tradicionais e locais.

Desde então, a agenda tem evoluído de forma significativa. A realização da Cúpula da Amazônia de 2025 em Bogotá, na Colômbia, também teve como resultado uma declaração final com resultados políticos importantes. A cúpula de Bogotá também foi acompanhada de um processo de participação social, materializado nos Diálogos Amazônicos de 2025, ainda que estes tenham sido consideravelmente menores. No mesmo ano, a realização da 30ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém, trouxe um novo marco e deu novo dinamismo à agenda. Com isso, o que se pode observar é que mesmo com desafios, de 2023 a 2026 a cooperação pan-amazônica teve impulsos significativos que podem e devem ser observados com maior atenção.

Frente a esse cenário, este texto tem como objetivo analisar a implementação da Declaração de Belém e, mais amplamente, observar avanços e lacunas centrais da cooperação pan-amazônica entre 2023 e 2026. A análise conta com o apoio da pesquisa sobre o tema realizada pela Plataforma CIPÓ, instituto de pesquisa brasileiro dedicado à promoção da cooperação internacional para impulsionar a ação climática, com foco nas demandas e prioridades do Sul Global. No último ano, a Plataforma CIPÓ lançou três materiais sobre o tema: o Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém; o Relatório Técnico sobre a Implementação da Declaração de Belém; e o relatório do workshop "Cooperação Internacional pela Amazônia: impulsionando a implementação da Declaração de Belém", realizado em Brasília em 9 de abril de 2026 com uma série de atores-chave para a cooperação pan-amazônica. Os três materiais são mobilizados e utilizados para apoiar a análise produzida nesse texto.

1. A Cúpula da Amazônia e a Declaração de Belém

A Cúpula da Amazônia de 2023 nasceu da reconstrução de laços de cooperação após um período prolongado de fragmentação da cooperação regional na década anterior – e de ampliação de adversidades no bioma. Nas primeiras décadas do século XXI, a pan-Amazônia vem passando por uma série de desafios compartilhados. São desafios comuns aos oito países amazônicos e que, portanto, atravessam as fronteiras nacionais, de diferentes ordens, inclusive socioeconômica, socioambiental e climática. Em especial, se destacam o avanço do desmatamento e dos incêndios florestais no bioma (Nicodemos & Closs, 2019; Coica, 2025), além da complexificação da economia ilegal, do tráfico de ilícitos e das facções transnacionais. Ao mesmo tempo, problemas políticos atravancavam maiores graus de coordenação política. A falta de alinhamento entre alguns governos ganhou contornos mais graves com a aceleração da crise da Venezuela, com o crescimento das desavenças de vários dos presidentes dos países amazônicos com o então presidente Nicolás Maduro. Com isso, a ausência de coordenação regional entre os países amazônicos fez com que as respostas conjuntas a esses desafios e problemas coletivos fossem atrasadas – ou fossem menos potentes e coordenadas.

Neste contexto, provavelmente uma das maiores ações de cooperação amazônica foi o episódio da assinatura do Pacto de Letícia pela Amazônia, em setembro de 2019, por iniciativa dos presidentes colombiano Iván Duque e peruano Martín Vizcarra, em resposta à repercussão internacional dos grandes incêndios florestais daquele ano. O acordo reuniu sete dos oito países amazônicos e foi assinado na cidade de Letícia, na fronteira entre Colômbia, Brasil e Peru, mas com uma ausência da Venezuela, que não foi convidada pelos demais signatários. O Pacto listava 16 pontos de cooperação, sobretudo voltados ao combate ao desmatamento e ao fortalecimento da participação de povos indígenas e comunidades locais no desenvolvimento sustentável da região, mas foi amplamente criticado por sua natureza declaratória e pela ausência de metas e mecanismos claros de implementação.

O caráter paralelo e excludente da iniciativa de Letícia é nítido, já que ela foi construída fora da institucionalidade da OTCA – que, àquela altura, atravessava um período de dificuldades institucionais e de recursos –, sem a participação de todos os países da bacia amazônica. Certamente há ações importantes para a cooperação amazônica neste período, com especial destaque para a assinatura do Programa de

Ações Estratégicas (PAE), mas fica nítido o baixo perfil desta durante o período, dadas as dificuldades. Esse pano de fundo que explica por que a retomada da cooperação pan-amazônica precisou ser construída com centralidade na OTCA e sob a lógica do consenso entre os oito países-membros, sem exclusões: tratava-se de relançar uma agenda temática e de recompor a própria institucionalidade multilateral da região, corroída por anos de bilateralismo e minilateralismo.

Nesse contexto, a realização da IV Cúpula de Chefes de Estado em Belém, em agosto de 2023, foi um marco histórico: encerrava-se o hiato sem encontros presidenciais, e a proposta – formulada pelo governo brasileiro, já sob a liderança de Luiz Inácio Lula da Silva – de reposicionar a OTCA como instância central de cooperação buscava reunir novamente os oito países que compõem a Amazônia, superando a lógica de fragmentação do período anterior. A Cúpula, contudo, não foi isenta de tensões políticas, sendo a mais visível delas a divergência entre Brasil e Colômbia sobre a exploração de combustíveis fósseis na região. O presidente colombiano Gustavo Petro defendeu, durante o encontro, um compromisso conjunto dos oito países pelo fim da exploração de petróleo na Amazônia, posição que não recebeu apoio de todos os líderes. O tema tocava diretamente em uma contradição doméstica do governo brasileiro, dado o interesse da Petrobras em explorar os recursos fósseis na Bacia da Foz do Amazonas, na Margem Equatorial, cujo primeiro pedido de licenciamento ambiental havia sido negado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) meses antes. Diante do impasse, Lula evitou comprometer-se com metas de transição energética durante seu discurso na Cúpula. Bastidores da cúpula também falam que presidentes de outros países, como Bolívia e Venezuela, também mostraram discordâncias do posicionamento de Petro.

Foi possível visualizar, durante a cúpula, a consolidação da diferença de posicionamentos para o projeto regional para a Amazônia entre Petro e Lula: enquanto Lula prioriza o combate ao desmatamento e evita posições mais contundentes sobre o fim de extração de petróleo na Amazônia, Petro quer que a agenda de combate aos combustíveis fósseis ande na mesma velocidade (Ives, Reis, Fritz & Petrelli, 2025). Mais amplamente, também pode-se visualizar, também, que os projetos dos países para a Amazônia são muitos, diferentes e com graus diversos de engajamento: para além das diferenças entre Brasil e Colômbia, vale sinalizar a postura boliviana – engajamento regional ativo, mas com uma postura ambiental negligente – e venezuelana – fortemente ancorada em uma lógica extrativista – que certamente tiveram impactos para o resultado final da cúpula (Louers, Closs, Clemente & Batista, 2025). O resultado desses impasses foi que a Declaração de Belém reafirmou compromissos ambientais e sociais importantes, mas evitou qualquer meta deliberada mais explícita sobre o fim da exploração de petróleo na bacia amazônica ou sobre a transição energética – lacuna que, como discutido adiante, seguiria pautando os encontros políticos seguintes.

Um dos elementos mais inovadores do processo ao redor da cúpula foi a realização dos Diálogos Amazônicos, entre 4 e 6 de agosto: um espaço de participação da sociedade civil organizado pela Secretaria-Geral da Presidência da República e pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, com apoio da OTCA, que reuniu representantes de organizações populares e movimentos sociais, povos indígenas e comunidades tradicionais e locais, inclusive povos ribeirinhos, extrativistas, agricultores familiares, além de representação de universidades, organismos científicos e do setor privado dos oito países amazônicos. O evento contou com mais de 25 mil pessoas e mais de 400 atividades auto-organizadas ao longo de três dias de evento. Paralelamente, ocorreu a Assembleia dos Povos da Terra pela Amazônia, que resultou na Carta dos Povos da Terra, documento entregue aos chefes de Estado após uma marcha que reuniu mais de 5 mil pessoas reivindicando, entre outros pontos, a demarcação de terras indígenas e a declaração de estado de emergência climática na região. A importância desse processo reside no fato de que, pela primeira vez desde a criação da OTCA, as populações da região tiveram um canal formal de participação em um encontro de cúpula, o que consolidou um precedente relevante para a governança amazônica. Cabe notar que, há alguns anos, sociedade civil pan-amazônica tem levado adiante a proposta, já endossada pelo governo brasileiro e colombiano, de criação de um mecanismo oficial e permanente de participação social: a OTCA Social[103].

103Mais informações em: https://asambleamundialamazonia.org/2025/07/18/propuesta-de-otca-social/.

A relevância da Declaração de Belém está menos em cada compromisso tomado isoladamente do que em sua função de *mapa do caminho* para a cooperação pan-amazônica nos anos seguintes. O documento é especialmente importante pela abrangência, já que cobre desde temas tradicionalmente centrais à agenda pan-amazônica, como o combate ao desmatamento, a conservação da biodiversidade, a cooperação na gestão de recursos hídricos e o desenvolvimento sustentável, até temas relativamente novos na cooperação regional, como segurança e combate ao crime organizado transnacional. Ou seja, a declaração avança em agendas até então tratadas de forma majoritariamente doméstica ou bilateral pelos países amazônicos. Essa ampliação temática reflete o reconhecimento de que os desafios de proteção da floresta estão cada vez mais entrelaçados com dinâmicas de ilegalidade transfronteiriça, o que exige instrumentos de cooperação policial, judicial e de inteligência regional.

Dois anos depois de Belém, em agosto de 2025, foi realizada em Bogotá, na Colômbia, a V Reunião de Presidentes dos Estados Partes do Tratado de Cooperação Amazônica, que resultou na Declaração de Bogotá. Se comparado com Belém, o documento é significativamente mais enxuto, o que foi lido por parte da sociedade civil e da imprensa especializada como sinal de metas menos ambiciosas. No entanto, a cúpula trouxe avanços institucionais relevantes. Um dos principais foi a criação formal do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI), instrumento que tem como objetivo a garantir representação permanente de povos indígenas nas instâncias decisórias da OTCA, e a aprovação de um protocolo de emenda ao tratado que eleva a reunião de presidentes à instância máxima da organização, além de reforçar o compromisso com o fortalecimento da Secretaria Permanente da OTCA. O tema da transição energética teve avanços importantes, mas permaneceu como o principal ponto de fratura entre os países-membros – reeditando, dois anos depois, o mesmo impasse observado em Belém. Enquanto a Colômbia defendeu a redução da dependência de petróleo e gás, o Brasil manteve posição mais cautelosa, e Peru, Equador e Venezuela se opuseram a menções mais incisivas sobre o tema. Como resultado, a transição energética foi mencionada apenas no preâmbulo da declaração, que reconhece a necessidade de "avançar em direção a uma transição energética justa, ordenada e equitativa".

Paralelamente ao processo institucional da OTCA, a realização da COP30 em Belém, em novembro de 2025 – a primeira Conferência do Clima sediada na Amazônia – funcionou como um catalisador adicional para a cooperação pan-amazônica, elevando o perfil político da região no debate climático internacional. O evento de maior repercussão nesse sentido foi o lançamento oficial, durante a Cúpula de Líderes da COP30, do *Tropical Forest Forever Facility* (TFFF), mecanismo de investimento, proposto pelo Brasil, para remunerar países que conservam e restauram florestas tropicais de pé, com meta de captar até USD 125 bilhões e concebido como o maior fundo florestal da história. No lançamento, foram anunciados US$ 6,7 bilhões em compromissos por parte de Brasil, Indonésia, Noruega, França, Portugal, Países Baixos e Alemanha (com o apoio formal de 53 países), valor abaixo das expectativas iniciais, mas que consolidou o TFFF como um dos principais legados institucionais da COP30 para o financiamento da proteção florestal amazônica e tropical.

Pode-se observar, com isso, avanços consideráveis nos últimos 3 anos. No entanto, o contexto mais recente da cooperação pan-amazônica também é marcado por algumas novas tensões e desafios. O primeiro deles está centrado na abertura de novas fronteiras de extração e produção de petróleo na região. Para além dos pólos tradicionais de combustíveis fósseis, sobretudo com as grandes reservas venezuelanas, brasileiras e bolivianas, as descobertas dos últimos anos de grandes reservas de petróleo na Guiana e no Suriname trouxeram novas energéticas, econômicas e sociais para a região. No Suriname, foram descobertas as novas grandes reservas em 2020, em sua Zona Econômica Exclusiva (ZEE); estima-se que as reservas sejam equivalentes a 4,6 bilhões de barris de óleo e gás. Na Guiana, as descobertas são mais recentes, mas já trouxeram aumentos vertiginosos no Produto Interno Bruto do país, e a exportação de petróleo cru logo virou a maioria absoluta da pauta de exportação do país (Fritz, 2024). Para além do aprofundamento da dependência econômica e energética nos dois países, cabe notar que a extração e a exploração do recurso hoje está nas mãos de grandes corporações transnacionais nos dois países, com especial destaque para Exxon Mobil, Total Energies e Apache Corporation. No entanto, vale destacar a aproximação cada vez maior dos dois países com a Índia e com a China, o que tem levado a um movimento

relativamente pendular entre grandes potências nas políticas exteriores de Guiana e Suriname, o que certamente traz novas complexidades geopolíticas (Fritz, 2024).

Esse ponto leva a outro elemento igualmente complexo da conjuntura na pan-Amazônia. A disputa por recursos naturais com contornos contemporâneos hoje se expressa de forma diferente. O consenso da descarbonização, conforme discutido por Bringel e Svampa (2023), faz com que recursos naturais fundamentais para a transição energética, como lítio, nióbio, cobre, cobalto e terras raras, sejam objeto da nova corrida extrativista global por minerais críticos e estratégicos, um fenômeno que os autores caracterizam como sucessor do "consenso das commodities" da década anterior, no qual a urgência da mudança da matriz energética global passa a legitimar, sob um discurso de inevitabilidade tecnológica, a abertura de novas fronteiras extrativas no Sul Global, com custos socioambientais concentrados nos territórios de origem desses minerais. Certamente a Amazônia está nesse processo.

Além disso, há tensões relacionadas à soberania regional, em grande medida associadas à política externa do governo de Donald Trump. Desde o início de 2025, os Estados Unidos passaram a classificar organizações criminosas latino-americanas, inclusive facções brasileiras como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), como organizações terroristas estrangeiras, medida que já havia atingido oito grupos criminosos latino-americanos, entre eles o Tren de Aragua, na Venezuela, e o MS-13, em El Salvador. Trump chegou a assinar uma diretiva autorizando o uso de força militar contra cartéis considerados organizações terroristas, mesmo fora do território dos Estados Unidos, abrindo uma base legal para operações militares diretas no mar e em outros países da região. No caso brasileiro, a proposta de classificar o PCC e o CV como grupos terroristas foi recebida com resistência pelo governo Lula: autoridades e diplomatas brasileiros argumentaram que a medida carece de sustentação técnica, já que a atuação das duas facções não se enquadra nos critérios legais brasileiros para caracterização de terrorismo. Esse movimento é, nitidamente, uma estratégia mais ampla de reafirmação da influência dos Estados Unidos na região, com potenciais desdobramentos sobre o acesso a recursos minerais estratégicos e sobre a autonomia decisória dos países amazônicos.

Finalmente, cabe notar que o contexto político da Amazônia também é um desafio à parte. Apesar de divergências, o sucesso da assinatura da Declaração de Belém certamente dependeu de relativo alinhamento político entre os governos de Brasil, Bolívia, Colômbia e Venezuela – governos à esquerda, em 2023, que tinham algum grau de proximidade. Desde então, houve mudanças nos governos nos três últimos países. A eleição de Rodrigo Paz, na Bolívia, tirou o Movimento ao Socialismo (MAS) depois de décadas a frente do Estado boliviano e, com isso, colocou no poder um projeto político à direita; na Colômbia, a vitória de Abelardo De la Espriella marca a mudança rumo à extrema direita no país; na Venezuela, o sequestro e prisão de Nicolás Maduro, em janeiro de 2026, fez com que o atual governo de Delcy Rodríguez mudasse de forma significativa os rumos políticos do regime. Pode-se notar, com isso, que há um giro à direita em diversos países da região. Certamente isso terá impactos para o futuro da cooperação pan-amazônica.

2. Análise da implementação da Declaração de Belém

Como discutido, desde agosto de 2023, quando a Declaração de Belém foi assinada, a cooperação pan-amazônica passou por um impulso significativo. Após anos de maior esmorecimento, a relação multilateral voltou a se fortalecer ao redor dos 16 eixos da declaração[104]. Em novembro de 2023, poucos meses após a assinatura do texto, os chanceleres dos países amazônicos se reuniram em Brasília na XIV reunião de chanceleres dos países-membros da OTCA e assinaram a Declaração de Brasília. Nela, os ministros das relações exteriores aprovaram 29 resoluções que orientaram o início da implementação da Declaração de Belém. Na prática, o *Consenso de Brasília* organizou as primeiras prioridades do novo

104Os 16 eixos da Declaração de Belém são: fortalecimento institucional da OTCA; cidades amazônicas; Parlamento Amazônico; ciência, educação, inovação, conhecimento e empreendedorismo; recursos hídricos; mudança do clima; florestas, zonas costeiras amazônicas, ecossistemas vulneráveis e biodiversidade; cooperação contra atividades ilícitas e crimes ambientais; infraestrutura sustentável; economia para o desenvolvimento sustentável; saúde; segurança e soberania alimentar e nutricional; proteção social; direitos humanos e participação social; culturas amazônicas; e cooperação diplomática.

cenário e deu encaminhamentos – principalmente a partir da criação de grupos de trabalho e de demandas de avaliações financeiras e técnicas para ações – para diversos dos temas abordados na declaração. Ao todo, as 29 resoluções percorreram diversos eixos da Declaração de Belém.

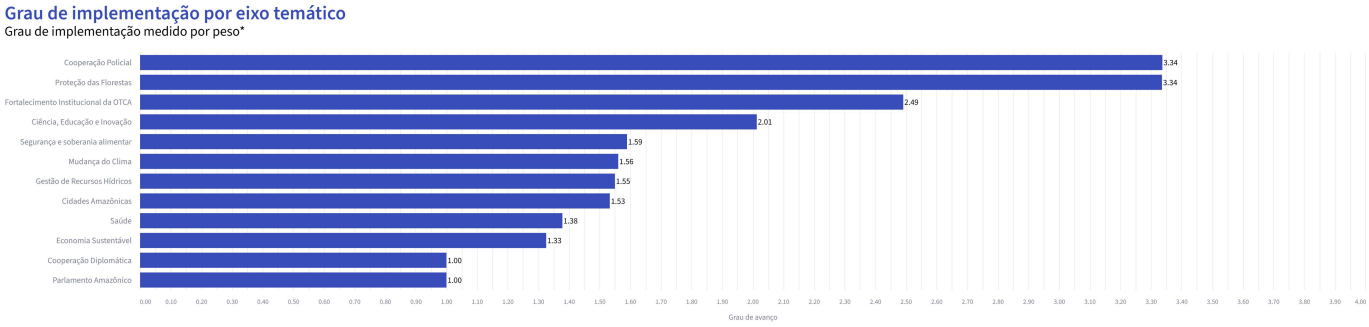
No campo institucional, eles avançaram em medidas substanciais, como no protocolo adicional ao TCA, na criação de um mecanismo financeiro para a OTCA, na definição do processo de sucessão da Secretaria-Geral, no fortalecimento do Observatório Regional Amazônico (ORA) e a atualização da AECA além do fortalecimento da diplomacia regional e do Parlamento Amazônico (PARLAMAZ), entre outros. No campo da participação social e territorial, destacam-se a criação da Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudança Climática e do Fórum de Cidades Amazônicas, além da criação de um mandato sobre soberania alimentar. No setor técnico-produtivo e ambiental, foram aprovados, entre outros encaminhamentos, a criação de grupos de trabalho para o regime de acesso e repartição de benefícios (ABS/66), para o mecanismo de mitigação e adaptação às mudanças climáticas, para um sistema de certificação de produtos amazônicos, para a agenda sobre o fenômeno El Niño, além da reativação da cooperação com a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ) e da criação da Rede Amazônica de Inovação e Difusão Tecnológica.

Outra agenda que teve impulsos importantes em Brasília foi no campo da governança setorial: foram criadas ou reativadas Comissões Especiais – compostas, geralmente, por ministros dos países amazônicos das respectivas áreas. A partir de então, houve avanços consideráveis: desde 2023, uma série de comissões foram criadas e/ou recriadas: a Comissão Especial de Saúde da Amazônia (CESAM), a Comissão Especial de Ciência e Tecnologia da Amazônia (CECTA) foram reativadas; a Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços e Transnacionais (CESPIT) foi criada; a Comissão Especial de Meio Ambiente e Mudança do Clima (CEMAC) e a Comissão Especial de Educação da Amazônia (CEEDA) estão em processo de reativação; e a Comissão Especial de Assuntos Indígenas da Amazônia (CEAIA), a Comissão Especial de Transporte, Infraestrutura e Comunicações da Amazônia (CETICAM) e a Comissão Especial de Turismo da Amazônia (CETURA) estão em fase de instalação (Plataforma Cipó, 2026b).

De forma complementar, a pesquisa da Plataforma CIPÓ (2026a) faz uma análise temática e aponta que alguns temas ganharam maior impulso de 2023 para cá. De acordo com a investigação realizada pela organização, mais de 2 mil ações políticas ligadas à implementação da Declaração de Belém foram registradas entre agosto de 2023 e agosto de 2025[105]. Nessa direção, a Plataforma CIPÓ (2026a, p. 7) argumenta que a Declaração de Belém funciona como um marco político capaz de catalisar a criação e o fortalecimento de mecanismos e redes regionais – entre eles instâncias técnicas, espaços de coordenação intergovernamental e iniciativas de cooperação setorial –, voltados à construção e à execução de respostas articuladas para problemas complexos e interdependentes que afetam o território amazônico. Dentre estas ações, alguns temas se destacam qualitativamente, ou seja, se destacam por apresentarem um maior grau de implementação.

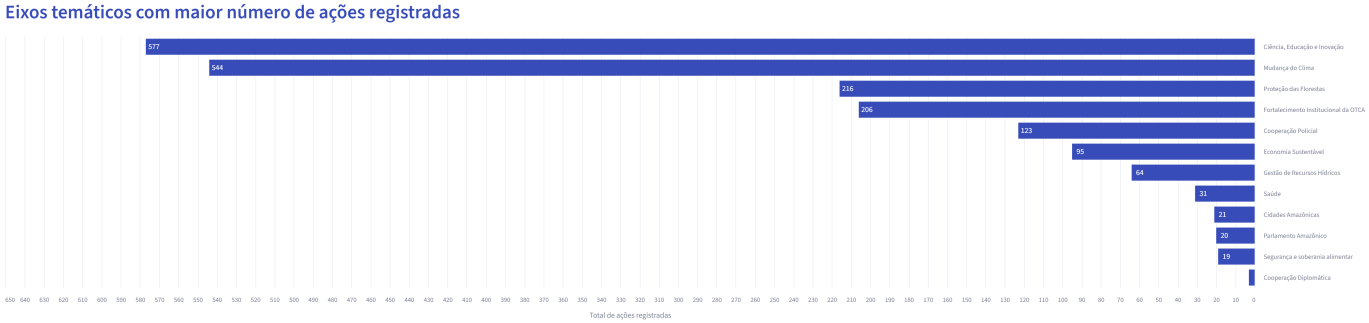
105Trecho da nota metodológica do Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém: A pesquisa foi iniciada em maio de 2024 e se baseou em informações públicas sobre a implementação da Declaração de Belém divulgadas desde a sua assinatura, em 09 de agosto de 2023. A coleta de dados foi encerrada no dia 30 de junho de 2025. Avaliando cuidadosamente a Declaração, foram destacados os principais objetivos descritos em cada parágrafo. Apesar do caráter amplo do documento, o intuito foi identificar alguns dos resultados que os integrantes da IV Cúpula da Amazônia esperavam alcançar com os compromissos de cooperação regional assinados em Belém. A partir dos objetivos destrinchados no passo 1, foi possível identificar os níveis e etapas de implementação que cada compromisso pretende alcançar. Os níveis de implementação indicam o grau de implementação, enquanto as etapas informam o tipo de ação a ser implementada para se atingir determinado nível. Os níveis de implementação indicam o grau de implementação, enquanto as etapas informam o tipo de ação a ser implementada para se atingir determinado nível. Os níveis de implementação foram organizados em grau crescente de implementação, indo da "Demonstração de Interesse Político" à "Geração de Impacto". A cada nível foi atribuído o conjunto de etapas mais adequado ao seu grau de implementação.

Figura 1. Grau de implementação da Declaração de Belém por eixo temático[106]



Fonte: Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém, 2026.

Figura 2. Eixos temáticos com maior número de ações registradas



Fonte: Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém, 2026.

Conforme mostra a Figura 1, há três áreas temáticas da Declaração de Belém cuja implementação avança de forma mais significativa. Um desses temas de maior avanço é o fortalecimento da OTCA. Apesar de liderar a maior parte das iniciativas da cooperação pan-amazônica, como discutido abaixo, tem-se o diagnóstico de que a organização ainda precisa ser fortalecida em termos de recursos financeiros, técnicos e humanos (Albuquerque, 2024; Mello, 2025; Plataforma Cipó, 2026a; Plataforma CIPÓ, 2026b). Por isso, consta na declaração uma série de parágrafos que demandam o fortalecimento institucional da OTCA – e vários deles ganharam encaminhamento no Consenso de Brasília. Algumas ações se destacam: a criação do MAPI, com a realização de sua primeira sessão, já com o organismo com coordenação constituída, em dezembro de 2025; o fortalecimento do ORA, plataforma regional, que opera sobre o escopo da OTCA, que integra dados e informações para apoiar a tomada de decisões dos governos da Amazônia; e o estabelecimento do Mecanismo Amazônico para Cooperação e Ação (MACA), anunciado durante a COP30, que tem como objetivo coordenar a mobilização e a arrecadação financeira da instituição e de ser, portanto, o mecanismo financeiro central da OTCA.

O eixo de cooperação policial, judicial e de inteligência no combate a atividades ilícitas, incluindo crimes ambientais e de inteligência, também se destacou nos últimos anos. De acordo com a pesquisa realizada pela Plataforma CIPÓ, foi o eixo temático com avanços qualitativos mais significativos. Tal fato merece especial atenção, pois trata-se de um eixo novo para a cooperação pan-amazônica, já que, historicamente, devido às particularidades do tema – como soberania nacional, assimetria de capacidades institucionais e dificuldade de harmonização entre marcos legais e operacionais –, não tinha avanços significativos. No entanto, a ampliação dos crimes ambientais, como o o tráfico de ilícitos,

106Trecho da nota metodológica do Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém: Este gráfico apresenta o grau de implementação dos diferentes eixos temáticos da Declaração de Belém, com base na metodologia de níveis definida pela Plataforma CIPÓ. Cada eixo é avaliado conforme as ações identificadas, classificadas em cinco níveis: Demonstração de Interesse Político, Medidas Preliminares, Formalização, Operacionalização e Geração de Impacto. O gráfico permite visualizar, de forma comparativa, em que grau de implementação se encontra cada eixo e quais eixos mais têm avançado rumo à efetivação dos compromissos assumidos (formalização, peracionalização e geração de impacto). Para construir este gráfico, cada nível de implementação foi ponderado a partir de um multiplicador próprio, indo do menor ao maior grau de avanço. Assim, compôs-se a seguinte correlação entre níveis e pesos: Demonstração de interesse político - Peso 1; Medidas preliminares - Peso 2; Formalização - Peso 7; Operacionalização - Peso 15; Geração de impacto - Peso 30.

o desmatamento ilegal, a mineração ilegal e a grilagem de terras, entre outros, em simbiose com o crime organizado transfronteiriço da região, complexificou e agravou o cenário na Amazônia, afetando não apenas o bioma, mas as populações da região (FBSP, 2025). Por isso, a inauguração do Centro de Cooperação Policial Internacional da Amazônia (CCPI Amazônia), em setembro de 2025, em Manaus, ganha especial importância. O CCPI tem como objetivo promover a troca e a cooperação em inteligência, informações estratégicas e articulação de ações coordenadas de enfrentamento ao crime transnacional. Além disso, destaca-se a criação da Comissão Especial de Segurança Pública e Ilícitos Transfronteiriços no âmbito da OTCA, em 2023 – cuja primeira reunião ocorreu em junho de 2025, na Colômbia.

O segundo eixo com maiores avanços qualitativos é o eixo temático de proteção das florestas, das zonas costeiras amazônicas, de ecossistemas vulneráveis e da biodiversidade. Trata-se de um eixo especialmente importante, dados os dados preocupantes com relação ao desmatamento e aos incêndios ilegais dos últimos anos, que têm levado a Amazônia a um cenário próximo do ponto de não retorno (COICA, 2025). Dentre os principais resultados concretos, destaca-se a criação da Rede Amazônica de Manejo Integrado do Fogo (RAMIF), criada em dezembro de 2023, e da Rede Amazônica de Autoridades Florestais (RAFO), criada em 2024. A RAMIF, em especial, tem dado passos importantes, como a criação do *Comité de Respuesta ante Incendios Forestales* e a aprovação do seu Plano Bianual de implementação. Pode-se visualizar, com isso, que os principais avanços neste tema estão voltados à consolidação de instrumentos de governança ambiental compartilhada voltados à prevenção de riscos ecológicos e ao desenvolvimento de capacidades técnicas, por meio da criação de redes de cooperação e mecanismos de coordenação regional capazes de fortalecer capacidades institucionais. É digna de nota, também, a realização da primeira reunião da Aliança Amazônica de Combate ao Desmatamento, em novembro de 2023, ainda que a aliança não tenha tido novos resultados desde então.

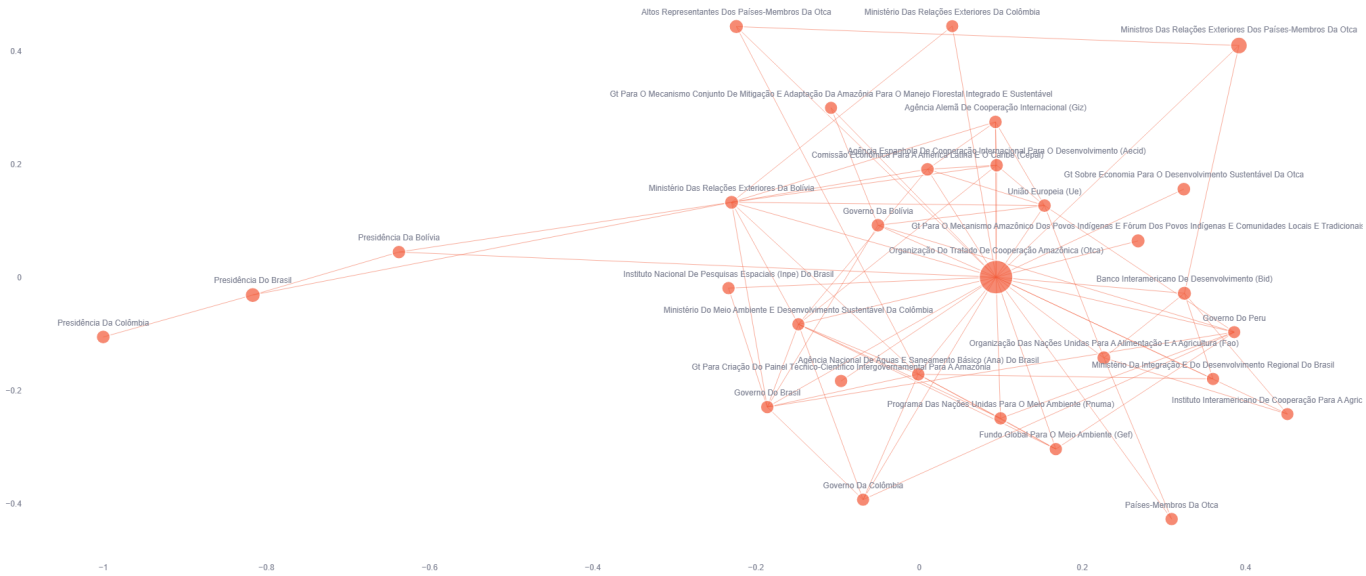
O quarto eixo com mais avanços é o de Ciência, Educação e Inovação (CEI). Neste eixo, é notável o avanço em elementos como a já mencionada criação da Plataforma Regional Amazônica de Povos Indígenas e Mudança Climática, lançada no início de 2025 para articular as demandas regionais com a plataforma equivalente da UNFCCC, e os avanços ao redor do Painel Intergovernamental Técnico-Científico da Amazônia (PITCA), espaço que deverá reunir cientistas e especialistas dos países amazônicos para a produção e sistematização de conhecimentos cuja institucionalização avançou, apesar dos atrasos em seu lançamento oficial. A revitalização da UNAMAZ também é digna de nota. Vale mencionar que neste eixo é possível visualizar o papel central que da geração e a difusão de conhecimento para a cooperação pan-amazônica, combinando pesquisa científica, conhecimentos tradicionais, educação e inovação tecnológica como ferramentas para subsidiar políticas públicas, ampliar capacidades locais e construir soluções ajustadas às particularidades socioambientais do bioma. De acordo com a pesquisa da Plataforma CIPÓ – e conforme mostra a Figura 2, a implementação do eixo de CEI da Declaração de Belém foi o que mais avançou em termos quantitativos – ou seja, aquele cuja implementação contou com o maior número de ações políticas. No entanto, sua implementação ainda peca em termos qualitativos, já que a maior parte das ações está concentrada em estágios anteriores de implementação, como encontros técnicos e temáticos, aprovação de protocolos formais e reuniões de alto nível, conforme mostra a Figura 3.

Figura 3. Etapas mais adotadas na implementação do eixo de Ciência, Educação e Inovação



Fonte: Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém, 2026.

Figura 4. Mapa de dispersão de atores implementadores da Declaração de Belém.

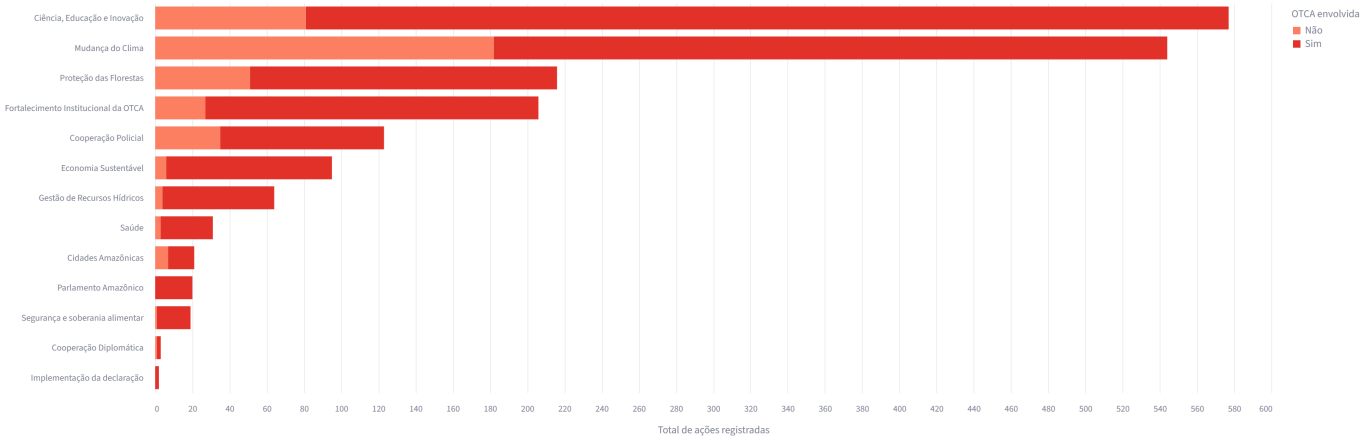


Fonte: Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém, 2026[107].

Cabe notar, também, a multiplicidade de atores envolvidos na cooperação pan-amazônica. Há, sem dúvidas, centralidade da OTCA, conforme fica explícito na figura 2; de acordo com a pesquisa realizada pela Plataforma CIPÓ, a OTCA está envolvida em cerca de 75% das ações de implementação registradas (Plataforma Cipó, 2026). Apesar disso, há diversos outros atores que exercem tarefas diferentes na cooperação pan-amazônica. Além das chancelarias e dos ministérios, atores ligados a agências de cooperação, redes, organizações e movimentos compõem a cooperação pan-amazônica. Além disso, pode-se visualizar a presença de atores financiadores da cooperação pan-amazônica. Em especial, destaca-se a atuação de bancos de desenvolvimento, como o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Banco Mundial; vale notar, também, a participação de outras organizações internacionais, como a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) e o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA).

107A visualização completa pode ser acessada em: https://declaracaodebelemcipo.streamlit.app/.

Figura 5. Participação da OTCA na implementação da Declaração de Belém

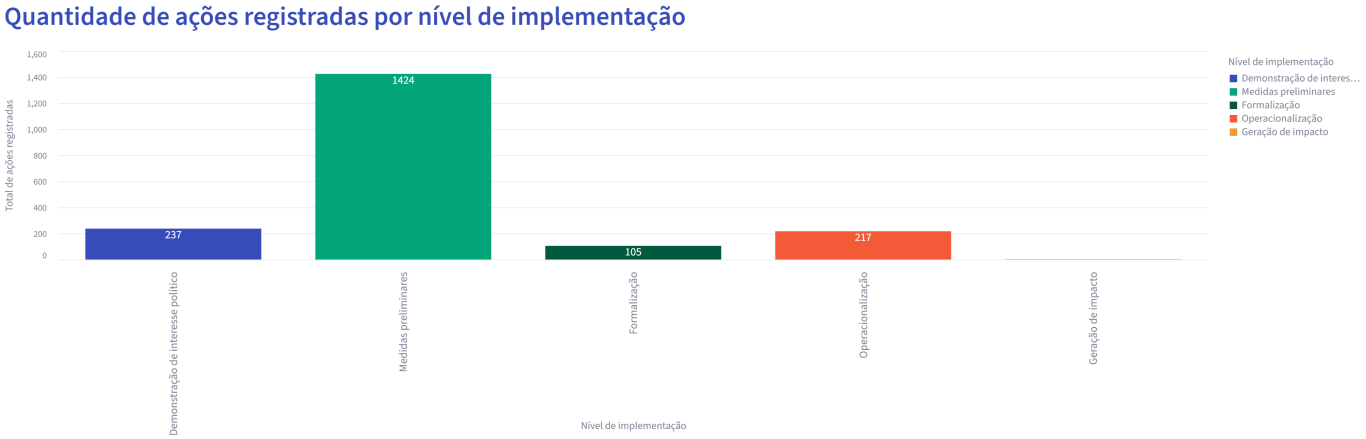


Fonte: Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém, 2026.

Finalmente, outro elemento essencial precisa ser destacado: a pesquisa realizada pela Plataforma CIPÓ também identificou que, apesar dos avanços significativos dos últimos anos, mencionados acima, a maior parte das ações registradas concentra-se em estágios iniciais do processo de implementação. Cerca de 12% correspondem a manifestações de interesse político — sinalizações públicas de apoio à agenda e aos objetivos da Declaração, feitas por autoridades e demais atores da cooperação regional por meio de discursos, entrevistas ou eventos. Já a maior parte, cerca de 70%, refere-se a medidas preliminares: ações que preparam o terreno institucional, técnico e financeiro para a implementação dos compromissos, como a criação de grupos de trabalho, a realização de reuniões técnicas e a mobilização de recursos.

Em contrapartida, uma fração menor das ações reflete estágios mais avançados de implementação. A formalização dos compromissos responde por cerca de 4% do total — etapa em que os atores responsáveis adotam medidas que concretizam ao menos um dos objetivos previstos, como a aprovação de propostas legislativas, a celebração de acordos de cooperação ou a criação formal de órgãos e agências. Já a fase de operacionalização concentra cerca de 12% das ações, correspondendo ao momento em que compromissos já formalizados passam a ser traduzidos em iniciativas de implementação prática: os instrumentos criados — sejam agências, fóruns, leis ou protocolos — começam então a executar programas, projetos e ações concretas. Por fim, apenas uma fração residual, inferior a 1% das ações registradas, alcança o estágio de geração de impactos mensuráveis (Plataforma CIPÓ, 2026).

Figura 6. Quantidade de ações registradas por nível de implementação

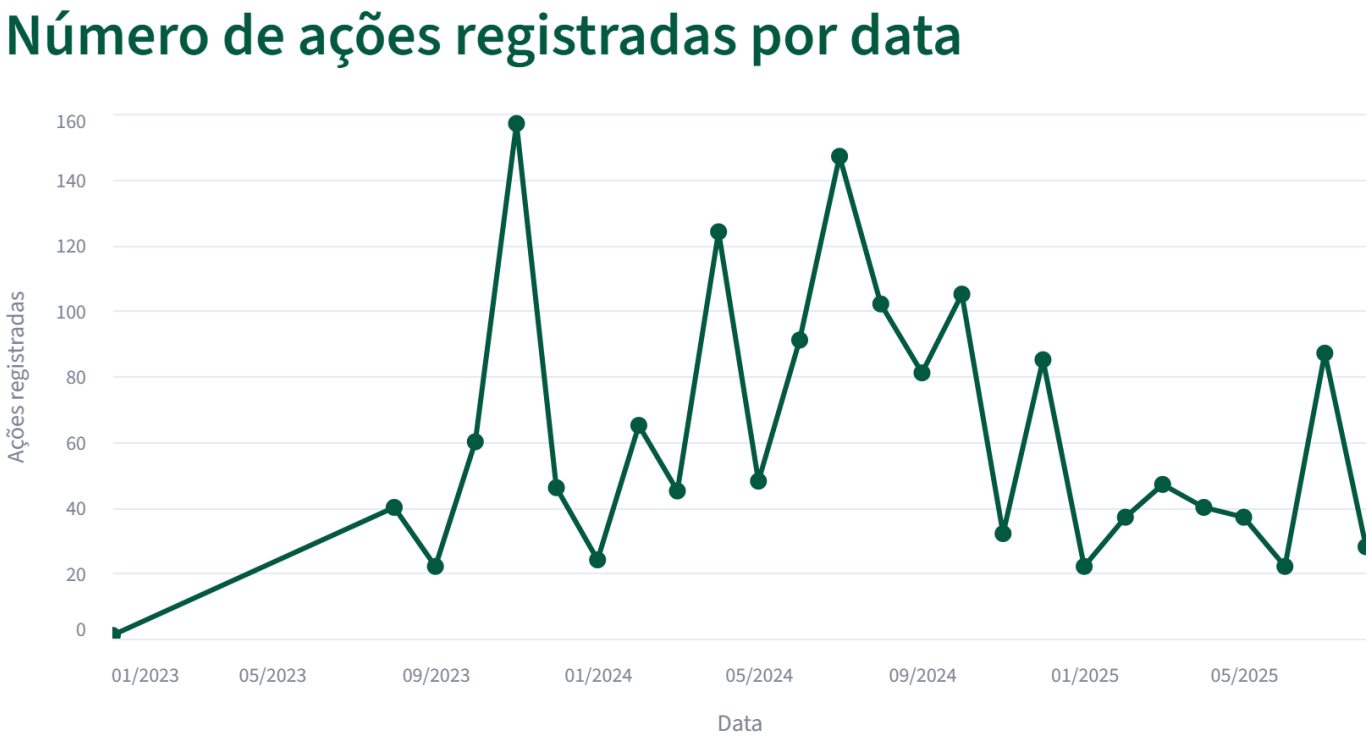


Fonte: Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém, 2026.

Finalmente, cabe notar que a pesquisa desenvolvida pela Plataforma CIPÓ também identificou que eventos extremos e calamidades climáticas e socioambientais, como ondas de incêndio, secas extremas e alagamentos, não têm sido gatilhos ou alavanca para um número maior de ações na cooperação pan-amazônica. A Figura 6 ilustra esta conclusão e mostra que os maiores picos de ação são correspondentes

a reuniões políticas, como a reunião de chanceleres em Brasília de novembro de 2023 e a reunião de chanceleres em Cali de outubro de 2024.

Figura 7 - Número de ações registradas por data



Fonte: Painel de Acompanhamento da Implementação da Declaração de Belém, 2026.

Há uma série de razões e lacunas que explicam as limitações na cooperação pan-amazônica. Sem dúvida, os entraves políticos entre os países, conforme mencionado na seção anterior, têm impactos no processo. No entanto, há outros elementos que devem ser levados em consideração. Um dos principais é a falta de recursos – humanos, institucionais, mas sobretudo financeiros – da própria OTCA. A Secretaria Permanente segue operando com um quadro técnico reduzido e orçamento limitado, insuficiente para acompanhar de forma consistente a implementação de uma agenda tão ampla quanto a da Declaração de Belém. Essa fragilidade estrutural se reflete diretamente na dificuldade de a organização captar recursos: fundos internacionais de grande porte, como o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) e o Fundo Verde do Clima (GCF), exigem que as instituições solicitantes sejam credenciadas, cumprindo padrões fiduciários, técnicos e de salvaguardas socioambientais rigorosos – barreira que a OTCA, até o momento, não conseguiu superar de forma autônoma, o que a torna dependente de intermediação por bancos multilaterais ou agências ou internacionais para acessar esse tipo de financiamento. O resultado é um descompasso entre a ambição da agenda pan-amazônica e a capacidade financeira e operacional da instituição responsável por coordená-la, gargalo que a criação recente do MACA tenta superar.

3. Considerações Finais

É nítido que a Declaração de Belém tem sido, nos últimos três anos, como o principal marco político da cooperação pan-amazônica. Sua importância está nos compromissos específicos assumidos pelos oito países amazônicos, na sua capacidade de reorganizar a agenda regional em torno de eixos temáticos até então pouco explorados de forma coordenada, como a cooperação policial e de inteligência contra o crime organizado transnacional, e na sua condição política de reativar e fortalecer instrumentos institucionais que já existiam, mas precisavam de novo fôlego, como as Comissões Especiais da OTCA, o ORA e a própria Secretaria Permanente. O período entre 2023 e 2026, marcado também pela Declaração de Bogotá e pela COP30, confirma que a retomada iniciada em Belém não foi um evento isolado, mas o

início de novo ciclo, que espera-se que mantenha a consistência e a institucionalização, ainda que esteja sujeito às mesmas dinâmicas pendulares que historicamente caracterizaram a cooperação pan-amazônica.

Ao mesmo tempo, os limites desse processo são visíveis. Apesar do impulso à cooperação pan-amazônica, a maior parte das ações ainda se concentra em estágios iniciais, entre manifestações de interesse político e medidas preliminares, enquanto avanços consolidados em formalização, operacionalização e, sobretudo, geração de impactos mensuráveis seguem sendo exceção. Esse descompasso entre o volume de iniciativas políticas e sua efetiva conversão em resultados concretos é talvez a lacuna mais estrutural identificada neste texto.

Além disso, a transição energética segue um nó no bioma. A Declaração evitou deliberadamente qualquer compromisso vinculante sobre transição energética e sobre o fim da exploração de combustíveis fósseis na região, lacuna que expressa o impasse, sobretudo entre Brasil e Colômbia, na Cúpula de Belém, e que mostra limitações do consenso possível entre países amazônicos cujas economias têm graus distintos de dependência de petróleo e gás. A esses limites somam-se desafios de conjuntura que extrapolam o conteúdo da própria Declaração. A abertura de novas fronteiras de exploração de petróleo na Guiana e no Suriname, a intensificação da corrida por minerais críticos associada ao consenso da descarbonização e as tensões em torno da soberania regional diante da política externa do governo Trump compõem um cenário em que a cooperação pan-amazônica precisa se afirmar não apenas como agenda ambiental e social, mas também como resposta a disputas geoeconômicas e geopolíticas cada vez mais centrais. A isso se soma a mudança do alinhamento político que, em 2023, favoreceu a construção do consenso em torno da Declaração: o giro à direita observado na Bolívia, na Colômbia e na Venezuela desde então introduz um grau de incerteza sobre a continuidade do impulso político que sustentou os avanços registrados até aqui.

Diante desse cenário, com avanços institucionais relevantes, mas também de lacunas estruturais na implementação, este texto entende que o desafio central da cooperação pan-amazônica não é mais o de relançar a agenda regional ou de refletir e consensuar seus caminhos, mas o de sustentar e aprofundar sua institucionalização, inclusive com financiamento adequado, diante de um contexto de maior incerteza política. É a partir desse diagnóstico que se seguem as recomendações apresentadas na seção seguinte, voltadas ao fortalecimento das capacidades nacionais de implementação, ao avanço da integração regional, à consolidação da ciência como base das políticas amazônicas e à expansão e diversificação do financiamento disponível para a região.

4. Recomendações

A. Fortalecer as CONAPERs e consolidar a OTCA Social

A efetividade da Declaração de Belém depende, em grande medida, da capacidade dos Estados Partes de internalizar seus mandatos para além do plano diplomático. As Comissões Nacionais Permanentes (CONAPERs), órgãos responsáveis, em cada país-membro, por articular a implementação doméstica do TCA, seguem sendo, historicamente, um elo frágil da institucionalidade amazônica: criadas em momentos distintos e com graus desiguais de efetividade entre os oito países, elas raramente dispõem de orçamento, corpo técnico permanente ou capacidade de coordenação interministerial compatíveis com a ambição da agenda atual. Em vários países amazônicos, inclusive no Brasil, elas estão desativadas. Recomenda-se, portanto, que os governos priorizem o fortalecimento institucional e orçamentário das CONAPERs, de modo a transformá-las em pontes efetivas entre as decisões tomadas em nível regional e sua execução nacional. De forma complementar, a consolidação da OTCA Social deve ser tratada como prioridade, de modo a converter o precedente aberto pelos Diálogos Amazônicos em um canal permanente e institucionalizado de participação da sociedade civil e dos povos indígenas e das comunidades tradicionais e locais nas decisões da Organização, evitando que a inclusão social siga dependendo da vontade política de cada governo anfitrião das cúpulas.

B. Avançar rumo à integração regional e ao nível estratégico da cooperação pan-amazônica

A superação da lógica pendular que historicamente marca a cooperação pan-amazônica exige que a agenda política, econômica, ambiental e social da Declaração de Belém seja elevada ao nível estratégico – e não apenas técnico, como hoje é tratada hoje. Isso significa dar maior densidade política, tratar a cooperação como políticas de Estado – e não de governo – e garantir que a cooperação se desdobre em políticas públicas. Avançar rumo à integração regional – e não apenas cooperação – no bioma poderá ser um passo importante. De forma complementar, isso deverá evitar que a Amazônia permaneça tratada como um bioma isolado e paralelo às demais instâncias sul-americanas, o que implica buscar maior convergência entre a OTCA e outros mecanismos de integração.

C. Investir na ciência como base das políticas amazônicas

A ampliação da dimensão científico-tecnológica da cooperação amazônica, expressa na reativação da Comissão Especial de Ciência, Tecnologia e Inovação (CECTA), no fortalecimento do Observatório Regional Amazônico (ORA) e na reativação da parceria com a Associação de Universidades Amazônicas (UNAMAZ), deve ser tratada não como um eixo temático entre outros, mas como pré-condição para a qualidade das demais políticas da região. Recomenda-se que os países-membros deem sustentabilidade financeira e institucional a essas instâncias técnicas, de modo a garantir a produção contínua de dados interoperáveis e compartilhados, garantindo geração de conhecimento regional e combinando ciência formal e saberes indígenas, tradicionais e locais, capazes de orientar decisões políticas informadas, sem depender de diagnósticos pontuais e descontínuos ou externos à região.

D. Ampliar e diversificar o financiamento da cooperação

A implementação de uma agenda tão ampla quanto a da Declaração de Belém, com 113 compromissos distribuídos em 16 eixos temáticos, está condicionada à disponibilidade de recursos. A criação de um mecanismo financeiro próprio para a OTCA, prevista nas resoluções de novembro de 2023, é um passo relevante, mas ainda insuficiente diante da magnitude dos desafios da região. Recomenda-se que os países-membros e seus parceiros internacionais avancem na articulação entre esse mecanismo e iniciativas mais amplas de financiamento climático e florestal, como o Tropical Forest Forever Facility (TFFF), lançado na COP30, e trabalhem para garantir que a OTCA possa captar fundos de forma autônoma, de modo a assegurar fluxos de recursos previsíveis e de longo prazo e não apenas compromissos pontuais anunciados em momentos de maior visibilidade política, como cúpulas e conferências internacionais.

Referências

ALBUQUERQUE, Marianna. Como passar do nível técnico ao estratégico? Recomendações para a estratégia internacional da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). Boletim OPSA, Rio de Janeiro, n. 3, p. 25-33, jul./set. 2024. Disponível em: Boletim OPSA – n. 3, jul./set. 2024.

COORDINADORA DE LAS ORGANIZACIONES INDÍGENAS DE LA CUENCA AMAZÓNICA (COICA). Amazonía en peligro de extinción: resumen ejecutivo. [S. l.]: COICA, 2025. Disponível em: https://coicamazonia.org/wp-content/uploads/2026/04/RESUMEN-EJECUTIVO-ESPANOL.pdf

BRINGEL, Breno; SVAMPA, Maristella. Do "Consenso das Commodities" ao "Consenso da Descarbonização". Global Dialogue, v. 13, n. 3, p. 29-31, dez. 2023. Disponível em: https://globaldialogue.isa-sociology.org/uploads/imgen/3452-v13i3-portuguese.pdf.

CLOSS, Marília; NICODEMOS, Ghaio. Incêndios na Amazônia: uma comparação das posições e dos conflitos no Brasil e na Bolívia. Boletim OPSA, n. 3, jul./set. 2019, p. 23-29. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2017/01/Boletim_OPSA_2019_n3_jul-set-1.pdf.

FRITZ, Guilherme Domingues. Geopolítica do petróleo e sustentabilidade ambiental: contradições de uma combinação na Guiana e no Suriname. Boletim OPSA, Rio de Janeiro, n. 3, p. 49-57, jul./set. 2024. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/04/Boletim-OPSA-2024-n3.pdf.

IVES, Diogo; REIS, Júlia; FRITZ, Guilherme; PETRELLI, Matheus. Caminhos da esquerda para a governança da Pan-Amazônia: uma comparação entre os governos Petro e Lula 3. Boletim OPSA, n. 1, jan./mar. 2025, p. 37-46. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/05/Boletim_OPSA_2025_n1-Jan-Mar-2.pdf.

LOURES, Débora Bedim; CLOSS, Marília; CLEMENTE, Stephanie Braun; BATISTA, Thaís Jesinski. Entre a negligência, a militarização e o (des)engajamento regional: políticas nacionais e regionais da Bolívia e da Venezuela para a Amazônia. Boletim OPSA, n. 1, jan./mar. 2025, p. 22-36. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/05/Boletim_OPSA_2025_n1-Jan-Mar-2.pdf.

MELLO, Beatriz Bandeira de. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) e a governança ambiental da Amazônia: avanços, contradições e desafios. Boletim OPSA, Rio de Janeiro, n. 1, p. 14-21, jan./mar. 2025. Disponível em: https://opsa.com.br/wp-content/uploads/2025/05/Boletim_OPSA_2025_n1-Jan-Mar-2.pdf.

GOVERNANÇA PAN-AMAZÔNICA
MUDANÇAS CLIMÁTICAS E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Monitor da Governança Pan-Amazônica

Julho de 2026

Este monitor registra como a Amazônia apareceu na agenda dos presidentes e Ministérios de Relações Exteriores dos países sul-americanos amazônicos em janeiro de 2024. Ao final, também inclui destaques do trabalho da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) no mesmo período. Através de uma série de monitores mensais, o Observatório Político Sul-Americano (OPSA) busca criar uma base de informações públicas que permitam avaliar as convergências e divergências políticas entre os governos analisados nos múltiplos temas que envolvem a Pan-Amazônia, além de acompanhar a trajetória da OTCA ao longo do tempo. Os monitores fazem parte do projeto de pesquisa "Governança policêntrica, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável na Pan-Amazônia", desenvolvido pelo OPSA desde julho de 2023, em parceria com o OIMC e o LEGAL. O projeto é financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), no âmbito do edital Iniciativa Amazônia+10.

Sumário

Bolívia.....62
Brasil.....64
Colômbia.....65
Equador.....66
Guiana.....67
Peru.....68
Suriname.....69
Venezuela.....70
OTCA.....70

Bolívia

Por Débora Bedim e Maria Clara Dutra Pontes

O mês de julho de 2026 foi marcado por contradições do governo da Bolívia em relação ao meio ambiente. O país está na temporada de secas, o que eleva a preocupação com incêndios florestais e o desafio do governo federal para mitigá-los. O ministro do Planejamento e Meio Ambiente, Fernando Romero, explicou que "estamos entrando em uma época de seca [...] e muito vento, [...] [quando] os ciclos da

natureza fazem com que haja uma camada de matéria seca sobre o solo" [1]. A Defesa Civil defende que a resposta não deve ser somente "apagar os incêndios", mas também "detectá-los antes que aumentem" [1]. Diversas notícias já apontam que a Bolívia apresenta cerca de 1.611 focos de calor e incêndios florestais ativos, especialmente nos municípios de Tarija e Santa Cruz de la Sierra [2].

Apesar do risco de intensificação de incêndios, o presidente Rodrigo Paz, no dia 25 de julho, afirmou que existe uma necessidade de aprovação de uma nova lei de hidrocarbonetos e mineração para gerar recursos que o país precisa para executar obras de infraestrutura e dinamizar a economia. Em suas palavras, "precisamos de gás, precisamos da mineração, precisamos de dinheiro, precisamos de dólar" [3].

No dia 29 de julho, o ministério de Planejamento e Meio Ambiente, por meio do vice-ministro do Meio Ambiente, Jorge Ávila, organizou um workshop denominado "*Taller de Socialización y Capacitación en Financiamiento Climático, Biodiversidad y Proyectos de Energías Verdes*", reunindo governo, Parlamento, organismos internacionais e sociedade civil para discutir financiamento climático, biodiversidade e energias verdes. A iniciativa ilustra a dependência de recursos financeiros internacionais no estabelecimento de políticas nacionais eficientes para o meio ambiente, considerando que esses recursos representam uma alternativa para fortalecer projetos relacionados à conservação das florestas e da biodiversidade, bem como ao aumento da resiliência frente às mudanças climáticas e à transição para energias limpas [4]. Nesse sentido, durante o encontro, o vice-ministro apresentou a criação de um Anteprojeto de Lei de Financiamento Climático, considerado uma estratégia para captação de recursos internacionais voltados para projetos ambientais. Em sua fala, Ávila afirmou que se trata de "uma oportunidade histórica para consolidar um novo modelo de desenvolvimento baseado na sustentabilidade", especialmente pela desvantagem histórica no acesso ao financiamento climático [4].

Por sua vez, em 31 de julho, o ministro Fernando Romero lançou o projeto *Protección y Gestión Sostenible de la Amazonía*, que objetiva a preservação dos bosques amazônicos, chaqueños e tropicais, os quais são essenciais para a regulação do clima, conservação de fontes de água e proteção da biodiversidade. O projeto busca aprimorar os sistemas nacionais de monitoramento florestal, com ênfase na aplicação no departamento de Pando, principal área amazônica contemplada, visando a garantir maior financiamento internacional para a proteção dessa área. Ademais, almeja promover o desenvolvimento econômico de comunidades que residem nesses locais, habitando e protegendo tais territórios. O projeto em questão conta com o financiamento da República Federal da Alemanha, por meio do Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW, sigla em alemão), cuja implementação ocorrerá durante os próximos cinco anos sob a execução do governo boliviano [5].

Também na agenda internacional, no dia 14 de julho, Bolívia e Chile concordaram em iniciar estudos para criar um mecanismo binacional permanente para a gestão de bacias hidrográficas transnacionais, com o objetivo de fortalecer a cooperação bilateral, preservar os ecossistemas alto-andinos e enfrentar conjuntamente os desafios das mudanças climáticas [6]. Durante a sessão de abertura da *IV Reunión de la Mesa Binacional Bolivia-Chile sobre Recursos Hídricos Transfronterizos*, realizada na cidade de La Paz, o vice ministro das Relações Exteriores, Carlos Paz Ide, destacou a importância dos espaços de cooperação, produção de conhecimento e fortalecimento de confiança mútua, afirmando que "a crise climática e a crescente pressão sobre os ecossistemas alto-andinos e a cooperação bilateral constituem uma ferramenta essencial para consolidar uma governança híbrida moderna, resiliente e orientada pelo desenvolvimento sustentável" [6]. A próxima reunião será realizada no Chile, onde os países darão continuidade à agenda de cooperação para a gestão sustentável das águas compartilhadas.

Referências

[1] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/bolivia-llega-temporada-seca-solo-dos-helicopteros-enfrentar-fuego_1785028128.

[2] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/bolivia-registra-1-611-focos-calor-dos-incendios-tarija-chuquisaca_1784990266.

[3] Disponível em: https://eldeber.com.bo/pais/rodrigo-paz-aprobando-ley-hidrocarburos-ley-

mineria-habra-plata-obras_1785001718.

[4] Disponível em: https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21238.

[5] Disponível em: https://www.planificacion.gob.bo/page/detail-news/21239.

[6] Disponível em: https://cancilleria.gob.bo/mre/2026/07/15/25826/.

Brasil

Por Diogo Ives e Guilherme Fritz

Os efeitos de um possível El Niño severo no segundo semestre de 2026 na Amazônia e em outros biomas brasileiros foi tema de uma reunião ministerial convocada pelo presidente Lula, no dia 29 de julho. A tendência é que haverá, entre outras consequências, uma redução de chuvas em parte da região Norte e um risco de aumento de incêndios na floresta amazônica. Na reunião, o governo federal anunciou um plano de preparação orçado em R$ 1,3 bilhão e voltado para ações de abastecimento de alimentos, sistema de saúde, monitoramento hidrológico, fiscalização ambiental e combate a incêndios. O planejamento será coordenado pela "Sala de Situação do El Niño", que reunirá 24 ministérios e órgãos federais de diferentes áreas [1].

Outra articulação transversal ocorreu no dia 23, quando o presidente Lula recebeu, no Palácio do Planalto, um grupo de lideranças indígenas e de movimentos sociais, o qual reivindicou a suspensão de uma dragagem prevista para ocorrer no rio Tapajós, no Pará. Participaram do encontro os ministros do Meio Ambiente, Fazenda, Povos Indígenas e Portos e Aeroportos, além de representantes da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico, de outros órgãos federais e do governo paraense. Sem a dragagem, a Coalizão Empresarial Portuária, formada por entidades do setor, avalia que poderá haver dificuldade de escoamento da produção agropecuária pelo rio. Por sua vez, o grupo visitante afirmou que a obra alargará o leito do rio, em benefício das empresas de exportação, porém com ônus para a pesca, o turismo, as áreas de reprodução da fauna e os locais considerados sagrados pelos povos indígenas [2].

No âmbito da política externa, o jornal Folha de S. Paulo publicou uma atualização sobre a construção do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF), lançado pelo Brasil na COP-30. Segundo a reportagem, o fundo ainda precisa captar mais US$ 3,2 bilhões (R$ 16,3 bilhões) para alcançar a meta de US$ 10 bilhões (R$ 51 bilhões) até o final de 2026. A ambição maior, sem prazo definido, é receber US$ 25 bilhões (R$ 127 bilhões) em recursos públicos e US$ 100 bilhões (R$ 510 bilhões) de fontes variadas, inclusive particulares, totalizando US$ 125 bilhões (R$ 638 bilhões). Contudo, o aumento de gastos militares de diversos países com as guerras na Ucrânia e no Irã estaria dificultando investimentos na área. A expectativa do governo brasileiro é de que a COP-31, marcada para novembro de 2026, estimule a entrada de novos recursos no fundo [3].

Por fim, em julho, Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador e Peru realizaram a Operação Green Shield, uma ação coordenada de combate a crimes ambientais na Amazônia. A operação mobilizou mais de 3.600 agentes e resultou em centenas de prisões, além da apreensão de aproximadamente 280 mil metros cúbicos de madeira, 195 toneladas de minerais e milhares de animais vivos. As ações tiveram como alvo atividades como extração ilegal de madeira, mineração, tráfico de fauna e outros crimes ambientais que atravessam as fronteiras nacionais. A operação evidencia a dimensão transnacional dos desafios relacionados à governança amazônica, uma vez que redes criminosas atuam sobre recursos naturais e territórios que ultrapassam as capacidades individuais dos Estados. Nesse sentido, a cooperação entre os países amazônicos aparece como instrumento necessário não apenas para a preservação ambiental, mas também para o fortalecimento da capacidade estatal de controle territorial e enfrentamento de atividades econômicas ilícitas. A iniciativa também demonstra que a proteção da Amazônia depende de mecanismos de coordenação regional capazes de articular segurança, fiscalização ambiental e combate ao crime organizado em escala transfronteiriça [4].

Referências

[1]Disponível em: https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2026/07/7470077-governo-preve-rs-13-bi-para-acoes-de-prevencao-ao-el-nino.html

[2]Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/07/indigenas-vao-a-lula-para-tentar-brecar-dragagem-acelerada-do-rio-tapajos.shtml.

[3]Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2026/07/fundo-de-florestas-corre-para-atrair-us-32-bi-ate-o-fim-do-ano-mas-guerras-dificultam.shtml.

[4]Disponível em: https://apnews.com/article/amazon-environmental-crime-wildlife-trafficking-police-colombia-uae-e2687c95a1f9281d0fe1b94b02a6177b.

Colômbia

Por Júlia Furtado Reis e Matheus Petrelli

No dia 7 de julho, o governo colombiano iniciou o processo de transição de poder entre o atual presidente, Gustavo Petro, e Abelardo de la Espriella, vencedor do pleito de 30 de junho. Assim como as outras pastas, o Ministério do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, sob a liderança de Irene Vélez Torres, divulgou que todo o processo de transição seria compartilhado ao vivo por meio de transmissões online, visando à transparência [1]. Para o posto de Torres, o presidente eleito escolheu Fabio Arjona Hincapié. Com formação em biologia marinha, Hincapié foi diretor de meio ambiente físico do ministério, em 1996, e vice-ministro da pasta, em 1997 e 1998, atuando também como vice-presidente e diretor executivo para a Colômbia na ONG estadunidense Conservation Internacional desde 2001 [2]. Em meio à transição, Torres divulgou que seriam documentadas as principais questões estratégicas do setor e as preocupações com o novo governo e possíveis retrocessos, como a eventual autorização de atividades extrativas na Amazônia, mineração em áreas protegidas e *fracking*.

Já no dia 11 de julho, a ministra participou de uma audiência pública de prestações de contas do Governo Petro. Idealizado com o objetivo de promover um balanço popular acerca das políticas implementadas, o encontro destacou o pioneirismo protagonizado pelo ministério. Em seu discurso, Torres garantiu que, durante os quatro anos de governo, a pasta se baseou na transformação do modelo econômico até então vigente em um que passou a priorizar o equilíbrio entre o meio ambiente e o extrativismo, evidências científicas e o enfrentamento das mudanças climáticas. De forma complementar, foram ressaltados os esforços realizados e os avanços conquistados pelo governo quanto ao reconhecimento da relevância dos povos ancestrais e campesinos para a agenda. Já com relação ao desmatamento, o governo Petro havia estabelecido, inicialmente, uma meta de reduzi-lo em 20%. Durante o evento, a ministra destacou a queda de 37% no desmatamento em todo o território nacional, superando e quase dobrando a meta. Voltando as atenções para a política externa voltada à agenda climática, Torres destacou a realização da Conferência das Partes sobre biodiversidade, sediada em Cali, no ano de 2024; e da primeira edição da Conferência Internacional para a Transição para Longe dos Combustíveis, realizada em Santa Marta, em abril de 2026.

Referências

[1]Disponível em: https://www.minambiente.gov.co/empalme-del-sector-ambiente-inicia-este-7-de-julio-con-una-transicion-transparente-y-ordenada/.

[2]Disponível em: https://www.lasillavacia.com/quien-es-quien/este-es-fabio-arjona-ministro-de-ambiente-de-de-la-espriella/.

[3]Disponível em: https://www.minambiente.gov.co/minambiente-presenta-el-legado-ambiental-del-gobierno-del-cambio-y-reafirma-que-no-existe-desarrollo-posible-sin-proteger-la-vida/.

Equador

Por Ghaio Nicodemos e Beatriz Bandeira de Mello

Entre os dias 2 e 3 de julho, membros do governo equatoriano e lideranças de organizações indígenas participaram do Encontro Nacional do Equador do Mecanismo Amazônico dos Povos Indígenas (MAPI) e da Articulação Territorial para a Governança Amazônica, iniciativas promovidas pela Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) [1]. Realizados na província de Pastaza, os encontros contaram com atividades conjuntas, oficinas e mesas de trabalho organizadas pela Secretaria de Gestão e Desenvolvimento de Povos e Nacionalidades e pelo Ministério de Relações Exteriores e Mobilidade Humana do Equador, financiado pela subvenção Raízes Indígenas para a Governança Amazônica (RAIGA) do Programa Amazonia+[108].

Do lado equatoriano, teve destaque a realização e os desdobramentos da Consulta Popular do Yasuní, que reuniu propostas de mecanismos de proteção de territórios indígenas e dos povos que vivem em isolamento, bem como sobre a necessidade de políticas públicas com pertinência cultural, medicina ancestral, recuperação e valorização de línguas indígenas e o respeito aos formatos de organização e vivências dos povos indígenas. Ao longo de dois dias, os participantes reuniram informações e propostas que subsidiarão o futuro Fórum dos Povos Indígenas, com destaque para a importância do fortalecimento da articulação nacional entre organizações indígenas e instituições públicas capaz de refletir a diversidade territorial e cultural da região.

No dia 9, o governo equatoriano anunciou que está trabalhando para a manutenção contínua do Sistema Elétrico Interconectado Petroleiro (SEIP), que abastece os campos operados pela *EP Petroecuador* na Amazônia – Sacha, Shushufindi e Cuyabeno [2]. O trabalho é executado pelo Ministério de Ambiente e Energia e pela Corporação Elétrica do Equador (Celec EP) e visa a garantir a continuidade do abastecimento elétrico sem interrupções, mitigando o risco de indisponibilidade do serviço. Esse abastecimento garante o funcionamento dos sistemas de extração, bombeamento e processamento de fluidos que garantem a operacionalidade da indústria petroleira equatoriana, que responde por grande parcela do Produto Interno Bruto do país.

No dia 23, foi noticiada a criação do corredor Yasuní-Limoncocha-Cuyabeno que conectará o Parque Nacional Yasuní, a Reserva Biológica de Limoncocha e a Reserva de Vida Selvagem de Cuyabeno [3]. Criado a partir da cooperação entre o Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF), o WWF e o Ministério do Meio Ambiente e Energia do Equador, o corredor visa à preservação dos territórios e a segurança dos povos indígenas que residem na região, como as comunidades de Kichwa de Sani, El Pilchi, Santa Elena, Itaya, Parutu Yacu, Mandari Panga, Limoncocha e San Francisco Chicta; e as terras da Nação Indígena Siona do Equador (ONISE) e da Nacionalidade Siekopai. A região também abriga espécies com risco de extinção e uma grande biodiversidade, atualmente ameaçadas pela expansão do desmatamento, da expansão agrícola e das mudanças climáticas. A administração será feita por um comitê composto por autoridades do governo, lideranças indígenas e organizações sociais ligadas a cada um dos territórios.

No dia 30 de julho, o Equador assumiu a presidência *pro tempore* da Comissão Especial sobre Segurança Pública e Delitos Transnacionais e Transfronteiriços (CESPIT) da OTCA [4]. A CESPIT é vinculada à OTCA e cuida da harmonização de ações e criação de estratégias para combater crimes ambientais e fortalecer a segurança na região amazônica. No próximo biênio, a representação equatoriana deve continuar a fortalecer a cooperação entre os países membros da OTCA nesta agenda.

Já no fim do mês, foi anunciado que o presidente Daniel Noboa obteve um financiamento de 21 milhões de dólares para fortalecer bionegócios e empreendimentos de economia popular e solidária na Amazônia [5]. O anúncio ocorreu durante o Encontro de Bioeconomia e Financiamento Verde Amazônico, uma iniciativa organizada pela Corporação Nacional de Finanças Populares e Solidárias (CONAFIPS). Segundo representantes do Ministério de Economia e Finanças, o objetivo do governo é conciliar conservação ambiental e desenvolvimento econômico, garantindo que os recursos sejam repassados para cooperativas, associações de produtores e empreendedores que desenvolvem suas atividades na região amazônica.

108Financiado pela União Europeia e implementado pela Agência Italiana de Cooperação para o Desenvolvimento (AICS), pela Fundação Internacional e para a Ibero-America de Administração e Políticas Públicas (FIAP) e pela Expertise France.

O financiamento fará parte do Programa BASE – Financiamento de Bionegócios para uma Amazônia Sustentável, desenvolvido pelo Ministério da Economia e apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. Atualmente, o Equador lidera a Rede de Ministros de Finanças e Planejamento dos Países Amazônicos.

Referências

[1]Disponível em: https://otca.org/pt/equador-fortalece-a-articulacao-nacional-do-mapi-com-encontro-entre-governo-e-povos-indigenas-na-amazonia/.
[2]Disponível em: https://www.elcomercio.com/actualidad/ecuador/celec-refuerza-suministro-electrico-petroecuador-amazonia/.
[3]Disponível em: https://www.conservation.org/press/ecuador-creates-new-amazonian-corridor-yasunilimoncocha cuyabeno- .
[4]Disponível em: https://otca.org/pt/paises-amazonicos-avancam-na-implementacao-da-agenda-regional-de-seguranca-publica/.
[5]Disponível em: https://www.elcomercio.com/actualidad/negocios/daniel-noboa-impulsa-millones-dolares/.

Guiana

Por Guilherme Fritz

No mês de julho, o governo da Guiana anunciou a destinação de aproximadamente GYD 2,5 bilhões adicionais às comunidades ameríndias por meio da *Low Carbon Development Strategy* (LCDS) 2030. O anúncio foi realizado pelo Vice-Presidente Bharrat Jagdeo durante a National Toshaos Conference e eleva para GYD 16,9 bilhões o total de recursos distribuídos pelo programa. Segundo o governo, 15% de todas as receitas provenientes do programa nacional de créditos de carbono são destinados diretamente às comunidades indígenas e do interior, que administram os recursos de acordo com suas próprias prioridades. Os investimentos devem alcançar mais de 240 aldeias e financiar projetos sociais e de infraestrutura, sendo apresentados pelo governo como parte de uma estratégia de desenvolvimento liderada pelas próprias comunidades [1].

Dias depois, em 28 de julho, um acordo de financiamento de US$ 50 milhões firmado entre a Guiana e o Caribbean Development Bank (CDB) foi apresentado à Assembleia Nacional. O financiamento tem como objetivo apoiar reformas ambientais vinculadas à LCDS 2030 e fortalecer a capacidade do Estado guianense de enfrentar os efeitos das mudanças climáticas e administrar seus recursos naturais. Entre as áreas contempladas estão a proteção da biodiversidade, a restauração de ecossistemas, a adaptação climática, o gerenciamento sustentável dos recursos hídricos e o desenvolvimento de sistemas de previsão e alerta para eventos climáticos. O financiamento integra um programa mais amplo de US$ 175 milhões aprovado pelo CDB, cujo objetivo é contribuir para que a Guiana concilie sua rápida expansão econômica com o fortalecimento de mecanismos de resiliência climática e de gestão ambiental [2].

As duas iniciativas evidenciam que a estratégia guianense de governança amazônica possui uma dimensão simultaneamente nacional e internacional. De um lado, parte das receitas obtidas com a valorização econômica da floresta por meio dos créditos de carbono é direcionada às comunidades indígenas e do interior, que passam a participar diretamente da definição dos investimentos. De outro, a cooperação financeira com instituições multilaterais amplia a capacidade estatal de financiar políticas de biodiversidade, restauração ambiental e adaptação climática. Dessa maneira, a Guiana procura transformar a conservação de seus ecossistemas em instrumento de desenvolvimento econômico e de inserção internacional, articulando recursos provenientes dos mercados de carbono, financiamento multilateral e participação das comunidades indígenas em uma mesma estratégia de desenvolvimento de baixo carbono [1][2].

Referências

[1]Disponível em: https://dpi.gov.gy/amerindian-communities-to-receive-2-5b-in-lcds-funding-in-2026.

[2]Disponível em: https://newsroom.gy/2026/07/28/us50m-financing-from-cdb-for-climate-and-environmental-projects-loan-agreement-tabled-in-national-assembly.

Peru

Por Jefferson Nascimento e Lucas Berti

O mês de julho de 2026 foi marcado pela transição de governo no Peru. A presidenta eleita, Keiko Fujimori, foi empossada no dia 28 de julho e, em seguida, anunciou o seu gabinete ministerial. O discurso presidencial de 28 de julho é uma das tradições políticas mais importantes do Peru porque marca o aniversário da independência peruana e está previsto na própria Constituição como um momento de prestação de contas e apresentação das prioridades do governo. Neste ano, o evento ficou marcado por ser também o discurso de posse da nova mandatária. Com relação às políticas voltadas para a Amazônia, em particular, não houve nenhuma menção, o que indica que a pauta não será prioridade do novo governo. Duante a campanha, quando a então candidata debateu o tema da Amazônia, em geral, associou-o ao combate da mineração ilegal e da exploração dos recursos naturais da floresta, o que indica uma maior preocupação com o enfrentamento a crimes do que com ações de preservação ambiental *per se* [1].

A escolha dos ministros das Relações Exteriores e do Meio Ambiente corroboram essa análise. Carlos Espá, o novo chanceler, possui vínculos com autoridades dos Estados Unidos, estabelecidos entre 2008 e 2023, quando foi diretor de Comunicações da Embaixada estadunidense no Peru. Ao ser empossado, Espá anunciou que o Peru planeja aderir ao Escudo das Américas, uma iniciativa de cooperação em segurança lançada pelo governo de Donald Trump em março de 2026, cujo objetivo declarado é reunir países do continente para combater cartéis de drogas, organizações criminosas transnacionais, tráfico de pessoas e imigração irregular por meio de compartilhamento de inteligência, coordenação policial e, em alguns casos, cooperação militar. O tema da política ambiental apareceu de forma marginal no discurso de posse, e a Amazônia, em particular, não foi mencionada [2].

Para a pasta do Meio Ambiente, foi escolhido Vladimiro Huaroc. O novo ministro não possui experiência em temas relacionados ao meio ambiente. Grande parte de sua carreira foi construída no sistema das Nações Unidas. Atuou no Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e na coordenação da Oficina de Operações de Assuntos Políticos e Missões de Paz da ONU até 1996. Do ponto de vista político, a nomeação de Huaroc parece indicar que Fujimori priorizou um perfil de articulador político em vez de um técnico especializado em questões ambientais [3].

Diante dos fatos mencionados, não há grandes expectativas de avanço em relação aos governos anteriores em temas que dizem respeito a combate ao desmatamento, conservação da floresta amazônica, povos indígenas amazônicos, expansão de áreas protegidas e bioeconomia.

Antes da posse de Fujimori, ainda no mês de julho, o governo anterior tomou duas medidas que merecem menção. A primeira ocorreu no dia 1º de julho, quando o MINAM anunciou a renovação da Declaração Conjunta de Intenção (DCI) com Noruega, Alemanha e Reino Unido. O acordo busca fortalecer a conservação das florestas, apoiar a gestão sustentável dos recursos naturais, ampliar a participação de povos indígenas e comunidades locais e reforçar as ações de mitigação das mudanças climáticas. Durante o anúncio, a então ministra Nelly Paredes destacou os avanços obtidos na fase anterior da parceria e afirmou que o novo compromisso permitirá consolidar políticas públicas voltadas à preservação da Amazônia, à redução das emissões provenientes do desmatamento e ao desenvolvimento sustentável da região [4].

No dia 10 de julho, o MINAM participou do Comitê Técnico de Coalizão Verde, um encontro que reuniu representantes de alguns dos países amazônicos, como Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru e Suriname. O evento reforçou o esforço desses países em promoverem a cooperação regional com o fim

de ampliar o financiamento de negócios sustentáveis voltados à bioeconomia e à conservação da floresta. Durante o encontro, foram discutidos mecanismos para facilitar o acesso a crédito e investimentos destinados a empreendimentos sustentáveis, com destaque, no caso peruano, para o Programa para Bionegócios do MINAM, implementado em parceria com a COFIDE, o Banco Nacional de Desenvolvimento do Peru e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Segundo o ministério, a iniciativa busca fortalecer cadeias produtivas sustentáveis, gerar oportunidades econômicas para produtores amazônicos, preservar a biodiversidade e contribuir para o desenvolvimento sustentável da região por meio da mobilização de recursos financeiros voltados à Amazônia [5].

As duas iniciativas mencionadas são exemplos de um conjunto maior de acordos que o Estado peruano possui com outros países e com organizações internacionais que deverão ser seguidos pelo novo governo, mesmo que a pauta ambiental não seja prioridade. Afinal, as trocas de governo têm sido recorrentes no Peru na última década, sem que haja transformações significativas no que tange às políticas voltadas à conservação da floresta amazônica.

Referências

[1]Disponível em: https://www.nytimes.com/2026/06/29/world/americas/peru-presidential-election-keiko-fujimori-conservative.html.

[2]Disponível em: https://www.bloomberg.com/news/articles/2026-08-03/peru-s-new-foreign-minister-is-fujimori-s-clearest-nod-to-us-yet.

[3]Disponível em: https://www.infobae.com/peru/2026/07/28/vladimiro-huaroc-asume-el-ministerio-del-ambiente-conoce-la-trayectoria-del-nuevo-integrante-del-gabinete-de-keiko-fujimori/.

[4]Disponível em: https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1413275-peru-y-paises-cooperantes-renuevan-alianza-para-proteger-la-amazonia-y-frenar-la-deforestacion.

[5]Disponível em: https://www.gob.pe/institucion/minam/noticias/1417595-paises-amazonicos-fortalecen-la-cooperacion-para-financiar-negocios-sostenibles.

Suriname

Por Guilherme Fritz

No mês de julho, a presidente do Suriname, Jennifer Geerlings-Simons, reuniu-se com representantes das autoridades tradicionais indígenas para discutir uma proposta de lei destinada à proteção das áreas de moradia e uso tradicional dessas comunidades. A iniciativa prevê a criação de mecanismos que impeçam temporariamente a concessão de direitos a terceiros sobre esses territórios, além de buscar maior transparência nos processos de concessão e participação das autoridades tradicionais nas decisões relativas ao uso das terras. A proposta ganha relevância diante da pressão exercida por atividades econômicas sobre o interior do país, especialmente pela mineração de ouro, que constitui uma das principais fontes de ocupação e exploração de áreas florestais [1].

A iniciativa evidencia um dos principais desafios da governança amazônica no Suriname: conciliar a exploração econômica de recursos naturais com a proteção dos territórios tradicionalmente ocupados por populações indígenas e tribais. Nesse sentido, a proposta do governo de Simons ultrapassa a dimensão estritamente ambiental e incorpora questões relacionadas à soberania territorial, à participação política e à capacidade do Estado de regular o acesso aos recursos naturais. Ao buscar estabelecer limites à concessão de direitos sobre áreas tradicionalmente ocupadas e ampliar a participação das autoridades locais nos processos decisórios, o governo procura fortalecer os mecanismos de governança sobre o território amazônico. A medida também evidencia que a preservação da floresta, no caso surinamês, está diretamente relacionada à capacidade de o Estado administrar as pressões econômicas sobre o território e incorporar as populações que historicamente ocupam essas áreas aos processos de decisão política [1].

Referências

[1]Disponível em: https://gov.sr/president-in-dialoog-met-traditioneel-gezag-over-wet-bescherming-woon-en-leefgebieden/.

Venezuela

Por Thaís Jesinski Batista e Stephanie Braun

Durante o mês de julho não foram registradas ações do governo venezuelano em relação à Amazônia. A atenção do Poder Executivo esteve concentrada na administração das consequências dos terremotos que atingiram o país em 24 de junho. Em 3 de agosto já eram registrados 6.125 mortos e cerca de 1.400 desaparecidos [1].

Em relação ao território amazônico, destaca-se em julho a divulgação do relatório "Grupos Armados Organizados (GAO) en la actividad minera al sur del río Orinoco, Venezuela: situación al 2026" pela ONG SOS Orinoco. O documento denuncia a presença de pelo menos 26 grupos armados organizados no sul da Venezuela, que conformam uma "governança criminosa híbrida" nos estados de Amazonas, Bolívar, Delta Amacuro e Esequibo. O relatório afirma que os grupos não apenas avançam com a mineração ilegal nesses territórios, como também exercem funções típicas de Estado [2].

Referências

[1]Disponível em: https://g1.globo.com/mundo/noticia/2026/08/03/numero-de-mortos-por-terremotos-na-venezuela-passa-de-6-mil.ghtml.

[2]Disponível em: https://lapatilla.com/2026/07/31/sos-orinoco-identifico-26-grupos-armados-en-el-95-de-los-municipios-del-sur-de-venezuela/.

OTCA

Por Beatriz Bandeira de Mello

No dia 9 de julho, a OTCA e os membros da Rede Amazônica para o Manejo Integrado do Fogo (RAMIF) promoveram o curso de capacitação "Análise do Comportamento do Fogo" na Universidade Nacional Agrária La Molina (UNALM) em Lima, no Peru [1]. A atividade, voltada à formação de profissionais que atuam diretamente em ações de prevenção, gestão e resposta a incêndios florestais, contou com a participação do Coordenador de Meio Ambiente da OTCA, Carlos Salinas, e do Diretor de Assuntos Amazônicos do Ministério de Relações Exteriores do Peru, César Aréstegui, que destacaram a importância do evento para o incremento da cooperação técnica entre os países amazônicos. O curso contou com o apoio da Agência de Cooperação Alemã para o Desenvolvimento (GIZ), a Agência Suíça para o Desenvolvimento e a Cooperação (COSUDE), do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da FAO.

No dia 23, relatório lançado pelo MapBiomas mostrou que a Amazônia Brasileira registrou no ano passado a menor área queimada desde 1985, uma redução de 80% em relação ao ano de 2024 [2]. O Relatório Anual do Fogo no Brasil reúne informações e séries históricas sobre a dinâmica do fogo entre 1985 e 2025, com dados sobre a extensão das queimadas, frequência dos incêndios, áreas afetadas, impactos nos biomas e imagens captadas por satélites. O Coordenador Técnico do Observatório Regional Amazônico (ORA), Gonzalo Llosa, destacou que esses dados são essenciais para construção de medidas de prevenção e respostas coordenadas entre os entes afetados.

Já no fim do mês, a OTCA organizou a IV Reunião Extraordinária da Comissão Especial sobre Segurança Pública e Delitos Transnacionais e Transfronteiriços (CESPIT) [3]. Durante a reunião, foram apresentadas as atividades desenvolvidas entre 2025 e 2026, sob a presidência *pro tempore* da Colômbia,

e os avanços na implementação do Plano de Trabalho, além de estratégias para mobilização de recursos e oportunidades de financiamento. O Secretário-Geral da OTCA, Martin von Hildebrand, reforçou que a segurança pública na Amazônia exige a cooperação entre os países que dividem o território. No próximo biênio, a CESPIT será presidida pelo Equador, com o Brasil ocupando a Subcomissão de Cooperação Internacional e Temas Transversais e o Peru na Subcomissão de Combate aos Delitos Ambientais.

O tema da segurança na região amazônica também ganhou notoriedade na mídia brasileira após representantes do povo Ashaninka irem até Brasília para reivindicar ações contra a expansão do crime organizado em seus territórios que cruzam as fronteiras do Brasil e do Peru [4]. Segundo a imprensa, a viagem dos representantes foi motivada pela invasão da Terra Indígena Kampa do Rio Amônia, no Acre, por quatro homens armados que agiram de forma violenta contra a comunidade. A situação desencadeou a Operação Ashaninka que mobilizou o Comando de Fronteira Juruá/61º Batalhão de Infantaria da Selva (61º BIS) do Exército Brasileiro, a Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública do Acre (Sejusp) e o Grupo Especial de Operações em Fronteira (Gefron).

As lideranças informam que os criminosos conectam narcotráfico, exploração ilegal de madeira, construção de rotas clandestinas, grilagem de terras e lavagem de dinheiro. Além disso, tentam recrutar moradores para o cultivo de folha de coca que tem crescido no Peru, principalmente no departamento de Ucayali. A Terra Indígena Kampa do Rio Amônia abrange cerca de 3,5 milhões de hectares de floresta tropical e reúne 14 povos indígenas, 35 territórios demarcados e três unidades de conservação: a Reserva Extrativista Alto Juruá, o Parque Nacional da Serra do Divisor e a Reserva Extrativista Riozinho da Liberdade. Junto à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, a ideia é construir um plano de ação binacional que seja capaz de conter o avanço dos crimes ambientais e da violência, bem como capaz de garantir a proteção dos povos indígenas e do bioma amazônico.

Referências

[1]Disponível em: https://otca.org/pt/otca-promove-curso-de-capacitacao-em-analise-do-comportamento-do-fogo-no-peru/.

[2]Disponível em: https://otca.org/pt/menor-area-queimada-amazonia-brasileira-2/.

[3]Disponível em: https://otca.org/pt/paises-amazonicos-avancam-na-implementacao-da-agenda-regional-de-seguranca-publica/.

[4]Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/noticia/2026/07/23/crime-organizado-invade-territorio-ashaninka-no-acre-e-liderancas-vao-a-brasilia-pedir-socorro.ghtml.